

Comissão para África

DECLARAÇÃO

A Comissão para África considera intolerável a condição de vida da maioria dos Africanos e uma afronta à dignidade de toda a humanidade. Insistimos na alteração destas condições através de uma mudança de política a favor dos fracos.

Tendo analisado e avaliado como isto pode ser alcançado, apelamos para que as nossas conclusões sejam imediatamente implementadas na causa do direito e da justiça e em nome da nossa compartilhada humanidade.

Neste novo século, numa época de riqueza sem precedentes e progresso económico em todos os continentes, é inaceitável que a África se afaste longe do resto do mundo, não vista na sua miséria e ignorada na sua dor.

A Comissão, seus membros agindo como pessoas singulares, assimilaram as análises feitas durante muitos anos e todos os relatórios existentes nas nossas constatações. Estas demonstram claramente como as coisas podiam ter sido diferentes.

Todavia, existimos em realidades contemporâneas. Hoje o mundo é vastamente diferente em comparação com aquele de há 20 anos atrás quando forçosamente reconhecemos a dor da Grande Miséria Africana de 1984-85. O mundo, aquando da sua estase política da Guerra Fria, permaneceu rígido nas suas ideologias competitivas. O quebrar deste impasse, e o conseqüente aumento no comércio global, aliado às novas tecnologias e mudanças culturais, um mundo mais fluído, menos prognosticador, porém, mais interdependente.

Este mundo em constante mutação engendrou grandes oportunidades juntamente com confusão, mudança e ansiedade. Mas tal mutação ocasiona grandes possibilidades para todos nós e especialmente para a África, aquele gigante adormecido que está a despertar. Precisamos entender estas novas forças, e tentar definí-las, desta forma, rever o quadro de políticas em prol dos pobres.

As grandes nações do mundo, em aliança com os seus vizinhos Africanos, agora devem avançar juntos, no nosso interesse comum. O seu procedimento será determinado pelas necessidades e desejos de cada nação. Mas todos devem imediatamente começar a jornada que nos leva ao último destino comum de um mundo mais equitativo.

A nossa tarefa foi o primeiro passo. Está dado.

11 de Março de 2005

Parte 1

O Argumento

O Argumento

Xamul aay na, laajtewul a ko raw.

É mau não saber. Pior é não desejar saber.

Provérbio Africano

Batta li a ifi ise agoura li arin egun.

Com sapatos, pode-se andar sobre espinhos.

Provérbio Africano

O mundo está inundado de riqueza, numa proporção jamais vista na história da humanidade. Ao contrário da opulência do passado, que pertencia a um punhado de indivíduos privilegiados e elites, esta riqueza é partilhada por números de cidadãos comuns sem precedentes no planeta. O crescimento e a globalização ocasionaram altos padrões de vida a milhões de homens e mulheres.

Contudo, nem toda a gente usufrui da riqueza. Em África milhões de pessoas vivem cada dia em miserável e incompatível pobreza. As crianças estão famintas, os seus corpos definhados e deformados em virtude da desnutrição. Elas não podem ler nem escrever. Estão desnecessariamente doentes. São obrigadas a beber água imprópria. Aquelas que vivem em favelas que crescem da noite para o dia convivem com depósitos de lixo e respiram um ar poluído.

Vivemos num mundo em que novos fármacos e técnicas médicas erradicaram muitas doenças e enfermidades que importunavam o mundo rico. Porém, em África cerca de quatro milhões de crianças abaixo de cinco anos morrem em cada ano, dois terços delas por doenças que custam muito pouco para tratar: a malária é a que mais dizima crianças Africanas, e metade destas mortes poderiam ser evitadas se os seus país tivessem acesso a diagnósticos e fármacos que custam pouco mais de US\$1 por dose.

Vivemos num mundo onde os cientistas são capazes de estudar a gene humana e até desenvolver a tecnologia para clonar um ser humano. No entanto, em África podemos admitir que mais de 250,000 mulheres morrem em cada ano por complicações na gravidez ou no acto do parto.

Vivemos num mundo onde a Internet num volver de olhos pode transferir mais informações do que a capacidade de qualquer cérebro humano podia ter. Porém, em África a cada dia cerca de 40 milhões de crianças não vão à escola.

Vivemos num mundo que, confrontado com uma das mais devastadoras doenças jamais vista, a SIDA, deu origem aos anti-retrovirais por forma a controlar o seu avanço. Porém,

em África, onde 25 milhões de pessoas estão infectadas, aqueles fármacos não são no geral acessíveis. Isto significa que dois milhões de pessoas morrerão de SIDA este ano. Na Zâmbia, até antes de 2010 uma em cada três crianças será órfã.

Vivemos num mundo onde as nações ricas gastam tanto quanto a renda completa de todas as pessoas em África, subsidiando a produção desnecessária de alimentos – em quase mais de US\$1milhão ao dia. Enquanto a fome em África é um factor principal de mais mortes do que todas as doenças infecciosas do continente juntas.

1 As fontes dos factos citados nesta secção podem ser encontradas na Parte 2 deste Relatório

Vivemos num mundo onde cada vaca na Europa recebeu quase US\$2 por dia em subsídios. – dobra, de modo grotesco, a renda média em África. E as vacas Japonesas quase US\$4.

O contraste entre as vidas dos habitantes nos países ricos e os pobres em África é o maior escândalo da nossa era. Para traduzir a enormidade da injustiça falamos em milhões – e para além disso, lembremo-nos de que por detrás de cada estatística existe uma criança que é preciosa e amada. Todos os dias aquela criança, e outras milhares como ela lutarão pela respiração – e pela vida – que trágica e dolorosamente a perderão.

A globalização também é sinónimo de justiça numa escala global. Os habitantes do mundo têm um impulso instintivo de ajudar aquelas pessoas em aflição. A resposta ao tsunami que devastou a orla do Oceano Índico demonstrou isto. Mais de 300,000 pessoas morreram quando o mais devastador terramoto dos tempos modernos lançou uma gigante onda pelo oceano, destruindo tudo até chegar à praia. Foi um acontecimento revestido de um horror particularmente dramático e o mundo reagiu com doações espontâneas de dinheiro numa escala nunca antes vista.

Em África há um ‘tsunami’ todos os meses. A sua marcha está repleta de doenças e a fome grassa pelo continente. Não é dramático, e isto raramente faz notícia na televisão. As suas vítimas morrem silenciosamente, longe da vista, escondidas em suas miseráveis casas. Contudo, morrem na mesma proporção.

Os olhos do mundo podem estar desviados da rotina do seu sofrimento, mas os olhos da história estão sobre nós. Nos próximos tempos, as futuras gerações olharão para trás, e perguntar-se-ão como podia o nosso mundo ter sabido e não agir?

Todos sabem o que a África precisa...

Quando o Primeiro-Ministro Britânico, Tony Blair, lançou esta Comissão muitas pessoas responderam: “Porque precisamos de uma Comissão? Decerto, todos sabem o que a África precisa!” Então pedimos as pessoas para nos dizerem. Efectuamos consultas na África e nas maiores capitais do mundo rico. Examinamos a vasta riqueza da análise dos últimos 50 anos, assim como os erros ressaltados na ajuda, desenvolvimento e gestão económica. Como resultado, agora estamos em melhor posição de afirmar o que funciona e o que não funciona, e aprender com as falhas e sucessos do passado. O nosso relatório é pragmático e baseai-se na evidência.

Esforçamo-nos por ser honestos. Escrevemos como 17 Comissários, a maioria dos quais Africanos, mas que incluem personalidades de alguns países mais ricos do mundo, e fizemos tudo para encarar verdades intragáveis onde quer que as encontrássemos.

Fomos francos relativamente à corrupção, incompetência e conflito em África. E fomos também directos nas nossas críticas para com as nações desenvolvidas. As suas políticas de comércio tendentes a beneficiar os ricos sem consideração aos pobres. Foram historicamente relutantes em levantar as dívidas onerosas que aumentam o fardo de África. E as suas políticas de ajuda sempre pareceram estar destinadas a apoiar os interesses políticos e industriais dos países ricos tanto como para reduzir a pobreza em África. Grande parte da história do envolvimento do mundo industrializado em África é uma história miserável de promessas quebradas.

Não é de todo uma história de culpa. Também focamos as desvantagens naturais que são o legado da geografia de África, clima e história, e olhar para o que tanto a África quanto o mundo industrializado podem fazer por forma a ajudar a ultrapassar isto. Também tivemos em consideração as enormes mudanças operadas no mundo da economia e da política há duas décadas desde a escassez de 1984/5 na Etiópia, quando a Live Aid divulgou imagens sobre a escassez, morte e pobreza a cerca de 98 por cento de televisões do mundo. Aquelas imagens fizeram para que o mundo visse a África como um lugar de desespero e dependência. Porém, embora tais cenas ainda existam, por norma estão de cada vez mais ultrapassadas. As coisas mudaram significativamente neste espaço de 20 anos passados, seja em África, seja no resto do mundo.

Estava terminada a Guerra Fria e com ela a tendência das superpotências de apoiar os ditadores corruptos que manipulavam a riqueza de África sem nenhuma preocupação para com o desenvolvimento económico ou os mais pobres do continente – e reforçava a visão de que a ajuda é geralmente gasta ou não funciona. Na África do Sul, o apartheid desfez-se, uma transformação que trouxe uma nova confiança a todo o continente. O fim do apartheid lembrou a África, e o mundo, de que não há injustiça que dura para sempre. Mais sombriamente, os acontecimentos de 11 de Setembro de 2001 em Nova Iorque e Washington fizeram com que muitos países ricos reflectissem sobre a relação entre a pobreza global e a segurança da terra natal. O que acontece com

os cidadãos mais pobres nos países mais pobres pode afectar directamente o cidadão mais rico no país mais rico. “Se a sociedade não puder ajudar os pobres,” como o Presidente John F. Kennedy dos E.U.A. havia dito, “Não se pode salvar a minoria rica,”. Faça uma análise de conjunto e este documento torna-se numa declaração do nosso interesse comum.

Agora, mais do que nunca confiamos uns aos outros não apenas por causa da nossa sustentabilidade, mas pela nossa segurança e tranquilidade. Como disse o Presidente George W. Bush: “A opressão e a pobreza persistentes podem levar-nos ao desespero e à falta de esperança. E quando os governos não satisfazem as mais elementares necessidades do seu povo, estes estados podem tornar-se em abrigos para terror... em muitos estados do mundo, a pobreza impede os governos de controlar as fronteiras, policiar os seus territórios, e fazer cumprir as suas leis. O desenvolvimento proporciona os recursos para construir a esperança e a prosperidade, e a segurança”. Hoje as fortunas dos mais ricos nos países mais ricos estão irrevogavelmente ligadas ao destino dos mais pobres nos países mais pobres do mundo, mesmo sendo desconhecidos e nunca se encontrarão.

As mudanças não terminaram. Mudanças nos modelos de produção do petróleo e consumo significa que os Estados Unidos está disposto a obter até os 25 por cento do seu petróleo a partir da África dentro dos próximos 10 anos. No que se refere ao estado do mundo, a Ásia – e particularmente os gigantes da China e Índia – estão a emergir como uma maior potência económica. Os investimentos e interesses comerciais chineses, por exemplo, são agora encontrados em toda a África. Em diferentes partes do globo, a era industrial foi em muitos aspectos ultrapassada pela revolução informática, as implicações segundo as quais o mundo ainda tem que compreender de forma integral. Tudo isso significa que o momento é propício para olhar novamente para o papel que o mundo desenvolvido pode exercer em assistir a África no seu desenvolvimento.

Neste relatório tentamos contar uma história. É inevitavelmente uma história complexa, na medida em que muitas destas questões têm impacto sobre outras e não podem razoavelmente ser resolvidos de modo isolado. O caminho escolhido para percorrer por este matagal de interacções é este. Começamos por dizer como o problema parece aos olhos de África, pois que as culturas do continente são todas muito facilmente postas de parte na ânsia de apresentar soluções encomendadas a partir do mundo desenvolvido. Portanto, olhamos como a África deve mudar no que tange à governação, paz e segurança, e como o mundo industrializado deve também mudar o seu comportamento. Olhamos para aquilo que o povo precisa, muito particularmente a sua saúde e educação, e como certificar que os mais pobres estejam inclusos na economia e na sociedade. Consideramos fulcral a questão sobre como fazer as economias Africanas crescer e, novamente, como certificar que os pobres possam participar, e beneficiarem-se do crescimento; os fazedores de políticas devem sempre considerar o impacto das políticas sobre os pobres. Então olhamos para o comércio, para descobrir quais são os impedimentos de África em vender mais ao estrangeiro, e como estes podem ser removidos. Depois olhamos para as relações entre a África e o mundo rico, em termos

de comércio, ajuda e dívida – e como os doadores devem mudar a forma que fazem seus negócios em África. Em cada uma destas áreas fazemos recomendações específicas, que são apresentadas aqui e clarificadas com mais pormenores na Parte Dois do relatório. Terminamos por virar a nossa atenção como podemos fazer as nossas recomendações acontecerem realmente – e monitorar para que sejam convenientemente implementadas.

Em tudo isto insistimos na necessidade de fazer ouvir a voz da África de maneira mais clara. E sublinhamos que a primeira responsabilidade para mudança e governação melhoradas depende dos próprios Africanos, e que o mundo rico tem o dever moral – bem como uma razão poderosa de interesse pessoal - para assistir.

Algo novo fora de África

O nosso ponto de partida é dizer a verdade sobre a África. Isto significa que devemos fazer referência aos sucessos, assim como às falhas. Em qualquer país de África os primeiros sinais que vislumbram é de que as coisas possam mudar. Há 20 anos atrás os países Africanos eram geralmente considerados como ditadores; hoje tais governos são a minoria. A democracia tem uma nova vida. Há cinco anos, mais de dois terços dos países da África Subsahariana realizaram eleições multipartidárias – algumas mais livres e justas que as outras – com um número de exemplos pacíficos de mudanças democráticas ao nível dos governos. Em muitos lugares, a guerra deu lugar à paz.

Aí onde ocorreu mudança está a emergir uma nova geração de líderes políticos, muitos dos quais exprimem um novo compromisso para o bem comum do povo. Parece começarem a reformar também as instituições Africanas. A velha Organização da Unidade Africana, com a sua política de ‘não-interferência’ nos assuntos internos de outros estados Africanos, foi transformada numa mais forte União Africana que tem uma política de ‘não-indiferência’ aos sofrimentos dos cidadãos nos países vizinhos que não respeitam a democracia, os direitos humanos e a necessidade de paz. Estabeleceram como um braço da União Africana, um programa intitulado A Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), que considera melhor a governação como condição prévia para o desenvolvimento de África. Adoptaram o Mecanismo de Revisão entre os Pares para descobrir que políticas e sistemas de governos foram demonstrados no sentido de serem mais eficazes em qualquer parte. Todas estas iniciativas e organismos ainda devem provar o seu valor, mas os primeiros sinais são encorajadores. Agora, o apoio da comunidade internacional podia fazer a diferença em saber se elas terão êxitos ou não.

Em África, à semelhança doutros continentes, há um forte elo entre o desenvolvimento político e económico. Apesar das três décadas de total estagnação continental, o crescimento excedeu a 5 por cento em 24 países separados da África Subsahariana em 2003. Está em evidência um novo empresariado e em vários países há uma classe média crescente. Uma rica variedade de grupos de pressão e organizações da comunidade estão a começar a mudar o mundo que os rodeia e a aprender a levar os seus governos a explicarem-se. É também notável o papel dos Africanos que vivem no mundo

desenvolvido. O fluxo de dinheiro que retorna é ainda baixo, se comparado com outras regiões em desenvolvimento, mas aumentou dramaticamente nos últimos anos. Há em toda a parte os primeiros sinais do que podia ser o ímpeto para mudança.

Naturalmente, ainda há regimes opressivos em África. A corrupção continua a ser penetrante. O conflito violento é frequente. Ineficácia, perda e burocracia desnecessária são vulgares. Muitas nações carecem de capacidade administrativa e organizacional para oferecer o que os cidadãos precisam e merecem. Porém, há um novo optimismo no estrangeiro. Mais da metade de Africanos entrevistados pela organização de pesquisas Afrobarometer espera que a sua economia nacional seja ‘melhor’ ou ‘muito melhor’ nos anos vindouros. E a pesquisa “Pulse of Africa” da BBC Worldservice descobriu que em todos os países pelo menos 9 em cada 10 estão orgulhosos de serem Africanos. Há também um reconhecimento de cada vez maior que a responsabilidade de tratar de tudo isso reside totalmente nos próprios Africanos. Como a Africana vencedora do Prémio Nobel da Paz, Wangari Maathai, frisou no seu discurso em 2004:

“Vamos...intensificar o nosso compromisso para com o nosso povo, reduzir os conflitos e a pobreza e, desta forma, melhorar a qualidade de vida. Vamos abraçar a governação democrática, proteger os direitos humanos e proteger o nosso meio ambiente. Estou certa de que chegaremos à ocasião. Sempre acreditei que as soluções da maior parte dos nossos problemas devem dimanar de nós.”

Mudanças como estas inspiraram-nos na qualidade de Comissários com a convicção de que chegou um momento singular para a África. O desafio, tanto para os Africanos como para os seus parceiros entre as nações desenvolvidas, deve-se aproveitar a nova oportunidade que a mudança no terreno apresenta. A África está num ponto crítico. O caminho para o futuro de muitos países Africanos podia cair por terra inexoneravelmente. Ou continuaria a longa caminhada em direcção a um melhor lugar. Esperamos que o relatório ofereça um mapa que possa ajudar a África a caminhar para o progresso. Mas para o fazer serão necessárias decisões audazes por parte dos Africanos e acções de apoio do resto do mundo.

As décadas perdidas

Quando o sol começou a pôr-se nos impérios estrangeiros da Europa, e antigas colónias em todo o globo, nos anos sessenta começaram a preparar-se para a independência, ninguém se preocupava relativamente a África. A ansiedade foi toda para a Ásia. Parecia que toda a África era lugar de grandes riquezas minerais e vasta fecundidade agrícola. Em contraposição, a Ásia parecia ter apenas problemas e população. Todos os cenários estavam centrados na Índia e no oriente.

Isto aconteceu somente há quatro décadas atrás. Hoje a África é a região mais pobre do mundo. Metade da população com menos de um dólar ao dia. A esperança de vida está realmente a decrescer. As pessoas vivem, por média, até aos 46 anos de idade. Em contraposição, na Índia e no Bangladesh este número é de 17 anos a mais.

As simetrias entre a África e a Ásia são reveladoras. Há 30 anos a renda média na África Subsaariana foi duas vezes mais que a da Ásia do Sul ou do Leste. Nas décadas passadas aconteceu uma viragem assustadora. A renda média em África está agora bem abaixo da metade daquela da Ásia do Leste. A história é similar na Ásia do Sul, América Latina e o Médio Oriente. África é o único continente no mundo que está a estagnar. Porquê a África está muita atrasada?

Por um lado, as suas bênçãos provaram também ser uma maldição. A história das quatro décadas passadas ilustram que os países com mais petróleo, diamantes e outros recursos naturais de alto valor encontram-se entre os que mais experimentaram a guerra e o conflito armado. O conflito é um dos ciclos viciosos de África. Não pode haver desenvolvimento sem paz, do mesmo modo que não pode haver paz sem desenvolvimento.

Todavia, a grande riqueza proporcionou-a mais um problema sistemático. As vias férreas e estradas da era colonial foram concebidas para, em primeira instância, transportar minerais e outras matérias primas do interior da África para os seus portos a fim de serem transportadas para a Europa. Não foram concebidas para ligar uma parte do continente com a outra ou gerar mais ligações para o Oriente. Isto é bem visível se pusermos um mapa dos caminhos-de-ferro de África junto com àqueles da Índia:

As vias férreas da Índia ligam o subcontinente; As de África ligam apenas as áreas de extracção para os portos. Hoje, o custo do transporte de África – local, nacional, ou internacional – e hoje duas vezes tão altos como àqueles de um país Asiático típico. O embarque de um carro do Japão para Abidjan custa US\$ 1,500, ao passo que sair de Abidjan para Addis Abeba custa US\$5,000.

A era colonial trouxe outros problemas. A divisão da África nos seus respectivos países que a compõem foi produto de interesses do Oriente e não ideias dos Africanos. As linhas traçadas no mapa pelas grandes potências Europeias em Berlim em 1884 ainda têm consequências profundamente disruptivas. Muitas comunidades estão agora divididas entre dois, três ou mesmo quatro países. Diversos grupos em toda a parte, alguns deles foram inimigos tradicionais, estão aglutinados numa união incómoda, muitos dos quais carecem de uma língua comum para se comunicarem uns aos outros. O colonialismo favoreceu uns grupos em detrimento dos outros, criando novas hierarquias. As consequências de algumas destas divisões permanecem vivas, como é demonstrado no Ruanda na relação entre a etnia Hutu e Tutsi cujas diferenças foram artificialmente agudizadas durante a era colonial, com as terríveis consequências do genocídio de 1994.

“Deixem que cada um deles tenha uma grande montanha,” pronunciou-se majestosamente a Rainha Victória quando tecia considerações a respeito da divisão de terra entre o que é agora o Quênia e a Tanzânia. O resultado é que muitos estados modernos Africanos não têm qualquer geografia natural, étnica, política ou coerência política. Ao contrário do que acontece com o subcontinente Indiano, onde foi instituído um sistema administrativo eficaz, a África foi pobremente servida. A África emergiu da era colonial com estruturas de governação e infra-estrutura muito fracas do que outras ex-colónias. As fronteiras políticas criaram barreiras económicas.

O legado de tudo isto é de que a África teve um começo muito fraco na sua corrida para o desenvolvimento. Mesmo assim nos anos 60, logo após a independência, houve um crescimento da renda média em África. Não se trata de uma coincidência de que quando os problemas dos anos 70 eclodiram, a renda média de África baixou. Naquela década a África tornou-se num dos campos de batalha em que os conflitos da Guerra Fria tinham lugar. Ambos os lados apoiavam déspotas venais que estavam menos interessados em desenvolver as suas economias nacionais do que saquear os bens dos países que governavam, depositar secretamente bilhões de US dólares nas suas contas privadas nos bancos da Suíça.

Aquela década apenas reforçou os problemas de África. Enquanto a Ásia do Sul se ocupava da expansão da área de terra sob irrigação, a proporção de terra pertencente a África mudou muito pouco; durante os passados 20 anos permaneceu à volta dos quatro por cento ao passo que a Ásia do Sul subiu a 40 por cento. A Ásia investiu em estradas rurais e energia, novas colheitas, ciência e tecnologia.

Neste aspecto, a África também regrediu.

Uma das falhas deste período foi a ausência da diversificação das economias Africanas das suas comodidades principais. Hoje a maior parte dos países Africanos ainda confiam em exportações de pouca diversificação. Tal facto deixa-os altamente vulneráveis a uma baixa de preço a longo prazo do que vendem e a flutuações descontroladas no mercado mundial de tais comodidades. De 1980 a 2000, o preço do açúcar baixou a 77 por cento, cacau a 71 por cento, café a 64 por cento e algodão a 47 por cento. Os preços de exportações de África são quase quatro vezes mais voláteis do que aqueles praticados nos países desenvolvidos.

As simetrias em relação a Ásia são grandemente para a desvantagem de África. Nos últimos 20 anos assistiu-se a uma enorme mudança nos países em desenvolvimento. A proporção dos produtos manufacturados das exportações subiu de 20 por cento a quase 80 por cento. A Ásia liderou. Desenvolveu a infra-estrutura industrial, habilidades e cultura de aprendizagem que carecemos. A tarefa de entrar aos novos mercados é agora mais dura para África do que antes. Um outro ciclo vicioso.

Tudo isto teve um efeito resultante de acções antecedentes. Investidores, quer domésticos quer estrangeiros encaram a África como um todo – num país onde a guerra lança longas sombras, não só aos estados vizinhos, mas também ao continente. Como resultado, para muitos estrangeiros a África parece ser um lugar não atractivo para investir e guardar o seu dinheiro. E o dinheiro que se faz em África é forçado a sair. Cerca de 40 por cento das economias Africanas são guardadas fora do continente, se comparados com apenas seis por cento da Ásia do Leste e três por cento da Ásia do Sul. O que é verdade no que diz respeito ao dinheiro, também o é no que diz respeito às pessoas. Muitos Africanos formados abandonaram as suas casas durante 20 anos porque estão frustrados por não poderem colocar as suas habilidades ao bom serviço do continente. Podem também ganhar mais e ter uma melhor vida em qualquer parte. A África perde por média 70,000 pessoas qualificadas para os países desenvolvidos nesta fuga de cérebros. A Zâmbia perdeu tudo senão 400 dos seus 1, 600 doutores nos últimos anos.

Uma força de trabalho qualificada e saudável é vital para o sucesso de qualquer actividade económica. Assistência médica e educação são os direitos de primogenitura de todas as crianças mas também são essenciais para a saúde da nação. Os países não se podem desenvolver convenientemente se apenas as suas elites forem educadas. Países com assistência médica e medicamentosa pobre e níveis baixos de educação acham mais difícil de alcançar o crescimento económico.

O desempenho de África em matéria de desenvolvimento humano é pobre se comparado com o da Ásia do Leste e Sul. As décadas em que a Ásia esteve a investir, nos anos 70 e 80, foram anos de crise quando governos Africanos estavam a cortar os orçamentos das clínicas e hospitais a pedido do Fundo Monetário Internacional. A evidência demonstra que a política económica do FMI e o Banco Mundial nos anos 80 e 90 tiveram pouca consideração sobre como estas políticas teriam um potencial impacto sobre a população pobre em África. Muitos sistemas de saúde e económicos começaram a estrangular-se. Tudo isto surgiu desde o momento em que a SIDA começou a causar o seu número de baixas. Isto ilustra um outro ciclo vicioso tão típico dos males da pobreza. Sem clínicas e escolas em funcionamento é mais difícil de alcançar uma força de trabalho saudável e qualificada; sem tal força de trabalho, um dos requisitos fundamentais para a criação do crescimento económico; sem crescimento económico não há dinheiro para investir em clínicas e hospitais.

O problema de África é que todos estes ciclos viciosos estão interligados. Razão porque atacá-los requer acção forte em todas estas áreas ao mesmo tempo.

A relação de África com o mundo rico

Três dinâmicas, as vezes contraditórias, dominam a relação entre a África e as nações industrializadas: elas envolvem o comércio, dívida e ajuda. Nas últimas décadas, a África assistiu o baixar das suas acções do comércio dos seis por cento em 1980 a menos do que 2 por cento em 2002. Neste particular, o mundo industrializado não foi prestativo. Na verdade, foi um obstáculo intencional. A União Europeia, Japão, os Estados Unidos e muitos outros países ricos todos subsidiam a sua agricultura, que por seu turno deprime os preços mundiais nas comodidades subsidiadas. Os fazendeiros locais acham que não podem fazer colheitas que compita com os produtos subsidiados pelos contribuintes das nações do G8. Os países pobres queixaram-se disto à Organização Mundial do Comércio e tiveram as suas reclamações sustentadas. Mas a reforma da Política Agrícola Comum da União Europeia e dos EUA é terrivelmente lenta. Na verdade, o montante que o mundo desenvolvido gastou para subsidiar a sua agricultura – é muito mais do que aquilo que é destinado ao grande negócio agrícola – em 2002 foi equivalente à renda de todas as pessoas na África Subsahariana juntas.

Mas isto é muito diferente do único problema com o comércio. As nações desenvolvidas estipulam impostos sobre os bens exportados por eles; o produto agrícola importado da Europa, por exemplo, deve pagar um tarifa média de 22 por cento. Existe um grande número de barreiras dos produtos do interesse de África; por exemplo, as tarifas sobre o amendoim proveniente dos EUA são de 132 por cento. Algumas destas barreiras foram

reduzidas ao longo dos anos, mas foram introduzidas novas barreiras. Estas barreiras comerciais indefensáveis devem ser abolidas; portanto, estes não são os únicos empecilhos ao comércio para África. Finalmente, a política económica Africana relativa ao comércio, enquanto caminha para liberalizar sectores da economia, é também um requisito frequente receber ajuda dos doadores. Se porventura forem responsáveis pelos seus próprios cidadãos, será dado aos governos Africanos um espaço para fazerem ouvir as suas próprias decisões.

A segunda área problemática na relação entre a África e o mundo desenvolvido é a que se refere à dívida. Há um forte ressentimento em muitas partes de África no quadro destas obrigações da dívida, em parte porque a maior parte desta dívida foi contraída por líderes não eleitos apoiados por muitos países que agora recebem o dinheiro para cobrir o serviço daquelas dívidas – e que, muitos Africanos sentem que agora estão a usar a dívida como uma alavanca para ditarem políticas ao continente. Há um sentimento generalizado de que as dívidas são injustas e o que foi devido, na prática, já foi pago muitas mais.

Ao longo dos anos a África teve dificuldades em liquidar o juro – sem falarmos do capital – destas dívidas. Mesmo depois de várias reduções da dívida, a África Subsahariana ainda paga mais em dívidas, em serviço do que gastar na saúde (cerca de três por cento da sua renda anual). Para cada US\$2 que actualmente a África recebe como ajuda, amortiza quase US\$ 1 em pagamentos de dívida.

A terceira área chave na relação de África com o mundo rico refere-se à ajuda. Nalgumas partes da região há muito cepticismo à volta disto. É vista como ineficaz, roubada ou desperdiçada. Não há dúvidas de que no passado este foi o caso, por exemplo, na era de Mobutu. De modo igual, não há dúvida de que alguns países não tiveram a capacidade para manusear a ajuda eficazmente. Contudo, a evidência na eficácia da ajuda, que examinamos meticulosamente, demonstra que é simplesmente inverdade que a ajuda para a África foi desperdiçada nos últimos anos.

Foram aprendidas lições fortes e a África está a mudar. Mas existem áreas em que os governos Africanos devem acelerar aquela mudança antes que a ajuda extra renda produza o seu completo potencial. Para além disso, os doadores internacionais devem melhorar seriamente a forma como é feita distribuição da ajuda. Este relatório recomendará mudanças fundamentais no que tange ao comportamento dos países Africanos, países ricos e na relação entre si.

A questão fundamental da governação

Um facto realça todas as dificuldades causadas pelas interações da história de África durante os passados 40 anos. Trata-se da fraqueza de governação e da ausência de um estado eficaz. Quanto à governação, isto é, à falta de habilidade de o governo e a função pública criar um quadro económico, social e jurídico correcto que encoraje o crescimento económico e permita os pobres a participarem do mesmo. Todas as evidências demonstram que as reduções no que diz respeito à pobreza não acontecem sem crescimento económico. Mas qualquer jardineiro certificará que o crescimento não pode ocorrer a menos que as

condições para o fazer estejam criadas. Do ponto de vista hortense, isto quer dizer, terra agricultáveis, temperatura, água e luz em proporções adequadas. Do ponto de vista económico, desde que o crescimento seja realizado principalmente pelo sector privado, implica que os governos devem providenciar um clima no qual o cidadão comum – quer de pequenas fazendas quer gerentes de firmas maiores – prossigam com as suas tarefas diárias sem interrupção, e sintam-se de que vale a pena investir no seu futuro. Este é o clima que falta a África.

No âmago do governo deve ser instituído um ambiente económico que encoraje o investimento. Isto é, funções básicas tais como proporcionar segurança, instituir políticas económicas saudáveis a coberto da lei, recolha de impostos e providenciar serviços públicos adequados como a saúde e a educação. Isto implica dizer que as infra-estruturas físicas estão assentes – estradas, caminhos-de-ferro, água, energia e telecomunicações. Mas há também mais formas de infra-estruturas, tais como um sistema jurídico para proteger os direitos básicos de propriedade, direitos humanos, e respeito pelos contratos, fazer cumprir a lei e actuar como um cheque sobre os governos.

Esta função ultrapassa a actividade directa do governo numa área de governação mais ampla. Visa assegurar que as instituições estejam assentes: um poder judiciário independente, uma polícia imparcial eficaz e um sistema judicial, e uma grande variedade de sistemas financeiros e reguladores tais como bancos centrais, registos de terra, e organismos para administrar portos e postos alfandegários. Tudo isto exige força de trabalho qualificada e gerentes, ao nível nacional e ao nível do governo local. Por sua vez, precisam de formação, assim como equipamento tal como instrumentos para manter o registo, arquivos, sistemas contabilísticos, telefones e computadores. Sem tudo isto a capacidade dos governos no mundo moderno para executarem o seu trabalho é extremamente difícil.

São estes sistemas de governação, e a capacidade para faze-los trabalhar de que a África muito carece. E, para alcançá-lo, os processos dos governos têm de ser propriamente abertos ao escrutínio. Sabendo quanto dinheiro foi recebido, e como deverá ser gasto, mune aos cidadãos de meios para pedirem contas aos governos.

Acreditamos que a questão da boa governação e capacidade para construção residem no âmago de todos os problemas de África. Enquanto isto prevalecer a África estará condenada a continuar a sua estagnação económica.

Por que agora?

A longo história do declínio de África leva algumas pessoas a sugerir que não pode haver urgência em tomar acção radical. O oposto é o caso. A África não pode esperar. O plano que expomos aqui precisa de acção imediata.

A razão mais óbvia da urgência é de que o povo de África morre desnecessariamente todos os dias. Níveis de privação significam o contínuo sofrimento humano. A decência humana comum insta que a demora não pode ser uma opção.

Mas há outras razões. Estamos a adiar a dificuldade para o futuro. Quanto mais tempo os problemas de África ficarem por resolver pior se tornarão. O contágio da SIDA multiplicará se for deixado assim. Do mesmo modo as doenças como a tuberculose, que se propaga como o frio comum e que está agora a seguir pelo continente a uma proporção de uma pessoa por segundo. A pobreza leva-nos a acções de sobrevivência a curto prazo, tais como à venda de bens ou ao abate de árvores, que sempre prejudicam as condições de uma recuperação. Prejuízo irreversível está a ser feito ao meio ambiente, ameaçando futuros fornecimentos de alimentação.

As enormes favelas de África estão a crescer rapidamente, dia após dia, sem plano, de maneira que ameaça tensões sociais sérias nos próximos anos. Esta urbanização caótica é um exemplo clássico dos custos da demora. A população de África está a explodir. Cerca de 37 por cento de Africanos agora vive em cidades e o número tende a aumentar a 50 por cento nos próximos 20 anos. Antes de 2030 a África será um continente urbanizado. Já 166 milhões de pessoas vivem nas favelas. As condições de vida lá são piores por causa do acesso à água, detritos, energia, remoção de lixo ou outros serviços das autoridades municipais mal equipados, ou à falta de vontade para o fazer. E estas favelas estão cheias de população jovem, desempregada e descontente. As cidades Africanas estão a tornar-se num barril de pólvora de potencial instabilidade e descontentamento.

Porém, todos estes problemas precisam de acções atempadas que possam ajudar a manobrar estas tendências. Quando as raparigas forem educadas, quando as rendas subirem, quando o cuidado médico reprodutivo estiver disponível, e quando os pais souberem que a taxa de mortalidade infantil estiver a descer, então as taxas de natalidade baixarão. Todas estas coisas podem ser alcançadas comparativamente rápido, como demonstrou a história do Bangladesh e da Índia.

A ausência de acção ocasiona um outro perigo. Aqueles novos líderes Africanos que estão comprometidos a mudar instituíram reformas – na economia e no combate à corrupção – isto foi politicamente difícil. Aqueles líderes podiam ser expulsos dos seus gabinetes se o seu povo não visse rendimentos. Isto pode significar que algumas mudanças destinadas a melhorar a vida em África a médio e longo prazos seriam inversas. Outros podiam ser impedidos de prosseguir o mesmo caminho. É por isso que uma acção de apoio por parte do mundo desenvolvido é urgente.

Hoje a África possui a sua melhor oportunidade para mudar durante décadas. Mas o futuro é finalmente equilibrado. O mundo rico tem agora a oportunidade para aproveitar este equilíbrio para a possibilidade de sucesso e longe da probabilidade do fracasso. Os riscos decorrentes do atraso têm mais importância que os riscos de agir forte e rapidamente.

Através dos olhos de África

Coloque a grande questão: Para que serve o desenvolvimento? E obterá diferentes respostas em diferentes culturas. Muitos países do Ocidente encaram-na como sendo uma questão para lugares como a África ‘se equiparar’ ao mundo desenvolvido. Ao contrário, em África

provavelmente lhe dirão algo relacionado com o bem-estar, felicidade e ser membro de uma comunidade. No Ocidente o desenvolvimento refere-se ao acréscimo de escolha para os indivíduos; em África tem mais a ver com o aumento de dignidade humana numa comunidade. A menos que os que estiverem a traçar o desenvolvimento o façam de forma integral, caso contrário as políticas fracassarão.

A dificuldade reside no debate sobre o desenvolvimento, embora usemos todos os mesmos termos, nem sempre têm o mesmo significado para nós. Diferentes culturas manifestam suas ideias sobre política e liberdade económica de variadas maneiras. Por esta razão, a Comissão decidiu considerar o assunto sobre cultura antes de iniciar a análise política e económica. No que tange à cultura, estamos a abordar mais do que a literatura, música, dança, arte, escultura, teatro, filme e desporto. Naturalmente, todos estes elementos pertencem a qualquer grupo social. Mas a cultura é mais do que a arte. É acerca dos padrões partilhados de identidade. É acerca da forma como os valores sociais são transmitidos e os indivíduos moldados para fazer parte de uma sociedade. A cultura trata da interacção do passado com o futuro.

Na era pré-colonial o povo de África agrupava-se em clãs. A cultura deste povo foi forte em laços de consanguinidade e um sentido de que os membros do grupo eram responsáveis por e de uns aos outros. Muitos destes aspectos, tais como a relação entre adultos e crianças, persiste até aos nossos dias. Sem descurar aqui ‘grande homem’ a cultura que requer um membro bem sucedido do clã para oferecer protecção aos outros membros – um fenómeno que é raramente tomado com suficiente seriedade pelos fazedores da política de desenvolvimento. A relação entre patrono-cliente não deve ser posta de parte como tentações ao nepotismo e a corrupção; revelam algo acerca dos sentidos de comunidade Africana.

Cultura neste sentido não é algo extra. Tem de ser construída no nosso entendimento, na nossa análise e no nosso processo. Esta é uma das razões porque no início insistimos que a Comissão para África deve consultar o mais amplamente possível, dentro de África e no mundo desenvolvido. Conforme um dos nossos Comissários, Trevor Manuel, ministro das finanças Sul Africano, citou um provérbio Africano: “Até que os leões falarem, a história será somente a dos caçadores”. As consultas que lançamos tiveram participantes das favelas do leste de África e mulheres da zona rural do Oeste de África, incluindo os fazedores de decisões eleitos e não eleitos em África e no mundo rico. Colocamos a todos as mesmas questões: o que realmente funciona e o não funciona no continente?

Em várias ocasiões reforçamos as duas mensagens. A primeira foi da necessidade de reconhecer a enorme diversidade Africana. O segundo maior continente do mundo, alberga mais de 50 países que por seu turno têm uma mistura de pessoas enormemente ricas, culturas, economias, história e geografias. A África, assim como os seus lugares são reflectidos numa expressão Francesa como ‘les Afriques’. Isto quer dizer que não pode haver “uma solução que serve para tudo”.

A segunda mensagem foi de que a força de África reside nas redes sociais que são invisíveis a muitos estrangeiros. O que pode parecer para os doadores como uma forma de

anarquia que está de facto estruturada; são estruturas sobre as quais os Ocidentais não estão treinados a perceber. Os Africanos sobrevivem – e alguns prosperam – face às baixas rendas e poucos empregos na economia formal. Fazem-no utilizando uma rede complexa de relações sociais que faça decisões sobre quem tem capital inicial para pequenas empresas ou empréstimos sem juros em emergências. Estas redes podem ser informais mas revelam como o povo Africano estará envolvido em actividades onde possam ver propósito e direcção.

É também evidente o facto de em muitos países tais redes serem vistas como alternativas para o estado. E é bem verdade que em lugares como Somália onde o estado se desmoronou completamente. Mas há ‘estados fracassados’ a ponto de não serem capazes de providenciar um quadro básico jurídico e económico, ou serviços públicos como saúde e educação, que os cidadãos esperam. Há um cinismo generalizado entre os políticos. Na língua Wolof o termo *politing* significa mentira ou decepção. Os eleitores ficaram desiludidos. A afluência às urnas está em declínio em África.

Para muitos, quiçá a maioria, o estado é uma irrelevância ou um fardo. Para eles a sua primeira lealdade assenta na família, clã ou tribo. Se bem que, cada vez mais algo caminha em direcção ao vácuo. É religião. A religião tem sido importante em África mas nos tempos hodiernos em toda a África grande número da população está a converter-se ao Cristianismo, frequentemente nas suas manifestações mais evangélicas, e ao Islão, mais particularmente na forma puritana Wahhabi, encorajados pelo dinheiro da Arábia Saudita. Há também um grande renascimento nas religiões tradicionais Africanas, incluindo o início de sociedades secretas. Onde o estado já pode travar, movimentos religiosos que estão a ganhar uma nova atractividade.

Isto tem consequências muito práticas. No Congo, por não haver serviços nacionais de correios, as pessoas deixam cartas nas igrejas Católicas para serem levadas a outras partes do Congo, na medida em que as Igrejas são as únicas infra-estruturas razoavelmente coerentes no país. No Senegal a Confraria Mouride expandiu-se para cobrir quase um terço da população com uma mistura singular de Islão Sufi, membros estrangeiros do empresariado com entusiasmo e comprometidos a enviar montantes significativos de dinheiro. A religião, particularmente o Islão e o Cristianismo, oferecem um via para ligação à globalização. A Arábia Saudita e países do Golfo Pérsico tornaram-se parte de uma rede Africana de comércio, bem como zonas de acolhimento para trabalhadores emigrantes Africanos. E muitas das novas igrejas evangélicas têm relações com igrejas ricas nos Estados Unidos.

Pelo menos isto tem duas implicações para o desenvolvimento em África. A religião pode ser um modelo para o estado. Se o estado Africano desejar tornar-se mais eficaz precisa entender o que é a religião que constrói lealdade, cria infra-estrutura, recolhe impostos e taxas, distribui material, assim como benefícios espirituais. Decerto, a religião pode ser mal usada, mas também pode ser um parceiro no desenvolvimento. Líderes de fé têm grande influência em moldar as atitudes sociais, relações em comunidade, responsabilidade pessoal e costumes sexuais. Recentemente na Etiópia o governo garantiu a um dirigente Patriarca da Igreja Ortodoxa Etíope que concedeu aos fazendeiros permissão para trabalharem 160

dias ao ano, que tinham sido pensado previamente como festivais religiosos, quando trabalhar seria um pecado; desde então a produtividade agrícola subiu a mais 20 por cento ao ano. No Quênia trabalhadores da saúde já estão a usar xamãs (curandeiros) para dar cuidado primário de saúde. Clérigos, líderes religiosos tradicionais e imãs Islâmicos são de cada vez mais proeminentes na luta contra o VIH e SIDA. Mas isto não deve ser visto apenas como uma tentativa para co-optar líderes religiosos e médicos tradicionais a disseminarem as mensagens de culturas estrangeiras. Uma apreciação do papel da religião na vida Africana requererá alguns enfoques diferentes por parte da comunidade internacional.

Um sofisma comum sobre a cultura é de que é a expressão de tradição imutável. Aqueles que detêm esta opinião usualmente consideram as culturas Africanas como regressivas e tribais e por isso prejudiciais ao desenvolvimento. Dizem sempre que a cultura Africana é uma força irracional que gera inércia e atraso económico. Isto é contrário à evidência. A história demonstra que as culturas Africanas foram tremendamente adaptáveis, absorvendo uma gama de influências estrangeiras, e imposições, bem como encontrar fórmulas para sobreviver em condições naturais, ambientais e sociais. Tais influências não são de todo positivo. Muitas culturas Africanas criam um sentido de recusa e passividade, ou encorajam o abuso das mulheres, o respeito para com o mais velho e tal deferência que exclui o jovem que agora faz a metade da população do continente. Mas a dinâmica da cultura significa que as pessoas podem criticar aquilo que herdaram. A lição é de que a cultura é um agente de mudança social e económica.

A forma como o telefone celular esta mudar a vida em África hoje é um exemplo vivo que o uso de telefones celulares está a aumentar muito mais depressa do que em qualquer parte no mundo. Cerca de 75 por cento dos telefones em África são móveis. Uma força motriz na sua expansão tem sido a necessidade de as pessoas manterem-se em contacto com familiares, mas telefones celulares são também usados para ajudar os pobres nas áreas remotas a procurar emprego sem ter que percorrer longas distâncias. Mas a nova tecnologia está a trazer muito subproduto indirecto.

Em comunidades agrícolas na Tanzânia, onde os açougueiros não podem conservar grandes quantidades de carne porque não dispõem de electricidade ou não podem comprar um frigorífico, as lojas sempre não têm carne. Hoje os clientes usam móveis para fazer encomendas antecipadamente, permitindo os açougueiros comprar a quantidade certa para satisfazer as necessidades dos clientes e desenvolver a linha de fornecimento integral. Os servidores de móveis em motocicletas estão a conceder conexões telefónicas nas zonas rurais da África do Sul. Já há evidência de recolha de dados que estão a emergir por via de celulares com o potencial para aumentar dramaticamente a eficácia nos orçamentos da saúde; programas piloto no Uganda estão já a demonstrar economias de 40 por cento.

O uso de cartões de telefones pré-pagos como uma forma de moeda electrónica no continente ultrapassa de longe o uso que se faz no mundo. Os Africanos estão a comprar cartões pré-pagos no mundo desenvolvido e enviá-los por telefone celular aos seus parentes à casa, que podem por sua vez vende-los a terceiros. Desta forma, os cartões tornaram-se numa forma de moeda pela qual o dinheiro pode ser enviado do mundo rico

para a África sem incorrer a comissão cobrada sobre vias mais convencionais de remeter dinheiro.

O telefone móvel está a criar infra-estruturas virtuais e a aumentar a possibilidade de transformações não pensadas na cultura Africana, infra-estrutura e políticas: estudos ilustram que quando 20 por cento da população tiver a habilidade de trocar notícias e ideias através do acesso aos celulares e o texto de mensagem, regimes ditatoriais e totalitários julgarem difícil de reter o poder. Mudanças como estas devem alertar para a possibilidade de outros desenvolvimentos que são difíceis, senão mesmo impossível de prever – e que podem destruir algumas conjecturas tradicionais no nosso pensamento sobre o desenvolvimento. Um relatório desta índole deve sempre deixar margem para esperarmos o imprevisto.

Aqueles que ignoram a cultura estão condenados a falhar em África. Os estrangeiros que estão a levar a cabo o workshop sobre SIDA em Angola aprenderam isto recentemente. Vieram transmitir a seu conhecimento sobre a transmissão e prevenção. Deixaram de obter novas formas de práticas culturais relativa à iniciação, à tatuagem, aos meios de quebrar o cordão umbilical, à poligamia, ao matrimónio tradicional e às práticas de cura. Só agora que compreenderam porque a sua educação e programas de conscientização não resultaram no maior uso de preservativos ou reduzidas taxas de infecção. Não tinham suficiente conhecimento acerca das normas culturais locais e valores da sexualidade.

Aqueles que entendem a cultura podem achar maneiras de serem bem sucedidos. Antes de a guerra civil ter mergulhado a Somália numa condição de monarquia dominada por chefe militar, a ordem era mantida pelos tribunais tradicionais do país das tribos antigas, a Tol. Isto tornou cada clã responsável pelas acções dos seus membros – se alguém roubasse, todo seu clã poderia ser multado por isso. Na maior parte do país o poder do Tol foi abolido pelos chefes militares. Mas na Somália, um lugar de modesta prosperidade, mas ordeiro, o Tol não foi apenas retido: foi incorporado na segunda câmara do parlamento. Poucos na Somália duvidam que a existência continuada do antigo sistema é um componente chave para a estabilidade relativa. Tal sistema híbrido e não aquele onde um político teórico podia inventar passando um cheque em branco. Mas possui a sua estranha mistura de Africanos e sistemas Ocidentais de Governação que funcionam. O desafio é aproveitar as culturas para encontrar tais híbridos funcionais para o resto do continente.

A lição geral é de que as prescrições do estrangeiro só têm êxito onde funcionam como o modo Africano de fazer as coisas. Falham onde forem ignoradas, ou não forem entendidas, as suposições culturais das pessoas que procuram resolver. A comunidade internacional deve fazer maiores esforços no sentido de entender os valores, normas e submissões das culturas de África e no seu quadro de implementar política com uma maior flexibilidade, imparcialidade e humildade.

Corrigindo os sistemas: governação e capacidade de construção

Uma pedra basilar para o desenvolvimento é um estado com uma constituição sólida que equilibre o interesse de todos os seus cidadãos, e que separe os poderes do sistema

judiciário do legislativo e do executivo. Isto oferece o quadro em que o sector privado pode criar o crescimento económico sem o qual as vidas dos pobres nunca podem ser substancialmente melhoradas. Quer dizer que um estado que tenha habilidade para manter a paz e segurança e proteger a liberdade e direitos humanos dos seus cidadãos, traçar políticas que facilitem o cidadão comum construir uma vida melhor, e prestar serviços públicos que os seus cidadãos precisam.

A governação é mais do que a forma como o governo dirige-se a si mesmo. É sobre todo o reino no qual os estados operam, incluem áreas como o parlamento, o sistema judiciário, a mídia e todas as outras organizações da sociedade que permanecerem quando um governo mudar. O outro passo é sobre as políticas do governo. Mas também é para saber se um governo tem pessoal e sistemas organizacionais para traçar suas políticas e a habilidade para implementá-las com a participação dos seus cidadãos.

Também tem uma outra dimensão crucial: como é que o governo responde o seu povo sobre suas políticas e acções, se é 'responsável' pelos seus cidadãos. Democracia desta natureza é fundamentalmente absoluta aqui. Mas isto é muito mais do que eleições em cada cinco anos para permitir uma mudança de líderes. Muitos Africanos questionam a legitimidade da constituição dos seus estados, no qual o equilíbrio entre o executivo, parlamento e o sistema judiciário mudou para o executivo na independência e abriu o caminho para um partido nos anos subsequentes. Outros líderes ignoraram as constituições e mantiveram-se no poder mais tempo do que o previsto na constituição. Os Africanos precisam resolver estas questões, e as nações desenvolvidas devem oferecer apoio financeiro e técnico.

Muito prosaicamente, pela responsabilidade de serem eficazes, políticas governamentais, acções e sistemas precisam abrir o escrutínio ao seu povo. Esta abertura não é só uma questão de atitude; tem de ser elaborada nos sistemas em que o estado opera.

Felizmente, há um maior reconhecimento de tudo isto entre os governos Africanos. Estão a trabalhar mais juntos, através da união Africana, para atacar esta questão. Cerca de 24 países, em representação de 75 por cento da população Africana, assinaram uma iniciativa do programa da NEPAD da União Africana e instituíram um Mecanismo Africano de Revisão entre os Pares onde um país coloca-se ao escrutínio dos pares para ajudar a identificar as suas fraquezas e as acções necessárias para corrigi-las. O objectivo é criar a adopção de boas políticas e prática por meio de partilha de informação do que funciona e do que não funciona. A pressão por parte dos Pares produz um incentivo forte para agir. Trata-se de uma iniciativa embrionária, mas as suas primeiras acções foram promissoras e esta Comissão recomenda que os países ricos apoiem-na. Com uma cifra monetária relativamente pequena este mecanismo podia impulsionar uma mudança significativa. Detalhes atinentes a isso e a todas as recomendações, estão disponíveis na Parte Dois deste relatório.

Capacidade para proporcionar

Boa governação é muito mais do que políticas sólidas. Os governos devem estar capazes de pôr em prática aquelas políticas. Um número de factores práticos impedem a capacidade dos estados Africanos o fazer. A África teve dinheiro insuficiente para investir em tecnologia, saúde e sistemas de educação, estradas, redes eléctricas, telecomunicações, habitação e fornecimento de água e saneamento. Possui uma qualidade pobre de sistemas para recolha de dados, sem os quais as políticas do governo não podem ser convenientemente formuladas nem monitoradas com precisão. Os seus funcionários, no governo nacional e local, normalmente não têm a formação para analisar a informação complexa ou planear e elaborar um orçamento de modo eficaz. A qualidade da gestão e os sistemas de incentivos têm sido pobres. Os funcionários estão também atingidos pela SIDA. Na Zâmbia os professores estão a morrer mais rápido antes de serem formados.

Nos anos recentes os doadores internacionais tentaram investir na capacidade de construção – a habilidade para traçar e proporcionar serviços. Mas os resultados foram paliativos. Analisamos as razões. As reformas foram feitas gradualmente, em vez de serem feitas como parte de uma estratégia mais ampla. Os governos Africanos não estiveram completamente comprometidos a elas. Os doadores forneceram assistência de forma contra-productiva. Em vez de reforçarem as habilidades dos ministérios Africanos, os doadores criaram Projectos de Unidades de Implementação para gerirem projectos individuais. Tiveram funcionalidade a curto prazo, mas ter estrangeiros para ‘fazer o trabalho’ a longo prazo não melhora as habilidades dos funcionários.

Precisa-se de um enfoque inteiramente diferente. Neste momento um forte apoio está a ser dado por parte dos países Africanos ao programa da NEPAD da União Africana, que dá nova ênfase no fortalecimento das instituições. O ponto de partida deve ser estratégias abrangentes redigidas por governos Africanos para construir capacidade nas suas administrações. A comunidade internacional deve apoiar estas estratégias, e garantir que os esforços de ajuda das nações doadoras individuais não os prejudica. Isto melhorou as necessidades da capacidade de ser construídas nos ministérios nacionais e ao nível do governo local, mas também é necessário ao nível do continente na União Africana e em várias comunidades económicas regionais através das quais os países possam trabalhar juntos.

A transformação das burocracias não será alcançada da noite para o dia. Os doadores devem reconhecer que na maior parte dos países Africanos a mudança será longo, lenta e complicada. Quer dizer que os países ricos devem proporcionar assistência de uma forma que permita os governos Africanos a planearem para mais tempo do que no presente. Sem um fluxo de fundos prognosticáveis a longo prazo que podem ser usados para salários e manutenção, os governos estarão relutantes em construir escolas ou alugar professores. Os doadores devem também acautelar-se de caçar pessoal com mais talento, e desta forma

enfraquecendo ainda mais a estrutura. E os governos Africanos devem tratar da fraca gestão, falta de incentivos para os indivíduos e corrigir as coisas e a pobre motivação que é muitas vezes mais crítica. Assim acontece com a necessidade de atrair, motivar e reter pessoal qualificado. Uma pesquisa efectuada no Malawi demonstra que 25 por cento dos professores que iniciaram o trabalho em áreas rurais em Janeiro em 1999 tinham desistido antes de Outubro do mesmo ano.

A escassez de profissionais qualificados em África é uma questão crítica. Tem as suas raízes num sistema de educação terciário que está em crise. A ênfase em África nos anos recentes foi da necessidade da educação primária. Um efeito secundário infeliz foi a negligência da educação secundária e terciária da qual saem os doutores, enfermeiros, professores, oficiais da polícia, juristas e funcionários do governo do amanhã. As universidades Africanas devem criar lugares para indivíduos qualificados que o continente precisa. Há em particular uma escassez no que se refere às habilidades científicas fundamentais para dar solução a estes problemas. A África precisa de ensino superior e institutos de pesquisa que atraiam os estudantes, pesquisadores e professores a estudar e trabalhar em África – actualmente há mais cientistas e engenheiros Africanos a trabalharem nos E.U.A do que em África. É preciso um programa de investimento a longo prazo, tanto para revitalizar as universidades Africanas como para apoiar o desenvolvimento dos centros de excelência em ciência, engenharia e tecnologia, incluindo institutos Africanos de tecnologia.

Respondendo ao povo – responsabilidade

Há uma outra condição chave necessário para boa governação. Trata-se da responsabilidade – queremos dizer com isso que um sistema que assegura que os governos sejam responsáveis pelo seu povo e pela forma como governam o país. Não são poucas as vezes que no passado os governos Africanos não responderam aos interesses de todo o seu povo, mas aquelas elites, partidos, tribos ou outros grupos particulares. As vezes colocam as exigências dos doadores da comunidade internacional antes dos interesses dos seus cidadãos.

Os governos devem ser responsáveis por todo o seu povo, incluindo os mais pobres e mais vulneráveis. Claro que não o fazem no presente. A pesquisa global realizada por esta Comissão revela que para a maioria dos Africanos, a responsabilidade primária para a criação de problemas nos seus países é posta à porta dos seus governos nacionais: 49 por cento da culpa é atribuída aos seus próprios políticos – três vezes mais do que os poderes coloniais formais, 16 por cento, ou países ricos, somente 11 por cento.

A resposta para isto é estabelecer mecanismos para garantir que as vozes de todos os cidadãos possam realmente influenciar sobre as decisões dos seus governos. Para fazer-lo é necessário bons sistemas de gestão económica e financeira. Mas é também tornar forte grupos chave dentro da sociedade. Os parlamentares Africanos precisam de formação e servir de mentores – para os seus trabalhos nos parlamentos nacionais e também no parlamento Pan-Africano nascente – dos seus homólogos noutros países desenvolvidos com parlamentos fortes e no mundo desenvolvido. Também precisam de uma maior

representatividade feminina. O sistema de justiça Africano – que tem um papel vital em fazer cumprir os direitos humanos, contratos e direitos de propriedade, e actuando como um cheque sobre o governo – precisa de fortalecimento. Os governos Africanos podiam fazer isso através de um leque de medidas, incluindo a garantia de posse aos juizes, introduzindo uma gestão informatizada e reforçar mecanismos democráticos a fim de fiscalizar o sistema judiciário. Os juizes dos países mais desenvolvidos podiam também ajudar.

Do mesmo modo com a mídia. Os jornalistas Africanos têm uma papel crucial em levar o governo a explicar e a expor a corrupção e a ineficácia. Mas no presente os seus jornalistas não são suficientemente livres ou profissionais. Precisam de mais formação, tanto em técnicas de jornalismo como ética profissional . Os governos Africanos podem ajudar a independência da mídia, concedendo licenças comerciais às estações de rádio para competir com as estações governamentais através das quais a maioria dos Africanos obtém notícias. Neste particular, os jornalistas e editores noutros países podiam também ajudar.

Os países desenvolvidos também podem apoiar o fortalecimento de um outro sector crucial que tem o poder de responsabilizar os governos pelas suas acções. As organizações da sociedade civil – sindicatos, cooperativas agrícolas, grupos religiosos e grupos da comunidade – todos têm um papel a jogar em assegurar que os responsáveis reflectam verdadeiramente o que as várias camadas da sociedade quer. O número destas organizações da sociedade civil aumentou dramaticamente durante a última década, mas muitas delas requerem ajuda para desenvolver habilidades que precisam para indicar as prioridades, conflitos de interesse ou uma falta de integridade de carácter nas finanças públicas. Também os seus homólogos nos países em desenvolvimento e nações desenvolvidas podiam ajudar.

Corrupção e transparência

Para que os líderes políticos sejam responsabilizados, os cidadãos devem ter informação adequada sobre as receitas do governo e atribuições do orçamento. A franqueza torna mais verosímil que os recursos sejam usados eficientemente. Ao contrário, falta de transparência encoraja a corrupção, especialmente quando os políticos e oficiais são membros de sociedades secretas, que são comum em África bem como no resto mundo. Esta falta de franqueza é um problema particular onde a renda – especialmente àquela que deriva do petróleo, recursos naturais e outros de alto valor – são geridos de uma maneira que escamoteia contas ao público.

Actualmente em África a corrupção é muito sistemática. É um dos ciclos viciosos de África: ela tem um efeito corrosivo de melhorar a governação, contudo, uma governação melhorada é essencial para reduzir o alcance da corrupção em primeiro lugar. Tudo isso prejudica, em particular, as pessoas mais pobres porque faz com que os fundos sejam desviados para proporcionar serviços que mais precisam outra pessoa qualquer na sociedade e provavelmente deverão pagar maior percentagem das suas rendas em subornos. A África começou a atacar este mal. Os seus políticos concordaram através do Mecanismo Africano de Revisão entre os Pares avaliar a sua performance contra um número de códigos e padrões internacionalmente aceites, incluindo os que têm a ver com a fiscalização e transparência monetária. Agora precisam adaptá-los ao contexto Africano porque muitos

deles foram elaborados para países que já estão muito mais desenvolvidos que a África e que têm diferentes capacidades e enfrentam diferentes desafios de política económica.

A podridão da corrupção está espelhada em todos os níveis da sociedade. Mas para enviar um forte sinal vale a pena atacar os exemplos mais egrégios. A comunidade internacional pode ajudar de duas maneiras, Primeiro, seguir o dinheiro saqueado por líderes corruptos Africanos nas contas estrangeiras, mandar de volta tal dinheiro aos seus estados de origem. Isto lançará uma mensagem clara aos actuais e futuros líderes de que não serão permitidos beneficiar-se do comportamento imoral. Segundo, os países ricos não devem estabelecer uma série de medidas para tornar o furto de bens nacionais mais difíceis e dissuadir as suas próprias companhias de pagar subornos em primeiro lugar. Como tinha dito honradamente o antigo Presidente ditador do Zaire Mobutu Sese Seko que “a corrupção alberga dois elementos – o corrupto e o corruptor.” E ele deve saber.

Estamos a falar de largas somas. Estima-se que o montante roubado, e o que está agora em contas estrangeiras é equivalente a mais do que a metade da dívida externa do continente. Na pior das hipóteses, os montantes que os indivíduos têm em contas estrangeiras calcula-se em bilhões de dólares Norte Americanos. Os países ricos devem exigir que os bancos da sua jurisdição informem sobre tais depósitos e repatriá-los às autoridades competentes. Precisa-se de uma acção ligada à cinco áreas:

Prevenção: Em primeiro lugar, são necessárias medidas para prevenir o furto de bens. Os crimes devem ser tipificados nos estatutos Africanos. As instituições financeiras de cada nação deve estabelecer controlos contra o branqueamento de dinheiro.

Identificação: Os sistemas devem ser melhorados por forma a reconhecer quando os fundos são adquiridos ilicitamente. Os países ricos desenvolveram controlos avançados contra o branqueamento de dinheiro na guerra contra o terrorismo e drogas que podem ser usados aqui. Os bancos devem ser exigidos a informar os estados Africanos sobre as transacções suspeitas.

Congelamento: As leis devem ser alteradas para facilitar mais o congelamento de bens numa fase inicial de investigação criminal, prevenir que o dinheiro não seja movido enquanto mais investigações estiverem em curso.

Confiscação: Devem ser estabelecidos mecanismos para facilitar a confiscação dos bens sem necessidade de condenação criminal. Todos os governos de países desenvolvidos devem introduzir leis para tornar possível a confiscação sem necessidade de uma condenação criminal e encontrar vias para reduzir o número de apelos feitos permitidos nestes casos.

Repatriamento: Os estados cujos bancos tiverem fundos localizados devem criar instrumentos para fazer retroceder os fundos ao estado a que foram saqueados. As nações ricas devem dar assistência técnica para ajudar a desenvolver a capacidade de África nestas áreas.

Mas a corrupção vai mais além das acções de alguns líderes cleptocratas. Está presente a todos os níveis. O que realmente significa para os pobres muita corrupção. Ao nível da base trata-se de uma questão de os governos Africanos demonstrarem vontade política para punir a corrupção. Mas muito que a comunidade internacional podia fazer. A atenção deve centrar-se nos fomentadores do suborno e aqueles que os recebem. Existem variados acordos anti-suborno para pôr freio à corrupção. Devem ser cumpridos mais rigorosamente. A Convenção das Nações Unidas Contra Corrupção – o primeiro instrumento legal para reconhecer a necessidade de os estados comprometerem-se a tratar do repatriamento dos bens – ainda não foi ratificada pelos membros do G8. Pode entrar em vigor apenas se for ratificado por 30 estados. É despropositado que o mundo rico lamenta a corrupção de África quando não toma medidas específicas necessárias para combatê-la.

A transparência é especialmente importante em países ricos em mineral. Toda esta evidência demonstra que o petróleo, por exemplo, sempre só enriquece a elite dominante. Para a grande maioria da população riqueza mineral sempre aparece meramente para aumentar a corrupção, pobreza e instabilidade política. Os eleitores Africanos precisam exigir que os relatórios do governo sobre as receitas da extracção mineral sejam abertos ao escrutínio público.

A comunidade internacional também tem um papel a desempenhar. À semelhança da perseguição directa ao suborno pode exigir maiores padrões por parte das companhias multinacionais activas nos países em desenvolvimento. Onde não houver leis para regular as acções das companhias estrangeiras, os códigos e padrões devem ser usados para guiar o comportamento. Actores sociais e clientes devem exercer influência considerável para garantir que tais códigos e padrões sejam seguidos.

Uma das iniciativas promissoras no campo da Iniciativa de Transparência das Indústrias Extractivas, que está a ser implementada em muitos países Africanos. Petróleo, gás e companhias de exploração revelam publicamente todos os pagamentos que fazem aos governos, e os governos, por seu turno, publicam o que receberam destas companhias. Cidadãos e grupos interessados podem então examiná-los minuciosamente. Este programa está na fase embrionária e o trabalho está a ser feito para clarificar exactamente o que significa implementar a iniciativa. Não resolverá todos os problemas imediatamente, mas é o primeiro ponto importante para maior responsabilidade. A comunidade internacional e mais governos Africanos precisam apoiar esta iniciativa e encorajar todos os países ricos em recursos a assinar, como já o fez a Nigéria, Gana, República Democrática do Congo e São Tomé e Príncipe. Isto inclui financiamento e formação dos funcionários, e os sistemas públicos para faze-los funcionar. As organizações da sociedade civil que monitoram também precisam de assistência similar. Mas o petróleo e a exploração mineira não são só os dois sectores onde se perde dinheiro por causa da má gestão e corrupção. Sectores como a floresta e pescas podiam beneficiar-se de muita abertura sobre os fluxos de receitas, e a comunidade internacional deve apoiar isso.

Uma das áreas que sofre severamente da corrupção é a obtenção – a forma como os governos compram as mercadorias e outros serviços. Abuso deste sistema acontece de variadas formas. Quando o sector público contrata está a passar um orçamento selado,

subornos – conhecidos por eufemismo ‘assinatura de gratificações’ – pode ser solicitado ou oferecido. As cotações podem ser adulteradas para arquitectar valores falsos. Não são só políticos e funcionários públicos que criam problema: como também os bancários, juristas, contabilistas, e engenheiros que trabalham em contratos públicos. A corrupção ronda aos 25 por cento dos custos de obtenção do governo, resultando frequentemente em qualidade de construção inferior e compras desnecessárias. Uma acção concreta sobre tudo isto está nas mãos dos líderes Africanos, que devem demonstrar vontade política para seguir o que foi iniciado. Mas a comunidade internacional também pode ajudar. Deve encorajar mais métodos de transparência nas vendas de mercadorias e serviços tanto em África como no mundo desenvolvido. Os países ricos Exportam Agências de Crédito – organismos governamentais que concedem empréstimos, garantias, créditos e seguro para as empresas privadas que investem e estão engajadas no comércio com países em desenvolvimento – podem fazer os seus fundos condicionais em conformidade com as medidas anti-suborno.

Estas são as principais medidas necessárias na governação. Embora haja melhorias em todas estas áreas, esta Comissão concluiu que, depois de uma revisão detalhada de toda a evidência, todas as reformas recomendarão – comércio internacional, dívida e ajuda – terão apenas impacto limitado.

A necessidade de paz e segurança

Fora do alcance do mundo, na maior peagem de morte desde a Segunda Guerra Mundial, cerca de 1,000 pessoas morrem todos os dias na República Democrática do Congo. É somente um dos muitos conflitos de África. Nas últimas décadas a África experimentou mais golpes brutais, guerras civis e instabilidade do que qualquer outra parte do mundo. Algumas destas, como a violência em Darfur, teve um grande impacto. Mas há outros conflitos mais pequenos incontáveis, tais como os conflitos entre os pastores de animais e agricultores que são encontrados em muitas partes de África, e que não menos viciosos. A violência causa muitas mortes em África quanto a doença.

O custo humano de tudo isto está a devastar milhões de vidas. Pelo menos três milhões de pessoas morreram em quatro anos na guerra civil na República Democrática do Congo. Como resultado do conflito ‘localizado’ na Nigéria, por exemplo, pelo menos 10, 000 pessoas perderam as suas vidas entre 1999 e 2003 e estima-se que 800, 000 na condição de deslocados internos. Mais pessoas foram forçadas a deixar as suas casas em África do que em qualquer parte do mundo, muitos acabam vivendo nas favelas de capitais e cidades já apinhadas de habitantes. Aumenta a doença e a mal nutrição. E os que mais sofrem são os pobres e pessoas vulneráveis. A guerra não só prejudica pessoas como também destrói estradas, pontes, equipamento agrícola, telecomunicações, água e sistemas de saneamento. Encerra hospitais e escolas, atrasa o comércio e às vezes fazr parar a vida económica. O tecido social está dividido.

Mas o conflito tem consequências muito maiores. A instabilidade em África mina a segurança global. Estados enfraquecidos por causa do aumento de fluxos internacionais de refugiados. Também se tornam em esconderijos de organizações de terroristas internacionais. Perante tudo isso parece estranho falar de optimismo. Mas em África as

coisas começam a mudar. Há uma esperança de paz em muitos dos lugares de África dilacerados pela guerra, tais como Angola e Serra Leoa. Há também um vislumbre de esperança na República Democrática do Congo, Sudão e Somália. Países como Moçambique, com sofrimento e violência iguais, mantiveram a paz por uma década. Que fazer para que esta melhoria continue?

Mais vale prevenir que remediar

Até agora a comunidade internacional manteve a sua atenção intervindo em conflitos militares ou em assistência humanitária. Mas esta Comissão conclui que os doadores devem enfatizar mais construções para uma segurança humana durável e apoiar as instituições Africanas em tentar prevenir o surto de conflito em primeiro lugar. Por um número de razões.

Uma vez que as hostilidades armadas começarem são dispendiosas e difíceis de resolver – e criam um maior risco de violência no futuro. Mesmo quando o conflito terminar a evidência é de que governos fortes conservam altos níveis de gasto militar. Quer dizer que os recursos são desviados do propósito de reconstruir a sociedade de uma maneira que ataque alguns dos problemas sociais que tenham contribuído para a causa do conflito em primeiro lugar. Desta forma, países que experimentaram a guerra civil têm probabilidade acrescida de mais conflito dentro de cinco anos. Conflito violento é um outro ciclo vicioso.

Os custos também são altos para a comunidade internacional. Nações doadoras responderam ao conflito, principalmente através do desdobramento de tropas de manutenção de paz e através do fomento de trabalho uma vez terminado o conflito. Isto é dispendioso, o orçamento das operações de paz das Nações Unidas em África para o mês de Junho de 2005 é de US\$7 bilhões. Acima disto está o custo de ajuda em zonas de guerra; A África recebeu cerca de US\$ 7 bilhões em ajuda humanitária entre 1995-2001. A maior parte da qual em resposta ao conflito.

Guerra significa a reconstrução de infra-estrutura vital. O custo do material danificado durante o genocídio do Rwanda estima-se em US\$1 milhão. Para a República Democrática do Congo estima-se em US\$20 milhões e ainda assim se se iniciar um forte crescimento agora levará várias décadas para o país voltar ao nível de riqueza per capita que tinha na independência em 1960. Um número de estudos demonstraram que a prevenção do conflito é muito mais dispendiosa em termos de custos do que a intervenção. Custaria uma cifra de US\$1.5 bilhão para prevenir o surto do conflito na Somália comparado com US\$ 7.3 bilhões de dólares para responder. Justamente 5,000 tropas robustos com capacidades para fazer cumprir a paz teriam poupado meio milhão de vidas no Rwanda. A evidência demonstra que a prevenção pode funcionar.

Porque razão não houve mais ênfase relativamente à prevenção? Até certo ponto, em virtude do factor CNN. O alto impacto dado a algumas emergências pela mídia faz forte pressão sobre políticos internacionais para os responder – e proporciona recompensas políticas ao faze-las. Ao contrário, criar mecanismos não atractivos para resolver a vulnerabilidade da violência de África pode baixar, mas é muito mais eficaz e mais barato.

A comunidade internacional deve investir na prevenção do conflito se a África quiser ter uma chance para desenvolvimento e prosperidade.

A melhor maneira para o fazer é reforçar os mecanismos capazes de gerir tensões antes de se chegar à violência. O mecanismo mais óbvio para o fazer é um estado forte e efectivo, que possui sistemas para resolução de controvérsias entre indivíduos, ou grupos, antes que se degenerem em violência. Neste particular a África teve um duplo problema. Possui muitas fontes de alta tensão. E os seus mecanismos de geri-las têm sido fracos.

As causas daquelas fontes de tensão em África variam consideravelmente de um lugar para o outro. Mas há certas condições comuns. Instituições fracas e governação pobre são factores de risco, assim como são o regulamento autoritário, a pobreza e a desigualdade, e a exclusão das minorias do poder. Estados com altos níveis de corrupção e baixos níveis de responsabilidade parecem particularmente propensos à violência. O mesmo dá-se com as economias dependentes de um ou duas comodidades primárias da maior parte das suas rendas. Há uma forte ligação entre o petróleo e outra riqueza mineral e risco de conflito. A tensão sobre o acesso à terra, água e outros menos lucrativos mas recursos vitais são também um factor. E, certamente, grupos de identidades – tais como o tribalismo, etnicidade ou religião – têm sempre influência na competição para o poder.

Acresce-se a tudo isto a vasta quantidade de armamento disponível em África. Nalguns países uma espingarda do tipo AK-47 kalasnikov pode ser comprada a US\$6. As armas não são uma causa de conflito, mas são um factor estimulante. Quando a tensão se transforma em violência, é a proliferação de armas de pequeno porte que tornam as disputas muito mais letais. Quando a AK-47s ou uma flecha for um instrumento de guerra a morte é inevitável.

O que produz faíscas no barril de pólvora pode ser difícil de prevenir. Incluem gatilhos: eleições discutíveis, golpes e assassinatos, um afluxo repentino de refugiados de um país vizinho, e mudanças bruscas na economia. Factores como estes podem converter a ‘propensão’ estrutural em real violência. Mas a solução não reside em tratar destes sintomas, antes pelo contrário as causas subjacentes. Muitas das recomendações desta Comissão prestarão o seu subsídio noutras áreas.

Investir no desenvolvimento é investir na paz. E as recomendações desta Comissão como um todo tem uma contribuição fundamental para fazer a paz. Mas há um número de outras áreas que podem fazer a diferença:

Garantindo ajuda não torna pior o assunto: A ajuda pode jogar um grande papel para reduzir os factores da causa de tensão e alimentar o conflito. Mas a ajuda também pode inadvertidamente contribuir para o aumento do risco de violência. Isto porque muita ajuda a curto prazo e focalizada em crises. Então falha frequentemente em atacar as desigualdades e a exclusão que são parte das causas estruturais do conflito. E subestima sempre a importância da reforma no sector da justiça e da polícia – que é crucial para o fim das hostilidades. Os doadores devem fazer mais no sentido de monitorar o risco do conflito e modificar o seu desenvolvimento de estratégias de acordo com as circunstâncias.

Controlo de armas de pequeno porte: Muitos dos maiores fabricantes, exportadores e negociantes de armas em África encontram-se no G8 e nos países da UE. A comunidade internacional assinou um número de acordos de controlo sobre as armas de pequeno porte, mas contém lacunas que estão a ser exploradas por muitos países, empresas e negociantes de armas. Medidas para controlar o fluxo de armas para a África precisam ser cumpridos rigorosamente. Como um assunto de prioridade a comunidade internacional deve encetar negociações sobre um Tratado Internacional de Comércio de Armas. Deve também adoptar acordos mais efectivos e legalmente obrigatórias sobre negócios de armas, com padrões comuns sobre a monitorização e o cumprimento da lei. Os doadores devem apoiar os programas Africanos que visam resolver a enorme quantidade de armas já em circulação. Um quadro de registo para transportar os agentes, uma aeronave da agência internacional de inspecção e monitorização mais rígida em termos de regulamentos de seguro aéreo também ajudaria a pôr cobro ao transporte ilegal de armas para África e dentro dela.

Recursos de conflito: Petróleo, diamantes, madeira e outras comodidades de alto valor alimentam os conflitos Africanos. Os governos usam dinheiro proveniente da sua venda para financiar mais actividades militares, no país como no estrangeiro. Grupos rebeldes saqueiam petróleo ou minas, ou extorqueam dinheiro das firmas que trabalham para eles. Ambos os lados vendem recursos que ainda estão no terreno – dando como garantia direitos, conhecidos por ‘pilhagens futuras’, segurança de empréstimos para comprar mais armas. Tudo isso torna as guerras mais longas e mais difíceis de resolver.

Os governos Africanos devem ser pressionados para estabelecer sistemas transparentes que mostrem como podem gastar o dinheiro da riqueza mineral. Também deve ser mais difícil para partidos hostis realizarem comércio ‘recursos de conflito’. Foram feitas tentativas para fazer isto com algum sucesso, por intermédio do Processo de Kimberley – uma iniciativa na qual os governos, indústrias e grupos de lobby reúnem-se para fazer parar o fluxo dos ‘diamantes de conflito’. Este programa agora cobre cerca de 98 por cento do comércio do diamante no mundo. Mas de cada vez um nova ‘fonte de conflito’ precisa ser controlada, há um longo processo de negociação. Uma definição comum dos recursos de conflito – e um quadro internacional acordado para controlar o fluxo de tais mercadorias – aceleraria a habilidade da comunidade internacional para reagir. As Nações Unidas devem estabelecer um organismo permanente para monitorar o comércio dos recursos de conflito, e assegurar que as sanções sobre estes recursos sejam cumpridas.

O papel das empresas estrangeiras em zonas de conflito: Melhor comportamento por parte das empresas estrangeiras podia aperfeiçoar o clima de paz e segurança. Às vezes, não intencionalmente, pioram o assunto alugando firmas de segurança para proteger as suas operações. Estes exércitos privados são susceptíveis de praticar violações dos direitos humanos. As suas armas podem ser capturadas por grupos rebeldes. Podem criar mais tensões alugando pessoal de um grupo social ou étnico à custa do outro.

Mas algumas empresas fazem-no propositadamente. Pagam somas significativas a governos opressivos ou chefes militares de guerra. Ainda assim algumas firmas ajudam na compra de armas. Algumas destas acções, como o suborno de um oficial local são crimes

claros. Outros, como mover forçosamente os indígenas das suas terras, são ilegais ao abrigo do direito internacional. Mas muitas das suas acções não são crimes – e presentemente vários códigos colectivos voluntários de conduta, tais como o as Directrizes sobre as Empresas Multinacionais da OECD, não dão uma orientação clara sobre como as empresas devem proceder-se perante tais situações. Tais Directrizes devem ser reformuladas para incluírem cláusulas específicas sobre como evitar criar ou exacerbar o conflito. O novo organismo das Nações Unidas, mencionado acima, deve estar encarregue da monitorização ,implementação destas directrizes com desincentivos claros para não-concordância.

Construindo a capacidade para prevenir e resolver conflito

Habitualmente o conflito é resolvido por aqueles que estão mais próximo dele. Os organismos locais ou nacionais e sistemas são a primeira linha de defesa aqui. Quando estes falham, então as organizações regionais e regionais têm um papel na prevenção e resolução do conflito violento, e proteger as vidas dos civis. As comunidades económicas regionais de África e a União Africana têm estado a jogar um papel cada vez mais activo nos últimos anos. Estas organizações estão a desenvolver a sua capacidade de detectar e mediar conflitos, e conduzir a manutenção de paz, quando necessário. A comunidade internacional fez previamente compromissos para reforçar a capacidade da froça de manutenção de paz Africana. Estes apelos não devem ser honrados através, por exemplo, de suporte para formação e logística para a Força de Emergência , uma força continental para manutenção de paz seja criada ao abrigo da União Africana. Para além diss, a comunidade internacional deve aumentar o investimento numa prevenção mais eficaz e meios não-militares para resolver o conflito.

As economias de guerra precisam ser desmanteladas – e criar alternativas de oportunidades económicas. Devem ser dados passos para prevenir aqueles – como os chefes militares de guerra, que têm interesses pessoais em arruinar qualquer processo de paz. Os objectivos específicos das mulheres devem ser considerados, desde que o estupro e a violência sexual – tão generalizada durante a guerra – tenham um impacto a longo prazo. Arranjos especiais serão necessários para soldados menores. Todos estes processos são a longo prazo e extremamente complexos, o que significa que a demora frequente entre as operações de manutenção de paz e deve ser evitado o começo do desenvolvimento social e económico.

A reconciliação é tão importante como a construção em reparar o impacto da guerra sobre a sociedade. Isto requer um número de formas. Obviamente acerca da resolução dos abusos de violações dos direitos humanos, para que as vítimas começam a sentir um sentido de justiça. Desta forma, é essencial maior ajuda ao sector de justiça local. A reconstrução deve evitar criar aqueles elementos de ordem da pré-guerra que possam ter sido as causas do conflito. Os processos de paz são políticos por natureza e requerem apoio sustentado para mediação mesmo depois de se ter feito um acordo de paz.

Uma construção de paz bem sucedida no pós-conflito depende em particular de dois aspectos – coordenação e planificação, e financiamento. Coordenação e financiamento e planeamento seriam muito realçados pela criação da Comissão de Manutenção de Paz das Nações Unidas. E os países pós-conflito precisam de um financiamento que os permita

começar a reconstrução e esforços atempados para desenvolvimento, e tal ajuda precisa continuar por 10 anos após o conflito.

Este é um pacote de propostas complexas e ambiciosas. No entanto, os processos que alimentam o conflito violento a longo prazo, extremamente complexas e não emendáveis para ‘rápidas’ soluções. Se juntos pudermos começar a resolver estas questões o futuro das crianças de África deverá, na verdade, parecer muito diferente.

Incluindo todos: investindo nas pessoas

O nosso interesse como Comissão está virado para a esmagadora população mais pobre de África. Na Etiópia as famílias mais indigentes são conhecidas por ‘aqueles que cozinham água’. No Gana são conhecidas por ‘aqueles que possuem duas pastas’ – uma para mendigar na época de fome, e outra para mendigar na época de abundância’.

Cerca de um sexto da população da África Subsaariana – que possui mais de 100 milhões de homens, mulheres e crianças – são cronicamente pobres. São pessoas que experimentam tal persistência de pobreza a ponto de não poderem livrar-se de usar os seus próprios recursos. Confiam no seu trabalho diário. Têm pouca educação e muito poucos bens. Um período de doença pode significar vender tudo que se tem para próprio sustento. A mais pequena crise leva-os a inanição e indigência.

São indivíduos e famílias presas no ciclo vicioso da pobreza. Preferem sempre cultivar sementes menos produtivas porque são aquelas que menos riscos de morrer apresentam quando não há chuva. Não se atrevem a arriscar a ambição. E o ciclo vicioso de pobreza transforma-se facilmente em aspirais descendentes. Quando os países estiverem incapazes de investir na sua educação, saúde, formação ou nutrição dos seus filhos, estas crianças serão prejudicadas e muito provavelmente pobres. Uma outra expressão Africana reforçando o ciclo da penúria; no Zimbabwe falam da ‘pobreza de pôr ovos’.

Mas a pobreza é habitualmente mais que à falta de materiais. As pessoas mais pobres são aquelas que estão excluídas das suas fontes de ajuda disponibilizadas por governos, agências de ajuda ou mesmo sistemas informais de apoio da sua comunidade local.

Frequentemente a razão é a discriminação. Algumas pessoas são excluídas por causa da sua identidade – como uma mulher, como uma pessoa portadora de deficiência, ou um membro de uma tribo diferente ou grupo étnico.

Alguns são discriminados por causa da língua ou o estigma de doença tal como a SIDA. Outros por serem jovens, órfãs, albinos, mais velhos, refugiados, indígenas ou nómadas. Todas carecem de poder para combater a sua exclusão.

Naturalmente, dois destes grupos não são minoritários – mulheres e jovens. As mulheres podem ser as fornecedoras e pessoas que cuidam da África em primeira instância, são habitualmente excluídas da informação, serviços e organismos de decisão. Jovens – abaixo

de 17 anos - estimam-se em mais do que 50 por cento da população do continente, mas não têm voz na maior parte das decisões que os afecta.

A posição das mulheres é de particular preocupação, não apenas por uma questão de direitos humanos, mas também por causa de toda a evidência, acredita-se que elas fazem uma maior contribuição à vida económica dos seus homens. As mulheres são a espinha dorsal da economia rural de África, tendo em conta os 70 por cento da produção alimentar, a maior parte da venda dos produtos da família e metade da economia proveniente dos animais para além da confecção dos alimentos, recolha de lenha, à busca de água, cuidado para com as crianças e os idosos. As mulheres gastam a maior parte do seu dinheiro em necessidades caseiras, particularmente dos seus filhos, enquanto os homens significativamente mais em si mesmos.

Mesmo assim as mulheres têm menores oportunidades de gerar a renda; provavelmente poucas vão à escola; são sujeitas à violência e assédio; e na viuvez perdem os seus bens. Um estudo na Namíbia demonstrou que 44 por cento das viúvas perdeu o seu gado. 28 por cento perdeu as suas acções familiares e 41 perdeu o equipamento da quinta em disputas com os familiares de seus esposos após a morte. Em muitos países Africanos, perdem todos os direitos de cultivar a terra dos seus esposos.

Os desafios de África não serão efectivamente resolvidos a menos que a exclusão que as mulheres enfrentam seja atacada no seu todo. As mulheres devem ser incluídas e o pleno poder das habilidades do seu desenvolvimento deve ser liberado. As mulheres são parte essencial na resolução dos problemas em África. O mesmo acontece com outros grupos excluídos – em parte porque a inclusão é que diminui as tensões que ocasionam conflito, mas principalmente porque a evidência nos diz que o desenvolvimento é melhor quando todos são tidos em consideração.

Educação para todos

Educação para Todos é um dos títulos mais excitantes que a comunidade internacional jamais fez. No Fórum para Educação em Dakar, Senegal, em 2000, reuniram-se nações que se comprometeram a conceder a educação primária sem nenhum custo a toda a criança até antes 2015. Redução do analfabetismo adulto e igual tratamento às raparigas no ensino primário e secundário até antes 2005. Em 2002, foi lançada a Iniciativa de Rápida Localização (Fast Track Initiative) com o fito de proporcionar recursos necessários para se cumprir esta promessa.

Algum progresso foi feito. A cifra global de crianças no ensino primário em África aumentou a 48 por cento entre 1990 e 2001. Mas a provisão ainda é pouca. As áreas rurais ainda não foram abrangidas. Raparigas, crianças portadoras de deficiência e órfãs ainda são marginalizados. Cerca de 40 milhões de crianças ainda não estão enquadradas no sistema de educação. Apesar da forte retórica sobre Educação para Todos, a comunidade internacional está a providenciar fundo para cumprir as suas promessas. Os doadores devem providenciar uma soma estimada em US\$ 7-8 bilhões extra ao ano para cumprirem aquilo que haviam apelado e assegurar que o sector, no seu todo, seja convenientemente

financiado – do ensino primário ao secundário até ao superior, incluindo o ensino de adultos e formação profissional. Isto permitiria que em África as propinas no ensino primário fossem extintas.

Este novo financiamento deve ser empregue em três áreas prioritárias:

Mais professores nas salas de aulas: A África enfrenta uma escassez crítica de professores. O Gana tem apenas a quarta parte de professores que necessita, e o Lesoto apenas a quinta parte. Não se trata somente de turmas maiores, mas também da falta de qualidade no ensino. Devem ser investidas grandes somas na formação de professores, conservação do pessoal e desenvolvimento profissional. Países doadores e instituições financeiras internacionais devem mudar suas políticas no sentido de permitir o gasto periódico – incluindo salários para professores – pagos a partir da ajuda.

Mais raparigas nas salas de aulas: Estudos científico ilustram que, fazer com que as raparigas vão à escola, é crucial para o desenvolvimento. A produtividade económica aumenta educando raparigas. Reduz a taxa de mortalidade materno-infantil. Melhora a saúde e a nutrição. Reduz a propagação do VIH. Dar as raparigas um ano extra de educação incentiva seus eventuais salários de 10 – 20 por cento. E deve ser feito um forte investimento no sector da educação para a próxima geração. A retirada das propinas ajudaria particularmente as raparigas, como também as merendas escolares e a participação nas doações escolares. A retirada das propinas no Uganda quase duplicou o número de raparigas muito pobres nas escolas. Os doadores devem apoiar até que os próprios países possam fazê-lo por si mesmos, e os governos Africanos precisam planejar, sistematicamente, mais medidas que façam alcançar maior qualidade para raparigas.

Ensinando o que é certo: Em África o currículo deve tornar-se mais relevante. Os programas actuais confinam-se muito às disciplinas académicas. Dá-se pouco valor a aquisição de habilidades apropriadas tendentes a desenvolver atitudes empresariais ou procurar um emprego. As habilidades da vida que resolvem questões sobre VIH/SIDA são vitais. O desenvolvimento do currículo deve ser dirigido por cada país Africano, servindo-se do programa de ensino das instituições nas regiões Africanas.

Revigorando os serviços de saúde de África

Uma em cada seis crianças em África morre antes de atingir o seu quinto aniversário. Isto se deve grandemente aos sistemas de fornecimento de assistência médica estarem à beira do colapso após anos de fraco subinvestimento. A média gasta em África por pessoa em 2001 rondava entre os US\$13 e US\$21; no mundo desenvolvido é mais do que US\$2,000 por pessoa ao ano. Mesmo assim ainda há um vislumbre de esperança. Após a Declaração de Abuja em 2000, cerca de 45 por cento dos países Africanos aumentaram seus orçamentos no sector da saúde, alguns fizeram mesmo acréscimos impressionantes para chegar até 10 por cento do gasto do governo. Os doadores devem apoiar isso com US\$10 bilhões adicionais ao ano até antes de 2010, subindo a US\$20milhões ao ano até antes de 201, visto que os sistemas de saúde estão a ser fortalecidos. Sem acção aqui, a maior parte dos investimentos dirigidos ao sector de saúde estão condenados a falhar. Progresso

significativo deve ser feito a curto prazo pelos doadores, apoiando os planos para fortalecer as bases dos sistemas de saúde que foram iniciados pelo programa da NEPAD da União Africana. As seguintes áreas devem ser priorizadas:

A crise de saúde do trabalhador: Formação e conservação dos doutores, enfermeiros e outro pessoal do serviço de saúde tem sido negligenciada. As cifras estão em baixo, mas esta é a qualidade. Muitos já foram atraídos no estrangeiro. Outros – frustrados por trabalhar sem os fármacos ou equipamentos necessários – encontram melhores serviços fora do sector da saúde. Precisa-se de uma acção radical. A força de trabalho Africana deve ser triplicada através da formação de efectivo adicional de um milhão de trabalhadores durante uma década. Deve-se garantir o salário para assegurar que o pessoal não procure outros empregos.

Fármacos: A África precisa de um fornecimento previsível de fármacos e vacinas a preço razoável. Isto quer dizer que, comprar fármacos em grande quantidade por forma a reduzir o seu preço. Significa também dar grandes incentivos a Empresas Farmacêuticas para investigarem as doenças que afectam a África, em vez de se concentrarem nas doenças dos países ricos.

Os doadores devem fazer-lo imediatamente fazendo compromissos legais obrigatórios para comprar medicamentos para usar em África, portanto, as empresas de fármacos estão a dar incentivo para que estas novos fármacos e vacinas sejam fabricadas. Sem entender as dificuldades do povo não serão desenvolvidos fármacos certos. O gel microbicida que protege as mulheres de contraírem a infecção do VIH, sem os homens saberem que isto existe, não é para ter a prioridade que merecem. Do mesmo modo, tratamentos pediátrico anti-retrovirais ainda não está ao alcance das milhões de crianças que vivem com o VIH e SIDA em África. Governos doadores devem também financiar directamente a pesquisa realizada por África no sentido de impulsionar a ciência do continente, engenharia e capacidade tecnológica.

Fazendo com que os doadores trabalhem juntos: Os doadores internacionais podem causar problemas se se concentrarem em diferentes doenças de forma não sistemática. Insistem em usar fármacos diferentes. Exigem diferentes formas de distribuição. Não cumprem as suas promessas. E concedem fundos a muito curto prazo, que desencoraja os governos Africanos a fazer compromissos a longo prazo para projectos que não podiam continuar se tais esgotassem depois de um ou dois anos. Onde a ajuda for ineficaz, tanto os doadores como os beneficiários culpados. Os países doadores devem mudar a sua metodologia. Devem todos trabalhar para um só acordo, a ser redigido por cada governo em cada país Africano. Devem pagar o que prometeram. E devem garantir uma ajuda a longo prazo para permitir que os governos Africanos planeiem melhor. As propinas pagas por Africanos pobres rendem, em média, somente cinco por cento dos orçamentos do cuidado de saúde. Para que isso seja pago pelas nações ricas devia ter um custo comparativamente baixo. A abolição das propinas dos cuidados primários de saúde na Tanzânia custaria somente US\$31 milhões de dólares. Retirando as propinas aos pacientes no Uganda fez com que o número de clínicas duplicasse, aumentando o número de pessoas

mais pobres às clínicas. As nações ricas devem apoiar a retirada de propinas para o cuidado básico de saúde, até que os governos Africanos possam por si mesmos custear. O cuidado básico de saúde deve ser grátis para as pessoas pobres.

Eliminando doenças evitáveis: A África está atormentada por um número de doenças que são inteiramente evitáveis. Dois terços das crianças Africanas que morrem antes de chegar er salvas por custos de tratamentos baixos tais como a falta de saneamento, a desidratação e insecticidas bater a malária. Um décimo de todas estas doenças sofridas pelas crianças Africanas são causadas por vermes intestinais que infectam 200 milhões de pessoas, e que podiam ser tratadas por apenas 25 centavos de dólares por cada criança. Cerca de 250,000 mulheres que morrem anualmente por complicações durante a gravidez ou parto comparados com ser salvas se os governos Africanos e doadores dessem maior ênfase ao cuidado de saúde sexual e reprodutiva.

Expandindo o acesso ao fornecimento de água e saneamento

Mais de 300 milhões de pessoas – cerca de 42 por cento da população de África – ainda não acesso à água potável. Cerca de 60 por cento ainda não tem acesso a saneamento que pouparia as mulheres de sofrerem de SIDA, a forma de aleitamento não pode ser seguramente usada para prevenir a transmissão do VIH da mãe para criança. Porém, o sector da ajuda falhou por 25 por cento declínio que podia ser revisto, dando prioridade aqueles países mais necessitados. O G8 já tem um plano de acção abrangente para água para África. Chegou a priorizar estes compromissos.

Protegendo os vulneráveis

Uma outra maneira de ajudar os pobres é de o estado pagar subsídios às crianças, viúvas e deficiências ou na idade avançada e de reforma. Esta ‘protecção social’ pode também ser dada em benefícios não pagos como guardas de saúde para as crianças, também pode ser dada defendendo os direitos humanos das pessoas, especialmente das crianças à herança e protecção contra a violência doméstica e o estupro.

Os governos Africanos estão a aumentar as despesas sociais, o que demonstra que é possível gastar 90 por cento na Zâmbia desde as doações para o mês de Junho de 2005. A nutrição está a aumentar. Incluindo a educação, isto custa US\$100 por família ao ano comparado com US\$250 ao ano para entrar. Os doadores internacionais precisam apoiar este tipo de mudança em escala. Os doadores precisam apoiar este tipo de mudança em maior escala. Os

doadores devem conceder US\$2 milhões ao ano, em primeira instância, subindo para US\$5-6 bilhões ao ano, para órfãos e crianças vulneráveis, incluindo soldados menos libertos. O dinheiro deve ser pago através das famílias e comunidades que cuidam de 90 por cento dos órfãos. Com um fardo cada vez maior da SIDA estes sistemas serão deitados por terra sem apoio.

Porque a SIDA está pior em África?

O flagelo mundial da SIDA está a ter um impacto desproporcionado em África onde cerca de 62 por cento de pessoas do mundo entre os 15-24 anos de idade vivem com VIH. A escala da pandemia está a deprimir. Cerca de 25 milhões de pessoas já morreram até ao momento, a esperança de vida nalguns países da África Austral está a retroceder aos níveis dos anos antecedentes a 1950. Mais de 25 milhões de Africanos estão a viver com o VIH, incluindo quase 40 por cento da população em Botswana. As implicações humanas, sociais e económicas ainda não são, mesmo até agora, completamente claras.

SIDA não devasta somente uma geração. Ataca três gerações – o indivíduo que vive com VIH ou SIDA, mas também as crianças nascidas com o vírus do VIH e avós que se aproveitam dos níveis de cuidado de saúde e produção alimentar para os quais a sua idade avançada não os dá capacidade.

Também tem um impacto especialmente destrutivo sobre a economia. A SIDA afecta primeiramente a força de trabalho que são os adultos produtivos numa população. Mais de 90 por cento da população vive com VIH e SIDA estão entre os 15-49 anos de idade. Quer dizer que, nas projecções actuais, entre 20 por cento e 40 por cento da força de trabalho estará perdida nas cidades mais afectadas. A SIDA atinge das mais diversas formas. Fazendeiros no Zimbabwe que julgaram que os sistemas de irrigação não estavam a funcionar convenientemente descobriram que o latão das moto bombas tinham sido roubados para levar cachão.

O vírus do VIH e a SIDA também afecta desproporcionalmente as mulheres, que habitualmente jogam o papel mais vital no desenvolvimento. Das 25 milhões de pessoas que vivem com o VIH e SIDA em África quase 57 por cento são mulheres, comparado com 47 por cento em qualquer parte do mundo. Os dados da Zâmbia indicaram que as jovens mulheres são três vezes mais prováveis de serem infectadas do que os jovens. As mulheres têm uma vulnerabilidade biológica para infecção, mas os principais factores de risco são sociais: o início antecipado da actividade sexual, o seu baixo estado sócioeconómico e a sua fraqueza em insistir no uso de preservativos.

O legado disto tudo é um enorme número de órfãos. A África teve 43 milhões de órfãos em 2003. A SIDA foi responsável por 12 milhões daqueles. Mas aquele número tende a crescer – para 18 milhões até antes de 2010 e maior ainda pelo menos por mais uma década. Os impactos sociais altos reflectem a causa da preocupação – na Zâmbia 71 por cento de crianças prostitutas são órfãos.

O impacto social e económico do VIH e SIDA está espalhado. Aqueles que têm uma boa colheita deviam dirigir os que têm pouca, mas em áreas com uma alta incidência de SIDA o montante do excedente para emprestar foi completamente reduzido. As famílias afectadas com o VIH poupam e deve investir menos e suas filhas são habitualmente retiradas das escolas. Em 20 anos as economias dos países em desenvolvimento com uma alta incidência da SIDA terão crescido por apenas um terço do que contrariamente teriam.

Até recentemente, o tratamento do VIH e da SIDA foi uma prioridade baixa para os doadores, mas os níveis de financiamento estão agora a subir. Porém, é importante que a comunidade internacional não trate da SIDA meramente como um problema médico. Para atacar a doença requer sistemas de saúde que funcionam bem e fármacos. Mas também requer uma resposta social e cultural. Numa consulta ouvimos a história trágica de uma mulher em Nairobi que explicou que a levaria cinco anos para sucumbir de SIDA, mas apenas meses para o seu morrer de fome;

Alguns são discriminados por causa da língua ou o estigma da doença tal como a SIDA. Outros por serem jovens, órfãs, albinos, mais velhos, refugiados, indígenas ou nómadas. Todas carecem do poder para combater a sua exclusão.

Naturalmente, dois destes grupos não são minoritários – mulheres e jovens. As mulheres podem ser as fornecedoras e pessoas que cuidam da África em primeira instância, são habitualmente excluídas da informação, serviços e organismos de decisão. Jovens – abaixo de 17 anos - estimam-se em mais do que 50 por cento da população do continente, mas não têm na maior parte das decisões que os afecta.

A posição das mulheres é de particular preocupação, não apenas por uma questão de direitos humanos, mas também por causa de toda a evidência acredita-se que elas fazem uma maior contribuição à vida económica dos seus homens. As mulheres são a espinha dorsal da economia rural de África, tendo em conta os 70 por cento da produção alimentar, a maior parte da venda dos produtos da família e metade da economia proveniente dos animais para além da confecção dos alimentos, recolha de lenha, à busca de água, cuidado para com as crianças e idosos. As mulheres gastam a maior parte do seu dinheiro em necessidades caseiras, particularmente dos seus filhos, enquanto os homens significativamente mais em si mesmos.

Mesmo assim as mulheres têm menores oportunidades de gerar a renda; provavelmente são as menos vão à escola; são sujeitas à violência e assédio; e na viuvez perdem os seus bens. Um estudo na Namíbia demonstrou que 44 por cento das viúvas perdeu o seu gado. 28 por cento perdeu as suas acções familiares e 41 perdeu o equipamento da quinta em disputas com os familiares de seus esposos após a morte. Em muitos países Africanos, perdem todos os direitos de cultivar a terra dos seus esposos.

Os desafios de África não serão efectivamente resolvidos a menos que a exclusão que as mulheres enfrentam seja atacada no seu todo. As mulheres devem ser incluídas e o pleno poder das habilidades do seu desenvolvimento soltado. As mulheres são parte essencial

para a resolução dos problemas em África. O mesmo acontece com outros grupos excluídos – em parte porque a inclusão é que diminui as tensões que ocasionam conflito, mas principalmente porque a evidência nos diz que o desenvolvimento é melhor quando todos são tidos em consideração.

A SIDA não será diagnosticada até que aqueles estão a combatê-la aceitem a responsabilidade dos factores culturais da pobreza e opções, tradições e crenças, percepções da vida e a morte, feitiço e castigo dos ancestrais, poderes hierárquicos e normas do género, tabus sociais e passagem de rituais, controlo da sexualidade feminina e a exigência da virilidade masculina e as pressões de as viúvas casarem parentes próximos de um esposo morreram de SIDA recentemente. Os trabalhadores da Saúde devem confrontar-se com tais questões, e formarem parcerias com líderes religiosos e médicos tradicionais que têm sempre um entendimento da cultura, género, poderes de parcerias.

Tudo isso requer um fundo adicional. Mas os compromissos existentes, expostos na Declaração de Compromisso sobre VIH e SIDA das Nações Unidas, ainda não foram completamente satisfeitos. Em parte isto deve-se ao facto de os doadores, novamente, não estão a pagar o que prometeram. Em parte porque diferentes agências humanitárias têm metodologias inconsistentes, algumas advogam a abstinência e outras o uso de preservativos. Em parte porque os doadores estão a falhar numa área, permitindo o surgimento de lacunas noutros lugares. É essencial que os países ricos concordem uma metodologia comum – um plano de financiamento adequado, funções acordadas entre as agências e princípios partilhados de bom comportamento. Porém, é necessário mais dinheiro. De momento há insuficientes recursos para providenciar uma prevenção adequada, tratamento e cuidado de serviço. Os doadores internacionais devem pelo menos aumentar o seu financiamento para satisfazerem as necessidades imediatas. O financiamento devia subir pelos menos a US\$ 10 bilhões ao ano em cinco anos. A resposta ao VIH e a pandemia da SIDA deve ser a máxima prioridade da comunidade mundial.

Obtendo resultados

Desenvolvimento humano é uma área onde serão necessários a maior parte dos recursos para operar a mudança. Quase metade da ajuda extra que estamos a solicitar deve ser gasta na saúde, educação e VIH e SIDA. Porém, obtendo resultados aqui, à semelhança de muitas outras áreas, não é simplesmente lançar dinheiro sobre o problema. O uso efectivo destes grandes fluxos de novos recursos exigirão estratégias abrangentes para a distribuição e monitorização dos resultados. Para que se alcance este desiderato, os governos Africanos devem continuar a fortalecer a governação e assegurar a participação do cidadão comum e das comunidades locais nas decisões sobre o desenvolvimento. Se a comunidade internacional cumprir as suas promessas, então uma enorme quantidade será alcançada – quer em termos da realização humana quer na construção para a base do crescimento económico.

Caminhando para o crescimento

Há 30 anos o Botswana foi um dos países mais pobres e mais dependente da ajuda no mundo. Hoje é uma das nações mais rodeada de terra com as maiores histórias de sucesso em África. Passou por um consistente crescimento económico a ponto de agora ser classificado como um país 'de renda média'.

Não é surpreendente, muitos podem afirmar. Finalmente, o Botswana possui diamantes. Mas sempre a África inverte a sabedoria recebida. Olhem para o continente e são sempre precisamente aqueles países com as maiores quantidades de minerais e outras riquezas que estão em dificuldade. Em muitos países os recursos minerais geram a guerra. Eles enriquecem a elite mas para a maioria aumentam meramente a corrupção, a pobreza, a degradação do meio ambiente e a instabilidade política. O gasto no sector da saúde e educação é baixo em tais países. Mas o Botswana resistiu à tendência.

A África é a região mais pobre do mundo. Durante os passados 30 anos o seu povo, em média, não viu nenhum aumento virtual nas suas rendas. A mensagem é clara: sem crescimento económico, a África não pode fazer reduções substanciais na pobreza. Novamente o Botswana é testemunha disso. A indústria diamantífera emprega somente cerca de dois por cento daqueles funcionários na pequena população do Botswana que tem empregos registados na economia formal. Mas o rendimento da indústria diamantífera que entrou no tesouro público foi investido ao invés de desperdiçado. A economia cresceu e o número de pessoas que vivem em extrema pobreza caiu dramaticamente. (E mesmo assim o Botswana também realça uma maior ameaça que o desenvolvimento e o crescimento de África enfrentam – possui uma das taxas mais altas do VIH e da SIDA em África).

No entanto, a África não está condenada a reduzir o seu crescimento. O Botswana não é o único indicador disso. Na última década, 16 países da África Subsahariana conheceram um taxa média de crescimento acima de quatro por cento, incluindo 10 com taxas acima de cinco por cento e três com taxas acima de sete por cento. Esta Comissão acredita que as recomendações que estamos a fazer devem facilitar os países Africanos a alcançar e sustentar as taxas de desenvolvimento de sete por cento até antes do fim da década.

Quais são os factores comuns para aqueles sucessos históricos? O nosso estudo de toda a evidência disponível leva-nos concluir que, novamente, a governação está no âmago. É o sector privado que dirige o crescimento económico. Porém, o estado tem também um papel vital a jogar- visto que ele pode criar o clima no qual o espírito empresarial privado floresça. A nossa análise sugere que há três coisas essenciais que o estado deve fazer. Deve criar um clima económico e político que encoraje as pessoas a investir. Deve investir significativamente na infra-estrutura, incluindo a agricultura. E deve possuir uma estratégia sobre como incluir pessoas pobres no crescimento, investindo na saúde e educação do seu povo, atacando as raízes do desemprego juvenil e subemprego e encorajando pequenos negócios, dos quais o mais importante em África são fazendas familiares.

Um lugar seguro para investir

Se as pessoas sentirem-se seguras em investir o seu capital num país que as oferece credibilidade sobre toda uma sorte de coisas – onde a lei seja sustentada, os contratos sejam cumpridos, as regulações de negócio não sejam impostas meramente para garantir uma infundável corrente de subornos para funcionários corruptos. Também precisam políticas estáveis, bons sistemas de gestão público-financeira, taxa previsível e transparente e leis de competição efectiva. Estas cláusulas são as mesmas para os investidores estrangeiros e domésticos e em África, tal como acontece em muitos países em desenvolvimento, 80 por cento do investimento é doméstico e 20 por cento é estrangeiro. Estas medidas funcionam. Na Tanzânia, um melhoramento no clima de investimento está para além do crescimento mais rápido do país em 15 anos. Em Moçambique, os melhoramentos no clima de investimentos resultou num dobro de investimento privado.

Para espalhar estes melhoramentos pelo continente o programa da NEPAD da União Africana propôs estabelecer uma Instituição para Clima de Investimento. Apoiar esta ideia não custa muito – um total de US\$550 milhões de dólares dos doadores e do sector privado durante sete anos – mas os rendimentos sobre o investimento serão significativos. O fundo vai actuar sobre os obstáculos principais para fazer negócio, incluído aqueles identificados pelo Mecanismo de Revisão entre os Pares e outros processos. Isto vai ajudar a gerar e a formular políticas aceites em todas as áreas e a conceder ao sector privado uma voz de decidir prioridades sobre nova infra-estrutura.

Uma das barreiras mais significativas para o investimento é de que os estrangeiros tendem a perceber a África como um grande país de risco – uma visão conduzida pela mídia e à falta de real informação. Mas estamos convencidos de que do progresso que já vimos na região durante os últimos anos, e do que nos disseram os maiores negócios internacionais, esta visão está errada e ultrapassada. Aqueles que conhecem a África estão mais seguros em investir. No entanto, o mecanismo deve resolver também tais percepções. Para além disso, os países desenvolvidos devem apoiar um fundo da agência pública mundial para a prevenção de risco, o Investimento Multilateral da Agência de Garantia, por forma a garantir que os investidores estrangeiros e domésticos nos países pós-conflito em África. Seria útil expandir este apoio ao investidores domésticos na África Subsahariana que têm a missão de estimular significativamente o investimento.

Melhorando a infra-estrutura

Problemas nas estradas, caminhos-de-ferro, portos, transportes aéreos, energia. Telecomunicações e outro tipo de infra-estrutura são citados pela comunidade de negócios e pelos Ministros Africanos das Finanças como um dos principais constrangimentos no crescimento económico em África. E irrigação, energia, fornecimento de água e saneamento são entre outras prioridades para os pobres. A África precisa gastar um montante adicional de US\$20milhões ao ano em investimentos de infra-estrutura e manutenção entre agora e 2015, para sustentar uma taxa de crescimento de sete por cento.

Como uma primeira fase, os países desenvolvidos devem conceder um extra de US\$10 bilhões ao ano para melhorar a infra-estrutura de África. É passível de revisão, isto deve ser aumentado novamente a US\$20 milhões depois de 2010. Deve evitar financiamento de projectos de prestígio que sempre se transformou em elefantes brancos no passado, mas deve cobrir todo um leque de projectos de infra-estruturas – estradas rurais e irrigação de projectos, pequena porção de terra para energia eléctrica, portos e infra-estrutura regional. Deve cobrir os custos da infra-estrutura existente. Os maiores projectos podiam ser construídos em parceria com o sector privado. Agora, são necessárias decisões – dado os atrasos ligados a investimentos de infra-estruturas – estes níveis devem ser alcançados antes desta década.

Na fazenda

A agricultura continua a ser parte central da nossa economia em muitos países de África. É importante mais crescimento na agricultura para maior crescimento na mais ampla economia. Visto que 80 por cento das pessoas dependem das rendas provenientes de suas fazendas, aqui o crescimento terá um impacto particular na redução da pobreza. E desde que as mulheres joguem o maior papel na agricultura Africana, ajudará a combater a desigualdade que elas enfrentam na vida Africana, que é uma força forte para o aprofundamento da pobreza.

A agricultura é fundamental para África. A evidência de várias as partes do mundo demonstrou que a industrialização segue um período de crescimento agrícola. Mas a agricultura pode, por si só, garantir um crescimento real a longo prazo à medida que rapidamente se expande a diversificação do corte flores e outras colheitas não tradicionais no Quênia, Uganda, e Etiópia. Todavia, actualmente encerra dois aspectos: colheita para subsistência, para exportar aos países industrializados. Se aumentarmos uma será – produzir géneros alimentícios básicos para aquelas partes de África que com escassez de alimentação regular – então a agricultura traria crescimento às áreas que podiam ser celeiros. Isto inverteria simultaneamente a situação onde pelo menos 25 por cento da população mal nutrida e quase a metade dos países Africanos experimentam a rotina da crise alimentar. Por outro lado, reduziria a necessidade das importações de alimentos na presente escala – US\$ 22 bilhões para alimentos com uma ajuda complementar no valor de US\$ 1.7 bilhões em 2002. Com um aumento da população, mercados de alimentos básicos terão um crescimento mais rápido do que todo os mercados agrícolas em África durante os próximos 20 anos. Por causa dos gastos actuais, a exigência local em termos de alimentação vai ultrapassar o crescimento dos mercados de exportação.

O que nos ilustram as histórias de sucesso da agricultura de África é de que há uma só ‘chave’ para abrir o desenvolvimento agrícola. Como em África, as intervenções devem acontecer simultaneamente em um número de áreas. O aumento da produção não será graticicante sem melhorar os mercados para venda de produtos ou meios para os transportar. Um número de áreas interligadas devem ser resolvidas aqui, e não uma de cada vez.

Irrigação: A terra irrigada é muito mais produtiva do que àquele que depende da chuva. A sua colheita é mais valiosa e a produção menos volátil. Estão disponíveis para o ano todo e são menos susceptíveis à variabilidade em condições de tempo atmosférico.

E a irrigação pode ser aumentada com processos adequados de consulta, sem detrimento de outros utentes da água. A comunidade internacional deve aumentar o financiamento para irrigação, apoiando o dobro da área de terra sob irrigação antes de 2015, inicialmente focalizada a um aumento de financiamento em 50 por cento antes de 2010, com realce sobre a irrigação em pequena escala.

Levando às colheitas ao mercado: perde-se quase 50 por cento da colheita em muitas partes de África porque os fazendeiros estão incapazes de levar os seus produtos ao mercado. Este é o dobro da média noutros países em desenvolvimento. Os países desenvolvidos devem financiar a criação facilidades para armazenamento, estradas e infraestrutura para energia nas áreas rurais de África. Um investimento de apenas US\$30-US\$50 milhões durante 10 anos podiam poupar US\$480 milhões ao ano apenas para milho.

Pesquisa e inovação: É essencial que se faça mais pesquisa. Mas os problemas e necessidades dos fazendeiros locais em cada lugar devem ser resolvidos. Muitas metodologias valiosas e produtos, tais como colheitas híbridas estão disponíveis mas é necessário mais trabalho. Neste particular, a África deve escolher as suas próprias prioridades de pesquisa. A comunidade internacional deve apoiar os esforços de África para aumentar a inovação em Agricultura durante os próximos 10 anos. O apoio deve ser canalizado através das organizações Africanas de pesquisa e universidades.

Venda em África: Colheitas para exportação são actualmente alvos no mercado internacional. Isto traz uma renda anual indispensável de US\$17 bilhões. Todavia, o mercado interno de África podiam ser de US\$50 bilhões ao ano. O desenvolvimento dos mercados locais e regionais dariam aos pequenos proprietários e outros produtores maiores oportunidades para vender os seus produtos, e também a chance para diversificar em novas colheitas. Isto requereria um transporte interno muito melhor e instituições financeiras locais para conceder crédito aos proprietários pobres e aos pobres.

Direitos de terra e posse segura: Proporcionando aos pobres segurança da posse da sua terra, quer nas áreas rurais quer urbanas é essencial para encorajar o investimento local. A reforma agrária em África é uma questão intensamente política e nas décadas recentes muitos países doadores tiveram que deixar de resolve-la. Mas os governos Africanos devem tomar medidas no sentido de proporcionar aos pobres, particularmente mulheres, acesso à terra e assegurar os direitos da sua terra. Quando as pessoas tiverem o título da sua terra, sentir-se-ão mais seguras em investir e também poderão usar as acções dos seus títulos como segurança para obter empréstimos.

O desafio da urbanização

Qualquer estratégia para crescimento e redução da pobreza deve considerar seriamente a questão da urbanização. A África, o continente mais rápido em termos urbanização no mundo – cerca de duas vezes mais rápido que a América Latina e Ásia. Em 25 anos,

metade da população viverá em cidades. A urbanização de África está a conhecer níveis como a da Europa – mas sem a base económica para a suster. As cidades estarão incapazes de vencer, visto que se trata de uma ‘urbanização prematura’. Não indústrias para proporcionar empregos e muitas pessoas – cerca de 72 por cento da população urbana de África vive em favelas. Constantemente ameaçadas de evicção, as condições de vida são piores para tais famílias por falta de acesso à água, saneamento e outros serviços. Quase toda a população do Chad e Etiópia vive em favelas. Cidades como Nairóbia- onde quase um milhão de pessoas vivem em Kibera, a maior área perto das residências em favelas – são socialmente instáveis.

Em todo o mundo, a gestão das cidades é da responsabilidade directa das autoridades locais. Mas as autoridades locais são seriamente impedidas por uma governação débil e uma falta de capacidade e recursos. As autoridades da cidade não têm fundos ou profissionais necessários para gerir o processo de rápida urbanização que ocasionado do por uma carência de unidades de habitação. Os líderes Africanos fizeram disto uma área de prioridade na Cimeira da União Africana realizada em Maputo, em 2003. Países como a Nigéria, Burkina Faso, Uganda e África do Sul lançaram Campanhas Nacionais sobre Governação Urbana. O consenso crescente, ao abrigo do programa de Cidade da União Africana, é de governação local forte, descentralização e sistemas de participação de comunidade são agora são essenciais. A comunidade internacional deve atribuir poder aos governos Africanos na planificação para rápida urbanização. A capacidade é essencial para a construção ao nível local por forma a encorajar as inovações tais como Facilidade de Melhoramento das Favelas do HABITAT das Nações Unidas, que vai instituir sistemas de garantia de empréstimo para investimento em habitação para os pobres da zona urbana.

O meio ambiente e a mudança climática

Há um factor final que obviamente será uma maior influência sobre o futuro crescimento económico de África. É o meio ambiente. Os pobres de África realçam constantemente a importância do meio ambiente para as suas vidas. Contudo, actua reciprocamente num processo bivalente com os problemas ambientais como a desertificação, desflorestação, perda de biodiversidade, degradação da terra e esgotamento da água doce. A gestão melhorada do meio ambiente é crucial para ultrapassar estes desafios. Os governos Africanos devem incluir considerações de sustentabilidade ambiental nas suas estratégias de redução da pobreza. E os doadores devem fortalecer as considerações ambientais em todo o seu trabalho em África, apoiando a Iniciativa de Ambiente do programa da NEPAD da União Africana.

A mudança climática é uma preocupação particular. O tempo atmosférico está a ficar cada vez mais volátil em África. A chuva falha muito frequentemente. Esta é uma das razões por que realçamos tão fortemente a irrigação. As previsões actuais sugerem um futuro de tempo atmosférico quente em África de 0.2-0.5°C por década. É provável que a África se torne mais seca nas latitudes nordeste e sudoeste e molhando os trópicos, com uma variação significativa dentre das regiões e países. A variabilidade do clima e a frequência e a intensidade das ocorrências do tempo atmosférico severo provavelmente aumentem. Fazendo subir os níveis do mar, erosão costeira, intrusão de água salgada e inundação terão

todas um impacto sobre as comunidades costeiras e economias . Na Tanzânia, o aumento do nível do mar é de 0.5 metros inundaria mais de 2,000 quilómetros quadrados de terra. As ameaças de terra à produtividade agrícola, à segurança alimentar, água e segurança energética e à saúde vão todas destruir a habilidade de a África desenvolver.

O custo da inacção é alto. O custo da degradação ambiental no Gana estima-se em dois por cento da renda nacional. Em 2000, as cheias devastadoras em Moçambique provocaram 700 vítimas e deixaram quase um milhão de pessoas sem tecto – e também fez com que o crescimento económico baixasse de oito por cento a dois por cento naquele ano. A frequência destes eventos só podem recrudescer com um impacto crescente da mudança climática que podia ser politicamente um sério destabilizador para África. Sem reduzir consideravelmente o aquecimento global, é claro que o modo de subsistência de milhões de Africanos seria destruído. Os países desenvolvidos podiam, por esta razão, estabelecer alvos para maior uso de tecnologias de energias mais limpas para ajudar a mitigar as emissões do gás de estufa. Os doadores devem dar cerca de US\$100m, durante os próximos dez anos, para melhorar a observação do clima, através do Sistema de Observação Global do Clima, e construir capacidade nas instituições Africanas de Pesquisa. Os doadores também devem fazer a variabilidade do clima e factores de risco da mudança climática uma parte integral do seu projecto de planeamento e avaliação, antes de 2008, e cumprir os compromissos sobre financiamento para ajudar os países Africanos a adaptarem-se aos riscos da mudança climática.

Envolvendo pobres no crescimento

Em tudo isso, apenas o crescimento não é suficiente. Onde as rendas são desiguais a maior parte dos benefícios do crescimento vão para os ricos. O crescimento não vai reduzir a pobreza a menos que os pobres estejam capazes de participar dela. E as políticas para crescimento devem activamente incluir, e tomar cuidado para não excluir, os mais pobres das oportunidades para saúde, educação e trabalho. Uma acção específica pode ser tomada nas seguintes áreas.

As fontes primárias de emprego em África são as pequenas empresas, o exemplo mais importante disto é a fazenda familiar. Muitas destas empresas funcionam informalmente. Em África, a economia formal cobre as actividades agrícolas e a maior parte das actividades comerciais urbanas, transportes, serviços, ofícios e mesmo pequenas indústrias fabricantes.

Os meios de sobrevivência dos fazendeiros, os vendedores ambulantes, os taxistas, o rapaz que engraxa sapatos – a vasta maioria de pessoas – todos continuam excluídos da informação, serviços de negócios e acesso ao crédito. Este é um outro aspecto que marginaliza as mulheres, visto que as mulheres Africanas sempre jogam um papel importante nos negócios informais; no Benin; as mulheres negociantes representam mais de 90 por cento do total comércio do emprego informal.

A maior parte dos pequenos negociantes – muitos deles envolvendo uma pessoa singular – sempre confiam na família e redes sociais para criar o capital de trabalho para começar e

crescer. Na última década o crescimento das instituições de micro-finança (MFIs) – denominadas assim porque elas lidam com quantidades muito reduzidas para o interesse dos bancos comerciais – ajudou a mobilizar as poupanças e proporcionar crédito a curto prazo a um número cada vez maior de pobres. Estas MFIs iniciaram com caridades, agências de ajuda e outras organizações não-governamentais. Para aumentar o sucesso das MFIs requer que os bancos se envolvam, visto que têm recursos muito maiores, mas no presente a maior parte dos bancos adopta uma atitude contra risco a curto prazo para estes negócios mais pequenos porque a margem do benefício potencial é muito pequena.

Os negócios estrangeiros também podem ajudar a criar oportunidades. As companhias multinacionais e maiores supermercados em países ricos devem ir para além, vendo a responsabilidade colectiva social como uma forma de filantropia e examinar o impacto que a sua actividade tem sobre os pobres. Como uma iniciativa, os negócios devem ser registados aos códigos principais de boa conduta social e ambiental, incluindo em matéria de transparência e corrupção. Mas isto deve ir para além da retórica ou caixa de marcação. Devem certificar que os seus sistemas estão adaptados às necessidades dos fornecedores Africanos – incluindo o pronto pagamento.

A maiores companhias estrangeiras e domésticas podem criar habilidade para negócios dos Africanos, tendo o pessoal local em posições de gestão chave, guiando os administradores de pequenas empresas, proporcionando acesso à formação em matéria de negócios, axiliando o acesso ao financiamento. Os governos doadores devem financiar as iniciativas para quebrar tais parcerias.

Para prestar assistência todos estes países desenvolvidos devem estabelecer US\$100 milhões para o Fundo de Desafio de Empresas Africanas, por forma a aumentar o acesso às pequenas empresas, têm que financiar a sua habilidade para criar ligação com outros negócios. O novo fundo deve dar particular ênfase na resolução do desemprego juvenil e dos obstáculos económicos que as mulheres enfrentam. Para complementar isto, os países desenvolvidos devem proporcionar US\$20 milhões à Iniciativa de Crescimento das Nações Unidas para Negócios Sustentáveis em África, para ajudar as companhias domésticas e estrangeiras a desenvolverem projectos de investimento comercialmente viáveis para beneficiar os pobres.

Estas medidas sobre o crescimento e redução da pobreza, à semelhança de todas as outras que delineamos, são um pacote integral que se combina com crescimento e governação. O erro do passado foi de pensar que alguém podia trabalhar sem o outro.

Mais comércio

O comércio tem sido uma mola impulsadora para o crescimento da economia durante os últimos 50 anos, primeiro no Mundo Ocidental e Japão, e depois, muito recentemente na China e Índia. Os países em desenvolvimento, particularmente na Ásia, usaram o comércio para criar novos mercados e mudar o estado das suas economias; duas décadas atrás, 70 por cento do seu comércio foi em forma de matéria prima, mas hoje 80 por cento é em mercadorias manufacturadas.

Isto não aconteceu em África. As últimas três décadas, pelo contrário, conheceram estagnação nos países Africanos e um colapso no seu comércio, que baixou a cerca de seis por cento em 1980 para dois por cento em 2002. Isto deveu-se, em parte, ao facto de a composição das exportações de África permanecerem essencialmente imutáveis. Na medida em que mais dinâmica e regiões competitivas operavam muitas mudanças na fabricação, a África ficou atrás. A tarefa de chegar ao mesmo nível torna-se mais dura a cada dia que passa.

A análise disto sugere-nos algo muito interessante. Muitas pessoas pensam que os problemas de África no comércio derivam primariamente das barreiras comerciais impostas por nações ricas. Na verdade, tais barreiras são absolutamente inaceitáveis. São politicamente antigas, economicamente iletradas, ambientalmente destrutivas e eticamente insustentáveis. Elas devem ser deitadas. Mas – ao contrário do que é frequentemente suposto – há uma outra causa, e está é a questão: a África não produz somente produtos suficientes para comercializar, pelo mesmo tipo ou qualidade, ou a preço certo. Resolvendo aquelas questões, bem como as barreiras comerciais que a África enfrenta, são chave se a África quiser prosperar.

O crescimento deve ter o mesmo clima como tem o resto da economia. Mas há outras três áreas em que a África precisa de apoio do mundo inteiro, devia fazer mudanças: melhorar a infraestrutura de transporte, reduzir as barreiras internas do comércio de África, e diversificar o sistema de

mercado. Esta é uma área chave em que as nações ricas podem ajudar. Os custos e a dificuldade de superar os produtos em África podem ser três vezes maiores do que em países mais ricos – em muitos casos é o dobro. Para países ricos, os transportes podem ser três quartos do valor das exportações, enquanto que em África impõem o equivalente a 80 por cento de imposto em exportações. Uganda. Estes tipos de custos tornam extremamente difíceis

em qualquer maior estrada de África. A viagem de Lagos para Abidjan tem um em cada 14 km. Na Côte d'Ivoire, para apanhar um simples camião de um lado do país para o outro aumenta tipicamente US\$400 aos pagamentos de viagens oficiais e suborno.

A alfândega precisa de uma reforma urgente. A África sofre a média mais alta em atraso de direitos alfandegários do mundo, 12 dias em média. A Estónia e a Lituânia precisam apenas de um dia para despacho alfandegário; a média da Etiópia é de 30 dias. Os procedimentos alfandegários são sempre Bizantinos na sua complexidade. A média de processamento é de 20-30 partes, 40 documentos, 200 informações, dos quais 30 tiveram que ser repetidos pelos menos trinta vezes. Os atrasos alfandegários em África aumentam 10 por cento do custo das importações. Que por si só é mais prejudicial do que as barreiras comerciais de muitos países ricos.

Uma outra área de problema é a falta de comércio entre as nações Africanas. Apenas 12 por cento dos produtos Africanos para os outros países Africanos. Para que isso seja melhorado a África deve reduzir as suas barreiras comerciais internas. Isto implica a redução e a simplificação dos sistemas de tarifas, e eventualmente criar áreas livres de comércio regional. Que implica a redução das barreiras regulatórias e outras nas fronteiras. O tamanho dos eixos dos camiões e o eixo de regulações para carga varia entre Botswana, Namíbia e Zâmbia. E há três diferentes bitolas de vias em África.

Muitos governos Africanos receiam que a remoção destas barreiras vão cortar as suas rendas. As receitas provenientes dos direitos alfandegários vão proporcionar até um quarto de receita ao governo em África. Mas a experiência demonstra que é possível reduzir as tarifas e ainda manter a receita. Lesoto triplicou a sua renda quando as taxas de equilíbrio do VAT (imposto acrescido sobre o valor) com a África do Sul e outros arranjos reduziram o contrabando e simplificaram a colheita de receita na fronteira.

Os governos Africanos têm vindo a pressionar há várias décadas para que os países ricos removam as suas barreiras comerciais, mas podiam fazer muito mais para reduzir os seus próprios constrangimentos sobre o comércio. Porém, muitas destas são relativamente fáceis de remover, e podia ser feito unilateralmente. Isto deve ser uma prioridade sem controvérsia para acção em África. A remoção dos serviços alfandegários de Moçambique, e a rápida transformação do porto da Tanzânia, Dar es Salaam para padrões de eficiência universais, demonstram o que é impossível. Em Moçambique, as mercadorias são desalfandegadas 40 vezes mais rápido do que antes das reformas terem acontecido; e a receita dos direitos alfandegários nos primeiros dois anos aumentaram para 38 por cento. Os governos Africanos devem considerar as reformas nesta área como uma prioridade extremamente alta.

Os doadores devem financiar os governos Africanos para removerem as tarifas internas e regulações das barreiras. Eles devem apoiar a reforma dos direitos alfandegários e a administração do porto, partilhando da experiência nas áreas tais como sistemas de direitos alfandegários automáticos. Isto requererá uma assistência substancial por parte dos doadores, mas terá maiores saldos económicos.

Reduzindo a dependência de comodidade primária

A maior acção que a África podia tomar para reduzir a sua dependência sobre as matérias primas é ajudar as grandes firmas e fazendas familiares a criarem novos produtos e actividades. Forte apoio do G8 e dos países da União Europeia em infra-estrutura, como foi descrito antes, é a chave para construção desta capacidade de comércio, mas também devem ajudar a África a desenvolver a sua capacidade para processar produtos agrícolas e melhorar a produtividade e qualidade das matérias primas. Os doadores devem financiar o desenvolvimento das organizações para ajudar a colheita dos pequenos fazendeiros. Os supermercados podiam fazer mais para permitir que os fazendeiros familiares se tornem fornecedores.

Comércio mais justo

‘Primeiro, não faça mal’ é um sumário muito popular do julgamento Hipócrita tomado por doutores através de idades. A máxima deve também ser aplicada à responsabilidade que o mundo rico tem para com a África. A relação comercial entre as nações desenvolvidas e em desenvolvimento há muito dominado por uma teia complexa de regras, impostos, tarifas e quotas que influenciam massivamente o negócio do comércio internacional a favor dos ricos. Assim como ajudar a melhorar a capacidade de África para comercializar de modo competitivo, o G8 e países da União Europeia devem competir mais justamente. Ha três áreas fundamentais onde os países desenvolvidos podem fazer mais. Devem fazer um negócio nas conversações do Encontro da Organização Mundial do Comércio que genuinamente ajuda o desenvolvimento. Devem fazer com que as suas actuais ‘preferências de comércio’ funcionem melhor. E devem proporcionar dinheiro para ajudar os países Africanos a ajustarem-se às novas oportunidades comerciais.

A agricultura é actividade na qual a maioria dos pobres Africanos faz a sua vida; pelo contrário, agricultura não é de grande importância económica para muitos países desenvolvidos, explicando alguns porcentos de rendas nacionais, ou menos. Porém, os sectores agrícolas de muitos países do G8 e da União Europeia são os mais subsidiados e protegidos nas economias do mundo industrializado. Os países ricos gastam cerca US\$350 bilhões ao ano em protecção agrícola e subsídios – que é 16 vezes a sua ajuda para África. A União Europeia é responsável por 35 por cento disso, os Estados Unidos 27 por cento e Japão 22 por cento.

As políticas têm um efeito prejudicial tanto no mundo rico como no mundo pobre. Os contribuintes e os consumidores pagam para apoiar os fazendeiros – tem uma duração irónica, não são os pequenos fazendeiros na União Europeia e Estados Unidos que se beneficiam: apenas obtêm quatro por cento do subsídio, com mais do que 70 por cento, 25 por cento para os fazendeiros mais ricos, os proprietários de terras, negócios e empresas agrícolas. O resultado é de que a União Europeia subsidia açúcar de beterraba a altos níveis produzido na Europa em lugares onde é economicamente irracional e ineficiente para o fazer. E nos subsídios dos E.U.A. para apenas 25, 000 fazendeiros Americanos, que são pagos o dobro do preço do mercado mundial por algodão, ameaça a vida de mais de 10 milhões de pessoas na África do Oeste que produzem cereais por um terço do preço.

A reforma da Política Agrícola Comum dos E.U.A. é essencial, como é a outra reforma da protecção e subsídios para a agricultura Americana e Japonesa. Há diversas formas de os países ricos exercerem o seu direito para apoiar as suas áreas rurais tal como a renda de apoio directo aos fazendeiros, e investimentos no desenvolvimento rural e no meio ambiente. Usando a protecção da quinta para arruinar a vida de milhões de Africanos pobres e tornar-se moralmente indesculpável.

Deve ser tomada uma acção no sentido de se rectificar os desequilíbrios comerciais nas seguintes áreas:

A abolição de tarifas

Os países em desenvolvimento encaram as barreiras como infamantes nos mercados do mundo desenvolvido. A agricultura é de longe o sector de importação mais importante para os pobres de África. Contudo, sabendo isso, a Europa estabelece impostos sobre a produção agrícola que são três a quatro vezes altos do que as tarifas sobre os bens manufacturados, e mais altos em produtos do interesse de África. É essencial que os países ricos parem de discriminar alguns bens em que a África tem uma vantagem comparativa. O G8 e os países da União Europeia devem acelerar e dismantelar as barreiras comerciais que ocasionam uma chance de a África expandir os seus portos – reduzindo progressivamente todas as tarifas a zero antes de 2015. Esta deve ser a máxima prioridade na Ronda de Negociações da Organização Mundial do Comércio em Doha.

E há também novas barreiras tais como a saúde e os padrões de segurança, onde a ajuda é necessária. Se a União Europeia usasse de padrões internacionais nas pesticidas, bananas, em vez da sua própria, as exportações Africanas subiriam a US\$410 milhões. O G8 e a União Europeia devem aplicar um ‘teste de desenvolvimento’ quando estiverem a traçar e estabelecer os padrões, por forma a evitar maior prejuízo no desenvolvimento para mínimos ganhos. Os países ricos devem financiar a África para facilitá-la a cumprir estes novos padrões.

Deitando para fora os subsídios

Os países ricos também param de subsidiar os seus próprios fazendeiros para produzirem mais, destruírem os preços mundiais, e então acabarem com o excedente nos mercados Africanos. Quando os ministros do Comércio se reunirem em Hong Kong, em Dezembro deste ano, o G8 e países da União Europeia não devem acabar com todos os subsídios de exportações e apoio distorcido antes de 2010. Como uma entrada, apoio distorcido para algodão e açúcar deve ser deitado fora imediatamente. Ao fazê-lo e ao diminuir as tarifas diminuirão um gasto massivo devastador, e darão enormes benefícios ao seu próprio público, e a África e aos países em desenvolvimento. Estas reformas seriam vantajosas para todos. O dinheiro guardado podia ser canalizado para o desenvolvimento rural e necessidades ambientais no mundo rico, e a ajuda para a África seria acrescida.

Progresso sobre Preferências

Contrariamente a crença popular, que diz que a África é completamente fechada fora dos mercados nos países ricos, o continente tem acesso substancial aos mercados das nações desenvolvidas através de um leque de programas de ‘preferências’ – um sistema pelo qual os países de altas rendas concedem acesso parcial aos seus mercados aos países em desenvolvimento.

Porém, estas preferências não funcionam eficazmente como deviam. São sempre temporárias e desnecessariamente complexa (apenas tentando satisfazer as suas exigências pode custar até 10 por cento do valor dos bens que entrarem ao programa). Algumas têm regras que são aplicadas de uma maneira deliberadamente obstrucionista: ‘Regras de Origem’, destinadas a determinar que os bens exportados dos países mais pobres de África foram genuinamente fabricados lá, e estão a ser levados a extremos ridículos – a ponto de aquele peixe ser decretado como não aceite se o barco que os tiver pescado for Ganense, mas se o mestre do barco for Sul Africano. O sistema dos E.U.A. tem-se revelado mais viável para alguns países em termos de matéria têxtil. Permite que os países Africanos mais pobres importem peças de vestuários ainda que fabricadas com tecido manufacturado em qualquer outra parte; ‘origem’ é conferida a condição para montagem. Esta metodologia criou 40, 000 empregos na indústria têxtil de Lesoto.

O G8 e os países da União Europeia devem, como um primeiro passo, tornar expansivo os seus programas para cobrirem a baixa renda dos países Africanos para que os países pobres tais como o Gana, Côte d’Ivoire e Quênia não estejam excluídos. Eles devem aplicar as Regras de Origem para permitir que os países, a fonte dos seus rendimentos por meio de concurso a partir de qualquer parte no mundo, e solicitando os países apenas se acrescerem um mínimo de 10 por cento do valor no seu fabrico ou indústrias de processamento.

Fazendo com que estes programas funcionassem melhor aumentaria as rendas Africanas por US\$5 bilhões ao ano, e o crescimento no continente a um por cento.

Apoiando a mudança

As preferências não podem ser um sistema permanente. A África deve eventualmente ajustar-se para abrir a competição com o resto do mundo. Fazendo aqueles ajustamentos é um negócio gradual em que se cingem as negociações da Organização Mundial do Comércio. Mas estas mudanças envolvem custos. O mundo rico deve ajudar a financiar esta mudança e a aperfeiçoar o ajustamento. Isto implicar dizer: ajudando os pobres a beneficiarem-se das novas oportunidades criadas, e assistindo aqueles cujas rendas são susceptíveis de reduzir; apoiando os governos a pagar as suas perdas na receita do comércio; opondo-se ao impacto dos alimentos com maiores preços por parte alguns países importadores; e assistindo os países a ajustarem as perdas à medida que o valor das preferências se corroi quando as barreiras dos países ricos caírem.

Desenvolvimento em Doha

Finalmente – mas quiçá o mais importante – o que a África mais precisa é um acordo ambicioso na Ronda de conversações de comércio Mundial em Doha, o mais tardar até fins de 2006. Isto não pode acontecer a menos que os países ricos concordem reduzir os subsídios da agricultura. Isto também pode acontecer sem as barreiras do mundo rico do caírem. Não pode acontecer sem deixar a ideia de que as nações pobres devem fazer concessões recíprocas como recompensa aos países ricos: não se trata de um nível normal. A liberalização do comércio não deve ser forçada a África como uma condição de comércio ou negociações de ajuda. Os países Africanos singulares devem ser permitidos a fazer de forma sequencial as suas reformas comerciais em conformidade com a sua redução da pobreza e planos de desenvolvimento, e não serem forçados a abrir os seus mercados a importações estrangeiras em condições que prejudicam as suas jovens indústrias. A Organização Mundial do Comércio permite ‘tratamento especial’ para países em desenvolvimento, mas isso deve funcionar melhor se for dado o que mencionamos acima. E os países desenvolvidos devem providenciar a ajuda acrescida necessária a ajudar a África a ajustar-se a mercados mais abertos.

Qualquer negócio em Doha deve permitir que as reformas para prosseguir com o passo acordado pela África, e não forçar. A discussão deve adoptar um estilo mais transparente e inclusivo de tomada de decisão do que sempre uma norma das negociações da Organização Mundial do Comércio. E isto deve assegurar que governos Africanos pobres em termos de pessoal pode obter um negócio justo quando envolvido em negociações comerciais baseadas em regras altamente complexas nas quais os países ricos têm grandes grupos de advogados altamente pagos.

Enquanto Doha é um processo multilateral, medidas bilaterais – tais como acordos comerciais sem submissão a regras negociados entre os E.U.A. ou a União Europeia, e a África – pode causar dano se exigências adicionais forem forçadas. A União Europeia deve assegurar que os Acordos de Parceria Económica que está a negociar actualmente com a África são destinados, em primeiro lugar, para o desenvolvimento. Regidos pelos mesmos princípios que apelamos para Doha – e contanto que os produtos Africanos com inteiro acesso ao mercado da União Europeia, com a União Europeia a não exija concessões de África por recompensa, e proporcionar a ajuda necessária para aumentar a capacidade de a África negociar. Tais negociações devem prestar uma atenção adequada ao impacto sobre a pobreza.

Todas estas políticas – aumentam oportunidades de comércio, e levantam restrições sobre o comércio – devem seguir juntas. Compreendemos que esta é uma agenda ambiciosa, mas acreditamos ser realística. Qualquer menos não oferecerá a África a oportunidades que precisa para aumentar o comércio, tanto em produtos tradicionais como e novos produtos. E isto deve estar separado de outras recomendações desta Comissão. A África nunca vai quebrar os seus ciclos viciosos com soluções paliativas e políticas incoerentes.

De onde virá o dinheiro?

Albert Einstein havia afirmado que quando estiver em problema, deve mudar inteiramente o seu modo de agir. Se assim não o fizer, estará na mesma condição. Deve mover o seu pensamento a um nível diferente.

O mesmo é verdade quando se trata de África, e a questão de como o mundo deve financiar as mudanças que se afigurarem necessárias. Os problemas que estamos a resolver são enormes. São o resultado de três décadas de estagnação. Concordar mais alguns passos ao longo da estrada percorrida não nos levará em parte alguma. A mudança requer um grande salto. È por isso que estamos a sugerir uma ajuda duplicada para África durante os próximos três a cinco anos.

Trata-se de muito dinheiro. Mas não é tempo de timidez. Corrigir e em duas décadas veremos uma África forte e a crescer, pelo é necessária a ajuda para reduzir os montantes, como aconteceu na Ásia. Fazer de forma errada e muitas crianças Africanas estarão condenadas a uma fida miserável como os seus pais – e na verdade as coisas hão de piorar.

As mudanças são necessárias agora: melhorias continuadas na boa governação em África, um aumento substancial em ajuda por parte da comunidade internacional e uma mudança significativa na maneira como os doadores fazem negócios em África.

O maior programa de reforma que traçamos – no que se refere à boa governação, investimento público e gasto social – custará, um montante adicional de US\$75 bilhões ao ano. Não há esperança de a África pagar isto sozinha. Actualmente os Africanos pagam mais ou menos um imposto, proporcional à sua renda, como os cidadãos de outros países de baixa renda. Porém, isto nunca é suficiente para quebrar o impasse do presente. Portanto, como é que vamos financiar o investimento extra e os gastos necessários?

O que propusemos é uma metodologia de duas fases. Em primeiro lugar, recomendamos que os governos Africanos e os doadores, durante os próximos três a cinco anos, cheguem a um ponto intermédio. Isto implica dizer um terço do montante inicial dos recursos necessários (aproximadamente US\$12.5 bilhões) proporcionados pela África – através do aumento de receitas derivadas do crescimento extra. Dois terços revistos. Sujeitos a melhorias na capacidade de gestão administrativa dos governos Africanos quanto à forma em que a ajuda é prestada, recomendaríamos um outro aumento em ajuda de US\$25 bilhões ao ano. A África pode conseguir a sua contribuição valorizando a outras fontes de financiamento, incluindo poupanças domésticas, investimento doméstico e estrangeiro, e através de fundos públicos mais eficientes e transparentes.

Tentar proporcionar uma ajuda extra de forma mais rápida não seria razoável porque a África actual não tem capacidade de manusear isto efectivamente – embora seja importante não exagerar o caso. Esta proposta de duas fases é tanto realística como prática. Algo a menos que isto não dará um pontapé de saída às economias Africanas.

È natural que haja aqueles que se perguntem se a ajuda é a solução correcta. Certamente a África pode e deve pagar a porção do aumento necessário no gasto. Mas os montantes necessários para atingir a cifra para a mudança são de tal sorte que o grosso terá que vir do mundo rico. A ajuda é apenas uma fonte credível disto. E os US\$25bilhões necessários para a primeira fase serão, apesar de tudo, apenas um extra de 0.1 por cento da renda dos países ricos; justamente 10 centavos em cada US\$100.

Será que a ajuda funciona?

Os estudos realizados nos anos recentes demonstraram que, quando se faz um forte compromisso para mudança de governação a ajuda funciona. Ela fez com que 1.6 milhões de crianças pudessem ter acesso à educação em dois 2002 na Tanzânia. Ela gera cuidados médicos – aumentou o número de pacientes pobres a 87 por cento no Uganda desde 2000. Ela erradica a doença – o surto de varíola foi erradicado com um montante maior cifrado em mais do que US\$100 milhões. Ela gera crescimento – o Moçambique conheceu um crescimento assustador de 12 por cento nos anos noventa, enquanto a ajuda era cifrada em cerca de 50 por cento da renda nacional. Todos estes exemplos ilustram muitos outros. As análises feitas pelo Banco Mundial sugerem que as taxas médias de retorno sobre os seus projectos de ajuda em África excedem 20 por cento.

Apesar disto, o sistema de atribuição de ajuda aos países Africanos continua a ser fortuito, descoordenado e não focalizado. Alguns doadores continuam a cometer erros susceptíveis de reduzir a eficácia da ajuda. Eles destroem as perspectivas de desenvolvimento a longo prazo daqueles que supostamente deviam ajudar. Os países ricos seguem as suas fixações e seus caprichos, ignorando sempre as necessidades priorizadas pelos governos Africanos. Os montantes que concedem são imprevisíveis, às vezes varia mais de 40 por cento de um ano para o outro. As ajudas são concedidas de forma a permitir que só podem ser usadas para comprar os produtos e serviços dos próprios doadores – reduzindo efectivamente o valor da ajuda a 30 por cento. Eles continuam a ligar de modo desnecessário condições circunstanciadas aos pacotes de ajuda. Eles insistem em prejudicar, a ter sistemas de contabilidade e monitoria embaraçosas que consomem muito tempo – e recusam-se a ligar-se aos beneficiários dos sistemas. Eles são insuficientemente inflexíveis quando se trata da questão de reatribuir a ajuda para novas prioridades face a uma emergência nacional. Eles não respondem com celeridade, ou de modo adequado, quando acontece um desastre natural ou económico, tais como secas ou enchentes, subidas de preços inesperadas do petróleo ou baixa de preços doutros bens.

Chegou o momento de mudar tudo isto, transformar os padrões de má ajuda em boa, e fazer esta mudança de modo decisivo e rápido. O G8 e os governos da União Europeia devem fazê-lo imediatamente, nas seguintes áreas:

Mais ajuda de ser concedida como doação em vez de empréstimo. Isto vai evitar que se aumente um fardo pesado na dívida existente. Também vai permitir que a ajuda seja direccionada para os lugares onde os empréstimos são inadequados – através de organismos regionais, governos locais ou comunidades cristãs.

A ajuda deve ser garantida para períodos mais longos e previsíveis. Até 80 por cento do gasto da educação Africana, por exemplo, é destinado a salários dos professores. Como é que os governos podem formar e empregar mais professores se não sabem se os fundos serão suficientes para pagar os seus salários em três, cinco ou dez anos?

A ajuda deve ser direccionada para prioridades e sistemas de governos Africanos, não aos sistemas dos doadores. Onde a governação já é boa, a ajuda deve ser paga directamente aos orçamentos nacionais dos governos; onde ela não deva ser canalizada de forma a melhorar os sistemas locais do que tentar passá-los por cima.

Os países ricos devem harmonizar as suas políticas de ajuda e sistemas de distribuição para reduzir o fardos colocados nos sistemas Africanos.

Os doadores devem encorajar os governos Africanos a responder primeiramente as necessidades do seu povo, do que as críticas e processos da comunidade internacional. Para que a ajuda seja efectiva deve ser responsável para com o povo que se beneficiará dela.

Deve ser instituído um fundo de US\$4 bilhões por ano no Banco Africano para o Desenvolvimento, a fim de proteger os governos Africanos dos choques não antecipados da economia, tais como desastres naturais e quedas repentinas nos preços dos bens causados por um regime de comércio global injusto, que pode destabilizar a economia e reduzir a renda nacional até três por cento.

Quanta ajuda a África pode absorver de modo profícuo?

Há uma outra questão fundamental. Apesar das necessidades evidentes de África, há limite no que tange ao número de estradas, barragens, escolas, e clínicas que podem ser construídas e reparadas num período de um ano. A África tem somente muitos técnicos e administradores para planejar, fazer orçamento e construir. Mas há também outros factores – macroeconómicos, institucionais, físicos, humanos, sociais, culturais e políticos – que limita o montante de ajuda que a África pode absorver e usar de modo efectivo. O método que os economistas usam para descrever esta ‘capacidade de absorção’. Nenhuma análise de ajuda pode ignorar este problema e a Comissão examinou isto muito criteriosamente.

A capacidade de absorção depende principalmente de duas coisas: A governação Africana e a qualidade de ajuda do mundo rico. Os doadores devem, como dissemos, tanto apoiar as mudanças de governação e caminhar decisivamente para melhorar a qualidade de ajuda. A evidência sugere que a governação Africana já melhorou, e o mesmo acontece com a sua qualidade de ajuda, a ponto de que US\$25 bilhões extra podiam ser usados agora. E, se as tendências actuais continuarem e o apoio que vem do exterior efectivamente funcionar, daqui a cinco anos a África será capaz de absorver um outro aumento similar.

A ajuda extra é para sempre?

Há aqueles que receiam que a ajuda influencia a dependência. Tal facto só acontece onde não ocorre crescimento económico. Quando o crescimento surge, a ajuda desaparece. Isto aconteceu em vários países do mundo. Por exemplo, a Coreia do Sul deixou de ser beneficiária de ajuda nos anos sessenta para contribuidora nos anos noventa.

Isto também aconteceu em África, como vimos, a Botswana transformou-se em um dos países mais dependentes para um país de renda média que já não precisa de montantes significativos de assistência externa. A Botswana fez-lo através de uma liderança política forte e uma gestão saudável (incluindo no sector de ajuda onde o governo estava disposto a rejeitar a ajuda que não se coadunou com as suas políticas e prioridades). O número de pessoas que vivem em extrema pobreza baixou dramaticamente. Com alto crescimento económico, a Botswana prova que a necessidade para ajuda diminui gradualmente.

O que dizer sobre a dívida?

O que a África não precisa é uma ajuda negativa – que podem ser os pagamentos para amortizar a dívida. O total da dívida externa pública da África Subsahariana é de US\$185 bilhões em 2003. Este fardo agarra-se como um parasita ao corpo de todos os homens que trabalham no campo, todas as mulheres que transportam recipientes com água da cacimba, e todas as crianças que não podem ir à escola. Com a dívida, o progresso torna-se moroso. Os países com altos níveis de dívida pública têm geralmente taxas muito baixas de crescimento económico.

Muita parte da dívida de África, em virtude do estado actual das suas economias, nunca serão pagos. A comunidade internacional reconheceu isto no passado, com programas de redução da dívida. É tempo de o mundo desenvolvido assumir de facto onde a dívida nunca podia ser paga, ‘alívio’ da dívida auxilia o credor de um folha de balanço imaginária. E isto perpetua a situação onde a dívida desencoraja o investimento privado, e aumenta a saída de capital dos países Africanos. Mais do isto, as decisões sobre a redução da dívida foram primeiramente tomadas em consideração quanto ‘sustentáveis’ era a dívida de um país – isto é, quantos pagamentos relativos à dívida a África podia conceder enquanto ainda funciona como uma economia. Isto nunca correspondeu à realidade: na verdade, apenas quatro países foram bem sucedidos em obter níveis de dívidas ‘sustentáveis’ de acordo com os critérios do programa de perdão da dívida do HIPC. As decisões sobre o perdão da dívida devem ser consideradas de acordo com os critérios da redução da pobreza utilizados para tomar decisões em matéria de ajuda – isto é, saber se será bem utilizado para promover tanto o crescimento como a participação no crescimento por pobres que juntamente reduz a pobreza.

Para os países da África subsahariana que precisam disto, o objectivo deve ser 100 por cento da anulação da dívida o mais cedo possível. Isto devia ser parte de um pacote de financiamento para estes países alcançarem Os objectivos de Desenvolvimento do Milénio (MDGs), como prometido em Moterrey e Kananaskis. O critério principal devia ser de que o dinheiro a utilizar para proporcionar desenvolvimento, crescimento económico e redução

da pobreza para os países que estiverem a promover activamente a boa governação. Do mesmo modo, o trabalho deve começar imediatamente no sentido de se estabelecer um acordo de dívida transparente para todos os países da África subsahariana de baixa renda, incluindo aqueles excluídos dos programas actuais. Devia cancelar o debt stock e debt service até 100 por cento, e cobrir a dívida multilateral e bilateral. Como uma medida urgente, o financiamento devia ser imediatamente estabelecido para proporcionar 100 por cento do cancelamento da dívida multilateral, onde é necessário alcançar os MDGs.

Finalmente, o perdão deve terminar em 2015 para evitar o risco de novos empréstimos que estão a ser contraídos com a expectativa de que subsequentemente serão anulados.

Obtendo o dinheiro

Há muitas formas sobre as quais a ajuda adicional podia ser obtida. Muitas nações comprometeram-se recentemente a atingir o alvo das Nações Unidas de proporcionar 0.7 por cento nas suas rendas nacionais em ajuda. Outros países do G8 e da União Europeia devem seguir estes exemplo e anunciar os calendários para atingir o alvo de 0.7 por cento. Dentro destes orçamentos de ajuda, particularmente no contexto de um potencial aumento global em ajuda de US\$ 50 bilhões, há bons argumentos para a redistribuição do dinheiro a fim de que menor montante do mesmo seja empregue a países com renda média e maior montante aos países pobres, especialmente a África, que é a única região no mundo que não está a desenvolver.

Porém, isto não será suficiente. Para proporcionar os montantes necessários a fim de dar o ímpeto de que precisa exigirá muita assistência agora. Investir na educação das crianças, melhorar os padrões dos sistemas de saúde, reconstruir infra-estruturas, melhorar a governação e criar um clima que encoraje as pessoas a investirem na criação de novos empregos é, naturalmente, bom para as pessoas hoje. Mas também estabelece uma base mais forte para o futuro crescimento económico. E todas estas medidas melhoram as esperanças para o sucesso de uns aos outros. Desta forma, podem criar o oposto de um ciclo vicioso – um virtuoso. Mas se forem feitos separadamente, em pequenos esforços, poderão perder o efeito de reforço mútuo. Por esta razão, é necessário obter dinheiro da ajuda para ser empregue na próxima década e gastar grande parte do mesmo antecipadamente. Não fazer isto seria uma falha das lições aprendidas no passado.

Esta ajuda não somente certa em termos humanitários – porque ataca rapidamente a pobreza de hoje – também dá sentido económico. Investir mais na ajuda agora criará altos retornos sobre o investimento global. O G8 e os países da União Europeia deviam canalizar as suas promessas de ajuda para que uma grande porção de dinheiro seja concedida brevemente. Deviam comprometer-se agora a uma ajuda faseada e dobrada para a África. Isto devia ser financiado através do lançamento imediato do Mecanismo de Financiamento Internacional (IFF). Ao abrigo disto os doadores fariam promessas de ajuda a longo prazo revestida e uma obrigação jurídica; usando destes compromissos como segurança o IFF obteria dinheiro a partir dos mercados de capital internacional, emitindo obrigações que os doadores poderão pagar no futuro. O IFF não precisaria de um aumento nas ajudas orçamentais por parte dos governos doadores; está estabelecido nos seus compromissos

adicionais para o futuro de que muitos países fizeram, em particular os países com compromissos para alcançar o alvo de 0.7 por cento. Nem precisaria um dobro das burocracias de ajuda, uma vez que podia funcionar mais através dos sistemas existentes para conceder mais dinheiro directamente aos orçamentos do governo de África.

Uma metodologia adicional e complementar para obtenção de financiamento através de impostos internacionais, arrecadação de impostos ou lotarias. Um exemplo seria uma arrecadação de imposto sobre os bilhetes aéreos para reflectir os custos aplicados por emissões de carbono. Um número de outras propostas inovadoras foram sugeridas para ajudar a suprir a lacuna no financiamento. Mais trabalho devia ser levado a cabo para o surgimento de propostas específicas práticas.

Duplicando a ajuda para a África pode parecer ambicioso. Na realidade, equivale dar a todos os homens, mulheres e crianças do continente apenas um extra de US\$10 centavos ao dia. Se os esforços forem muito reduzidos agora e descoordenados para serem eficazes, o mundo estará confrontado com a esperança de um programa permanente de ajuda para a África.

Fazendo isto acontecer

De que forma poderemos assegurar que o mundo cumpra o que esta Comissão propôs?

Em primeiro lugar, ao assegurar que o desenvolvimento de África seja traçado por Africanos. A história demonstrou que o desenvolvimento não funciona se for traçado no estrangeiro. Independentemente da boa intenção que os doadores possam ter, nunca entenderão completamente o que a África precisa. “Não importa quanto tempo o toro permaneça na água, a verdade é que não se tornará num crocodilo” como frisou um dos nossos Comissários, Presidente Benjamin Mkapa da Tanzânia, fazendo citação de um provérbio do povo Bambara do Mali. Os Africanos devem dirigir, e o mundo rico deve apoiar.

A história dos anos passados devia ter explicado este apoio de forma mais fácil. A mudança de acções dos Africanos estão a criar um bom argumento para assistência. E as condições para o sucesso não foram melhores durante 30 anos.

Para aproveitar este programa a África terá um programa de acção claro, baseado na evidência. Isto é o que procuramos passar aqui. A comunidade de desenvolvimento aprendeu muito sobre o que funciona e o que não funciona, dos sucessos e falhas em África nas últimas décadas. Aquela evidência contou das propostas deste relatório.

Tentamos tornar as nossas propostas claras e específicas. Mas também tentamos mostrar a África que os seus problemas interligados podem ser resolvidos apenas por um pacote de propostas interligadas. Soluções paliativas estão condenadas a falhar. É necessário um grande impulso em muitas frentes de uma só vez.

Se aquelas soluções funcionarem, as mudanças advirão de muitas instituições, tanto em África como no mundo desenvolvido. Na África a prioridade é fortalecer as instituições construindo a sua capacidade e torná-las mais responsáveis para com o seu povo. Isto não funcionará sem o apoio financeiro do mundo rico.

A melhor forma de canalizar este apoio é proporcionar ajudas orçamentais aos governos Africanos e deixá-los priorizar de acordo com as suas necessidades. Este orçamento de apoio directo assegura que a ajuda seja canalizada de forma mais eficaz as prioridades de desenvolvimento acordadas do governo. Também poupa os custos adicionais de monitorização e informação dos governos Africanos ao mínimo. Deve ser previsível a longo prazo, embora haja uma quebra evidente nas cláusulas se a situação interna mudar radicalmente.

Mas isto apenas funcionará onde o governo tiver instituído uma estratégia de desenvolvimento clara – e onde o sistema orçamental for aberto e transparente. Onde não for o caso de uma metodologia de um grande sector aplicada a uma área particular como a educação ou saúde seja mais apropriada.

E onde a governação é muito pobre para que os doadores tenham confiança em certos sectores, doações deverão ser canalizadas a projectos específicos geridos por agências ou outras organizações não-governamentais. O apoio a projecto desta natureza pode fazer verdadeira diferença a um nível de base, mas por definição não poderá ajudar na estruturação dentro do governo o qual é um pré-requisito para um desenvolvimento a longo termo – sendo o motivo pelo qual encorajamos os doadores para direccionarem-se onde for possível dentro do espectro de projecto humanitário a propostas de sectores mais amplos, e destes direccionar apoio financeiro. No último caso, no entanto, os doadores deverão assegurar que os projectos não sejam empreendidos em oposição aos governos Africanos” desenvolvimento e prioridades orçamentais. Nem deverão subestimar os esforços Africanos em melhorar a capacidade dos ministérios governamentais.

As organizações transnacionais de África também necessitam de apoio. As suas Comunidades regionais têm um grande potencial – como o “bloco o “muro” da União Africana – mas ainda tem uma fraca capacidade e são todas geralmente desviadas das questões de desenvolvimento de longo termo por crises ou conflitos. Elas precisam de apoio da comunidade internacional, assim como precisa a União Africana e o seu programa da NEPAD, a Comissão Económica para África e o Banco de Desenvolvimento Africano cujos accionistas devem assegurar que ela agora desenvolve a visão e toma a atitude de se tornar na instituição financeira proeminente em África. São estas organizações que desenvolveram a “agenda para mudanças” que é a nova esperança de África.

Mudanças também são necessárias nas instituições do mundo desenvolvido. Os países doadores deverão coordenar melhor os seus trabalhos entre um e outro, e também com as estratégias nacionais de África para a redução da pobreza. O banco Mundial, FMI e a Organização Mundial do Comércio e a ONU todos precisam fazer o seu melhor para a África.

O Banco Mundial deve transferir mais dos seus recursos, incluindo pessoal para África, e deverá dar mais assistência como doações do que em empréstimos nos países pobres. Deverá centralizar mais pessoal nos estados com instituições fracas e instáveis. Deve assumir compromisso de ajuda de longo termo e aumentar a prognosticabilidade do escoamento das suas ajudas. Deve ainda melhorar a sua coordenação com outros doadores, incluindo agência das Nações Unidas, que deverão reforçar a sua coordenação a nível do país.

O FMI poderá ajudar os países em desenvolvimento através do fornecimento e publicação de informação sobre os seus orçamentos e contas, para permitir que os cidadãos manter os seus governos transparentes assim como apoiar

Auditoria externa, tais como para negociações de dívidas. Deve evitar criar julgamentos doentios sobre o que os países podem gastar e deverá promover uma melhor alocação de doações para os países pobres. Deve mudar a sua cultura de corporação para mostrar maior flexibilidade.

Tanto o banco como o Fundo necessitam de micro-gerir menos e reduzir o número de condições que impõem nos países pobres. A única condição que deverá ser exigida é que as políticas dos governos Africanos devem estar viradas ao desenvolvimento, crescimento e redução da pobreza, e na execução dos seus orçamentos deverão ser transparentes para com os seus eleitores. Se se deixar que os governos Africanos tomem grandes decisões por si, como cada vez mais têm mostrado a sua disposição de o fazer, as reformas têm maior probabilidade de permanecerem. “Quem toma banho com água fria não sente o frio”, diz um provérbio Tanzaniano.

Nas negociações com a Organização Mundial do Comércio, os países ricos devem procurar apenas concessões mínimas dos países pobres. A reciprocidade tradicional nas negociações comerciais não ajudarão a África ultrapassar os grandes obstáculos que enfrentam, nem deverão os países pobres serem chantagados a aceitar a “Plethora” de complexos arranjos como preço para a sua admissão na Organização Mundial do Comércio. Declarações para este efeito devem ser feitas por ministros de países ricos na reunião seguinte da Organização Mundial do Comércio.

Os gestores do Banco Mundial, FMI e da Organização Mundial do Comércio devem preparar estratégias para África que reflectam estes pontos, preferencialmente para o seu encontro anual de 2005. A estratégia da Organização Mundial do Comércio deve ser concordada na reunião Ministerial da Organização em 2005. O que é fundamentalmente importante é encontrar formas de aumentar a transparência destas instituições para com os seus accionistas e clientes. Outra opção será a criação de um grupo de monitorização para avaliar a qualidade de assistência dos doadores. Mas o que é crucial é que a África lhe seja dada maior espaço de opinião na tomada de decisões nestes corpos multi-laterais. A representação Africana deverá ser aumentada no Conselho de Segurança. À África deve ser dada uma voz mais forte nos corpos executivos do Banco Mundial e do FMI. Além disso, as direcções estratégicas destas instituições devem ser colocadas em mãos de conselhos de decisões cujos membros terão a responsabilidade de relatar aos líderes políticos com a autorização de falar pelos países membros.

A responsabilidade destas reformas estão sobre os líderes políticos dos países membros, que deverão tornar estas instituições financeiras internacionais mais abertas e publicamente transparentes. Como sinal, o trabalho de alto nível no FMI e Banco Mundial não devem ser restritos a candidatos europeus e dos estados Unidos mais devem ser preenchidos através de concursos públicos. Caso as reformas não aconteçam, o público internacional será forçado a concluir que estas instituições criadas depois da Segunda Guerra Mundial, estão a tornar-se cada vez mais irrelevantes no nosso mundo pós-guerra fria, pós Apartheid, pós 11 de Setembro.

As nossas propostas se adicionam a uma serie de detalhes mais pouco efeito terão sem os mecanismos para as monitorar. Existem uma serie de instituições que deverão ser encarregues da tarefa mas, ou elas dispõem de poucos recursos ou não tem garra para se impor. Assim sendo, para acrescentar força extra as nossas recomendações esta Comissão propõe um mecanismo independente para monitorar o progresso na implementação daquilo que propusemos. Isto poderá, por exemplo ser dirigido por duas figuras distintas e influentes e que tenha peso na comunidade internacional, um Africano e outro da comunidade doadora, que poderá produzir um breve, e focalizado relatório anual. Eles deverão ser apoiados por uma pequena unidade dentro de uma instituição internacional ou Africana já existente.

Mas seja qual for o nível de compreensão das recomendações, ou diligente o processo de monitorização, nada disso vai acontecer sem vontade política. Só isso por termo as lacunas do passado entre os cometimentos e cumprimento. Para construir esta vontade política requer que a África se torne uma questão que não possa ser ignorada na política interna dos países G8.

Sabemos que – com a ajuda dos parlamentares, a mídia, as agências humanitárias, as igrejas e outros grupos de fé, sindicatos, e a diáspora de África e a comunidade de homens de negócios de África – isso poderá ser feito. Vozes individuais e acções de raiz podem fazer uma diferença profunda. A campanha do Jubileu 2000 provou isso. Começou com dois indivíduos e terminou com milhões de pessoas nas estradas em todo o mundo, a exigirem que a dívida dos países pobres fosse anulada. Os governos dos países ricos foram forçados a dar ouvidos e 100 biliões de dólares de dívida bilateral foram anuladas.

É por isso que a campanha internacional do Apelo para Acção Global deste ano (Faça da Pobreza História) é tão importante. Esperamos que 2005 será o ano em que 100 por cento da dívida multilateral remanescente será cancelada. No lançamento desta campanha, em fevereiro em Londres, Nelson Mandela disse numa “Trafalgar Square” Largo Trafalgar: “ neste novo centenário, milhões de pessoas nos países mais pobres do mundo continuam aprisionados, escravos e em cadeias. Eles estão presos na cadeia da pobreza. É hora de torna-los livres.”

Apenas um senso de indignação pública neste estado de negociação trarão os nossos políticos a comprometerem-se e a tomarem as decisões necessárias para o fazer. E é hora de manter o curso.

Promessas quebradas e oportunidades desperdiçadas

Qualquer um elaborando um plano para um programa relevante de acção tal como este proposto por esta Comissão torna-se perspicazmente consciente de uma coisa. A relação entre a África e os países desenvolvidos é uma história de esperanças suscitadas e constantemente frustradas – de promessas quebradas e oportunidades desperdiçadas. Os próprios líderes Africanos, com certeza, não podem ser absolvidos nesta situação. A África também cumpriu com os seus compromissos. A exigência de

dedicar 15 por cento do orçamento nacional para saúde ainda não foi concretizado. Acometimentos a igualdade de género ainda estão por se tornar em acção. Mas o catalogo de incumprimentos pelos líderes dos países ricos do mundo é uma fonte de certa vergonha.

Apelos de “educação para todos” não foram financiados. Assim como os compromissos sobre HIV e SIDA. Iniciativas para quebrar a corrupção não são ratificadas nem implementadas. O mundo diz “nunca mais” após uma grande atrocidade, mais faz vista grossa ao comércio de armas de pequeno porte. Códigos de conduta de companhias multinacionais permanecem meros exercícios nas relações públicas. Regras do comércio são aplicadas de uma forma vergonhosa. Promessas de ajuda são vistas como alvos impossíveis. Esquemas de perdão da dívida são vetadas com restrições intratadas. Nações ricas fazem apelos bem intencionados nas conferencias internacionais para mais tarde decidir que as promessas nos seus quadros foram irrealisticos. Objectivos são estabelecidos, re-estabelecidos, e recalibrados estando assim o mundo rico a mitigar o facto pelo qual se registou o fracasso. A distância entre promessas e realidade nunca termina.

Hoje a comunidade internacional tem diante de si uma nova afronta. Cinco anos atras em Nova Iorque todo o líder mundial, toda a corporação internacional, quase todos os países, assinaram uma declaração histórica. A Declaração do Milénio reflectiu a partilha do compromisso ao direito aos maiores erros dos nossos tempos. Os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio foi um plano extraordinário que prometeu que até 2015 toda a criança teria acesso a escola. Que até 2015 as mortes evitável infantil seriam prevenidas. Que até 2015 a pobreza seria reduzida a metade.

Mas estas nobres ambições estão a tornar-se distantes. Apesar do apelo a encontrar recursos necessários – e apesar da renovação do compromisso na Conferencia da ONU sobre Financiamento e Desenvolvimento em Monterrey em 2002 – A África está bem atras do alvo para alcançar todos os objectivos. A medida foi graficamente revelada no Relatório do Milénio da ONU - Investir no Desenvolvimento - que foi publicado em Janeiro de 2005.

Nos projectos actuais, a redução da pobreza para a metade acontecerá não em 2015 mais em 2150 - isto é 135 anos mais tarde. Os Africanos reconhecem que geralmente é necessário ser paciente mais 135 anos é muito para pedir as pessoas que esperarem, quando os seus filhos estão a morrer enquanto o resto do mundo dispõe de medicamentos para se tratar. É muito tempo para esperar por justiça.

O compromisso do Milénio foi uma prisão de confiança talvez - para citar outro Comissário, o Chancelar Britânico, Gordon Brown, " a maior prisão de confiança já vista entre ricos e pobres". As promessas feitas aos povos pobres devem ser consideradas particularmente obrigatórias. O cheque oferecendo justiça internacional não devera ser devolvido, para usar uma frase de Martin Luther King, com as palavras "fundos insuficiente" O perigo que enfrentamos hoje é que começamos como a grande

prisão entre ricos e pobres e agora corre-se o risco de se e tornar na maior traição do pobre pelo rico de todos os tempos.

O problema não é que a promessa do Desenvolvimento do Milénio tenha sido errada, o penhor irrealístico o compromisso desnecessário. É que o mundo tem sido lento em desenvolver os meios para os honrar. Concretizar o compromisso requer uma acção forte e urgente. O plano de acção da Comissão para África - melhorando a governação Africana e infraestruturas, dando ao continente mais uma substancial redução da dívida, duplicando a ajuda humanitária para diminuir a pobreza e abrir oportunidades para o comércio - mostra que existe uma forma realística de o fazer. Sem um programa como este os objectivos do Milénio vão desvanecer como mais uma pia aspiração. E a África permanecerá, na palavra do presidente desta Comissão, uma cicatriz na consciência do mundo.

Porquê importunar?

Haverá aqueles que dirão que fomos muito ambiciosos e irrealistas. Grandes perspectivas foram antes tentadas, dirão. Nos anos 1970, a Comissão Brandt passou sete anos a analisar a questão da pobreza global. O seu relatório, Norte - Sul, propôs uma serie de reformas ao sistema económico mundial com o objectivo de integrar um os países do Terceiro Mundo na economia global. As mudanças que ocorreram foram apenas aos bocados, mas isto não é necessariamente a sorte de tais iniciativas. As pessoas foram também desdenhadas depois da Segunda Guerra Mundial quando o plano Marshall foi anunciado. Em 1948 o Secretário de Estado Norte Americano General Marshall, confrontado com uma Europa em ruínas, propôs um plano vasto de reconstrução. Começou com uma restrita visão de ajuda de emergência mais logo chegou a conclusão que existiam profundas questões sociais e económicas que deveriam ser levadas em consideração.

O resultado foi que os países ricos no mundo - os EUA - concordaram em transferir um por cento do seu rendimento nacional, cada ano por quatro anos, para financiar o desenvolvimento de uma Europa devastada do pos guerra. Os países ricos estão agora mais ricos e os adicionais 25 biliões anuais que propusemos como o passo inicial é apenas um extra 0.1 por cento do seu rendimento. Deve ser usado para accionar em várias áreas simultaneamente, como foi o Plano Marshall. Devemos nos lembrar disso.

O que a África necessita esta claro. Ela precisa de uma melhor governação e a capacitação dos estados Africanos de prestarem serviços. Necessita de paz. Precisa estabilidade económica e política para criar um clima de crescimento - e um crescimento no qual os pobres possam participar. Precisa de investimento nas infra-estruturas e no sistema de educação e saúde que poderá produzir uma força de trabalho saudável e qualificada e um povo alegre e satisfeito. Precisa de fazer mais comércio, e em termos justos do que os países ricos têm até aqui permitido. Precisa de mais do alivio da dívida Precisa de ajuda de maior qualidade do que a que tem tido até a data presente. E precisa de uma ajuda duplicada para pagar por isso.

Sem acções coordenadas simultaneamente numa serie de áreas, o reavivar da economia de África paralisará isto é caso aconteça. Mas se a África ter o "grande empurrão" que recomendamos, o continente poderá - mais cedo do que muitos possam esperar - estar em melhor posição de suporta-se a si próprio e eventualmente tornar fazer da ajuda uma coisa do passado.

Em tudo isso África deve tomar a dianteira, mas em tudo África necessitará de um apoio considerável do mundo rico, que terá que dar mais e também mudar o seu comportamento no comércio internacional, no alívio da dívida e na inclusão da África nas considerações das instituições.

Porque que irão os países ricos importunar-se? Para começar, fora do interesse próprio. Uma África estável e em crescimento vai providenciar um mercado de vários milhões de pessoas no qual o resto do mundo poderá vender os seus produtos e serviços. A África tem o potencial para ser transformado de lugar de depravação para um lugar de oportunidade. Também será uma fonte estável de fornecimentos. África detém sete por cento das reservas mundiais de petróleo, e gera 11 por cento da exportação global do petróleo em 2000. Até 2015, a África Ocidental vai fornecer 25 por cento da importação de petróleo aos Estados Unidos. E as suas riquezas naturais não estão confinadas aos bens mais tradicionais. É a fonte primária do algodão, o componente essencial dos telefones moveis mundial. A medida que o mundo muda e cresce, é provável que os ricos recursos da África continuarão a ser vitais para a prosperidade do mundo.

Em contraste, se a África persistir no estado de insegurança e estagnação económica, isto não será apenas mau para os Africanos, mas será mau para o resto do mundo. Originará a maiores pressões para migração, legal ou ilegal. E a África que é incapaz de controlar a expansão de doenças não condenará apenas um número incalculável de crianças Africanas, mulheres e homens a morte desnecessária, mas será também uma fonte de doença para o mundo como um todo na era de globalização.

Para além disso como os acontecimentos do 11 de Setembro de 2001 enfatizou tudo rigidamente- uma África com estados fracassados e profundamente ressentida pode uma fonte de conflitos não somente interno mais que poderão se expandir por continentes num terrorismo internacional e crimes. Células de grupos ligados a Al-Qaeda são conhecidos como estando a operar no Quênia, Etiópia, Somália e Sudão e actos terroristas tiveram já lugar na África Ocidental. De facto os primeiros reféns da Al-Qaeda foram em África, com os ataques a bombas as Embaixadas dos Estados Unidos em Nairobi e Dar -Es- Salam. Também ha preocupações sobre o aumento de ligações entre grupos terroristas da África do Norte e Ocidental, por exemplo, Argélia, Marrocos, e Mali. Estes Grupos escondem-se em lugares onde podem organizar acções sem terem perturbações devido aos governos fracos, ameaça a segurança e prosperidade dentro da África, com muitos Africanos a morrer em ataques e o turismo

e outros investimentos sendo desvalorizados. Também são uma ameaça a toda comunidade internacional.

Mas esta Comissão acredita que ha algo mais profundo que nos motiva. Ha algo maior e nobre e mais apelativa do que somente as nossas necessidades partilhadas e destinos comuns. O nosso interesse comum, o título do nosso relatório, é definido pela nossa humanidade comum.

Vários Comissários falaram sobre isso de diferentes formas. O nosso Presidente, o Primeiro Ministro Britânico, Tony Blair, falou de “reconhecimento do laço comum da humanidade”. O activista e músico, Bob Geldof, falou de uma missão “estender a mão de simpatia e partilhar a humanidade para alcançar acima de bramido impenetrável e tocar os seres humanos do outro lado”. O Primeiro Ministro Etíope, Meles Zenawi usou a palavra “solidariedade” – um termo que não significa sentimento de uma compaixão vaga uma firme e perseverante determinação apara que todos nós nos comprometamos para a boa causa comum porque somos todos realmente responsavas por todos.

Há muito mais nisso do que a gentileza de estranhos. Tem a ver com uma jornada de caridade a justiça ou o que em Zulu e outras línguas Bantu é chamado de *ubuntu* que insiste que a identidade de cada pessoa está cercada com outras numa comunidade de todos. “sou o que sou por causa do que somos todos”, diz a palavra. Num mundo globalizado, o nosso sentido de unbutu deve estender-se pelo planeta. Quanto maior for a globalização do mercado, mais ele precisa de ser balanceado por uma cultura global de solidariedade atento as necessidades dos mais fracos. Interdependência é no sentido mais profundo, uma questão moral. A nosso humanidade comum é violada pela pobreza extrema que todos vimos em África. E isto é o que nos impulsiona a exigir acção contra a deprivação e desespero em representação de outras pessoas com as quais nunca nos encontramos em lugares distantes.

Somos um universo moral. E o nosso senso de moral comum faz-nos reconhecer a nossa obrigação para com os outros. Como um grupo misto de Comissários Africanos e não-Africanos tivemos alguma experiência disso já que estamos juntos num interesse comum.

O tempo é propicio para mudança. Esta é a nossa convicção. Agindo juntos temos o poder para moldar a história. Não fazer nada seria intolerável. Fazer alguma coisa não é suficiente. Fazer tudo o que pudemos não é apenas uma exigência, é nossa pura missão. Agora é hora de agir.

Recomendações

O argumento

A África já começou a fazer progressos na longa batalha contra a pobreza. Mas para sustentar isto, precisará uma forte parceria entre as nações Africanas e as nações do mundo rico. Isto significa acção e mudanças em ambos os lados.

A África tem de tomar a dianteira nesta parceria, tomar a responsabilidade dos seus problemas e apropriar-se das soluções - que poderão funcionar com maior probabilidade se as bases provierem do pensamento e julgamento Africanos do que se fossem impostos pelo mundo exterior. A comunidade internacional por sua vez, tem de parar de fazer que podem ferir ou mesmo colocar em desvantagem as pessoas mais pobres do mundo. A comunidade internacional tem de fazer o que pode para apoiar as reformas que estão em curso em África; terá de se acelerar significativamente este processo se o continente quiser prosperar e ter a participação dos pobres na mesma prosperidade. A comunidade internacional deve apoiar as iniciativas regionais Africanas, incluindo a União Africana e o programa da NePAD para trabalhar junto para gerar e promover estas reformas.

Algumas das nossas recomendações - sobre infra-estruturas, saúde, educação - requerem uma transferência de significativas somas de dinheiro do mundo desenvolvido para África. Outras sustentadas com novas abordagens da cultura africana - requerem mudanças de comportamentos, maneiras de trabalhar e prioridades. Outros solicitam a comunidade internacional para desistir de fazer coisas coisas que podem ferir África. Tudo isto deverá ser visto como um pacote integrado. Os parceiros devem trabalhar juntos para implementar este pacote com compromisso, perseverança e rapidez, cada um focalizando em como poderão fazer contribuição eficazmente.

A: Recomendações sobre governação e construção de capacidades

Fraca governação enfermou o desenvolvimento de muitas partes de África até a data presente. Fraca governação pode incluir políticas governamentais assim como um clima político e económico que desencoraja os investidores. Poderá incluir igualmente corrupção e sistemas burocráticos que não são abertos ao escrutínio público e assim sendo a prestação de contas ao povo é inexistente. Isto inclui uma falta de responsabilização e fraqueza nos mecanismos para assegurar que as vozes das pessoas sejam ouvidas e os seus direitos exercidos, tais como o parlamento, a mídia e o sistema de justiça.

No cerne do problema de governação em muitas partes de África está a clara falta de capacidade nos ministérios governamentais nacionais e locais e o problema que se prende com o recrutamento e manutenção de pessoal qualificado, equipado e motivado para fazer bem o trabalho. As organizações pan-africanas incluindo a União Africana e a NEPAD, que são muito importantes, precisam igualmente ser reforçados.

Investindo na Construção de capacidades

- Os países desenvolvidos devem dar um forte apoio - em termos políticos e financeiros - ao esforço Africano de fortalecimento dos corpos regionais das organizações pan-africanas e seus programas, incluindo o Mecanismo de Revisão entre os Pares de África.
- Os governos africanos terão de elaborar estratégias compreensivas de construção de capacidades. Os doadores terão de investir nisto, certificando-se de que os seus esforços estão em conformidade com estas estratégias, mais do que competir com as suas próprias prioridades e procedimentos.
- Profissionais qualificados são uma força motriz para construção de melhorias na administração e habilidades técnicas que a África tanto clama e lhe faz falta. A comunidade internacional terá de comprometer-se em 2005 a providenciar USD 50 milhões por ano, para um período de 10 anos, para revitalizar as instituições Africanas de ensino superior e até USD 3 bilhões para um período de 10 anos para desenvolver centros de excelências em ciências e tecnologia, incluindo institutos Africanos de tecnologia.

Aumentando a responsabilização e transparência

- Os parlamentos, quer em países desenvolvidos quer em países em via de desenvolvimento, devem estabelecer parcerias para fortalecer os parlamentos em África incluindo o parlamento pan-africano.
- As instituições da mídia independente, serviços públicos de comunicação, a sociedade civil e o sector privado, com o apoio do governo, devem formar consórcios de parceiros, dentro de África e fora dela, para providenciar fundos e perícia para criar uma instituição Africanas para o desenvolvimento da mídia.
- Os governos dos países desenvolvidos, proprietários de empresas e consumidores, devem pôr pressão sobre as companhias para serem mais transparentes nas suas actividades nos países em via de desenvolvimento e aderirem aos códigos de conduta e padrões internacionais.
- A comunidade internacional deve dar um apoio político e financeiro forte e significativo aos esquemas tais como A Iniciativa de Transparência nas Industrias Extractivas (EITI) para que se possa aumentar a transparência dos pagamentos efectuados e recebidos pelos governos e encorajar a sua aceitação por todos os países Africanos ricos em recursos. Deve-se apoiar a criação de critérios e meios de validação da implementação da EITI; e apoiar e financiar a construção de capacidades entre os funcionários públicos assim como a sociedade civil, ao contribuir para o Fundo Multilateral de Doadores da EITI.
- Os princípios de transparência tais como a EITI devem ser estendidos para incluírem outros recursos tais como a pesca e a exploração de madeira.
- Os países importadores de madeira, devem assegurar-se que não estão a comprar material florestal explorado ilegalmente e devem somente aceitar e transaccionar madeira e produtos florestais legais.

Corrupção

A corrupção é um desafio sistémico que muitos líderes africanos enfrentam. Eles devem demonstrar uma renovada vontade política de combate a corrupção a todos os níveis da economia e da sociedade no geral. Muitos países Africanos começaram já com esta tarefa. O aumento da transparência em muitos estados Africanos ajudará esta abordagem. Mas o combate à corrupção tem de incluir aqueles que subornam e os que aceitam o suborno.

- Os países desenvolvidos devem encorajar a sua Agência de Créditos para Exportação (ECAs) a ser mais transparente, e requer altos padrões de transparência no seu apoio a projectos nos países em de desenvolvimento. Os países desenvolvidos deverão igualmente implementar por completo a Declaração de Acção contra o Suborno e Créditos para Exportação Apoiados Oficialmente e acordado pelo grupo dos estados das nações industrializadas, a OECD.

- Os países e territórios com centros financeiros significativos, devem tomar como questão de urgência, todas as medidas necessárias legais e administrativas para repatriar fundos e activos estatais adquiridos ilicitamente. Chamamos especial atenção do G8 para fazer compromissos específicos em 2005 e informar os progressos, incluindo as somas repatriadas em 2006.
- Todos os estados devem ratificar e implementar a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção durante o ano de 2005 e devem encorajar e fomentar mais transparência nas políticas de aquisição de bens quer em África quer nos estados desenvolvidos, particularmente nas áreas de construção civil e engenharia.

Fortalecer o sistema de informação

- Uma boa informação é essencial para decisões políticas informadas e provimentos eficazes. Os doadores deverão fornecer os montantes adicionais requeridos para ajudar a África a melhorar o sistema de recolha e análise de estatísticas, para cumprir os critérios normalmente referidos como um mínimo aceitável (estimado como um montante adicional a volta dos USD60 milhões ao ano)

B. Recomendações de Paz e Segurança

O direito à vida e à segurança é o mais básico dos direitos humanos. Sem aumentos nos investimentos em prevenção de conflitos, a África não fará a sua rápida aceleração para o desenvolvimento que o seu povo procura. A responsabilidade de resolução de conflitos em África deve ser primeiramente dos próprios Africanos, mais existem muitas coisas que o mundo desenvolvido poderá fazer para fortalecer a prevenção de conflitos. Investindo no desenvolvimento é de per se, um investimento na paz e segurança.

Combatendo as causas do conflito, e construindo a capacidade de geri-los

- Fazer com que a ajuda seja mais efectiva na redução de conflitos, todos os doadores, as instituições financeiras internacionais e as Nações Unidas são solicitadas a fazer avaliações de como se pode reduzir o risco de conflitos violentos e melhorar a segurança humana na formulação das suas estratégias de ajuda regional e países.
- A comunidade internacional deve tratar como assunto prioritário, o mais tardar até 2006, iniciar negociações abertas sobre um Tratado Internacional de Comércio de Armas (ATT).
- A comunidade internacional deve igualmente adoptar mecanismos mais eficazes de acordos territoriais e extra-territoriais de vendas de armas, e estabelecer um padrão comum de monitoria e cumprimento. Estes acordos poderiam ser incorporados num compreensivo ATT.
- Para se acelerar a acção de controlo do comércio de recursos naturais que financiam as

guerras, a comunidade internacional deve:

Acordar uma definição comum de “recursos de conflito” para aprovação global através das Nações Unidas.

Criar um painel permanente de peritos dentro das ONU para monitorar a ligação entre a extracção de recursos naturais e os conflitos violentos e a implementação das sanções. Ao painel dar-se-á poderes para recomendar medidas de punição ao Conselho de Segurança das ONU.

Os países da OECD devem promover o desenvolvimento e implementação completa e compreensiva de padrões guias para as companhias que operam nas áreas de riscos de conflito, para a incorporação dentro do Guia da OECD sobre Empresas Multinacionais.

Construindo capacidades globais e regionais para a prevenção e resolução de conflitos

A comunidade internacional deve honrar os compromissos existentes para fortalecer a capacidade de manutenção de paz dos Africanos, incluindo o apoio em treinamentos e logística. Mas isto deve mover-se para além disto, para aumentar o investimento na prevenção de conflitos mais eficaz e nos meios não militares para resolver os conflitos.

- Para permitir a União Africana a agir rápida e eficientemente na resolução de conflitos violentos, os doadores devem acordar em financiar pelo menos 50% dos fundos da UA a partir de 2005 para diante. Durante o tempo que for possível e em troca da implementação de um mecanismo da UA de prestação de contas financeiras que seja eficaz, este montante terá de ser dado sem condições numa periodicidade anual. Onde os fundos forem dados directamente às comunidades económicas regionais de África, deverá ser coordenado e onde for possível não reservados ou marcados para objectivos específicos.
- Em 2005, as Nações Unidas e as organizações regionais, devem marcar passos rumo a clarificação dos seus respectivos papeis e responsabilidades, e os critérios de tomada de acção para prevenir e resolver conflitos. Eles devem igualmente estabelecer mecanismos eficazes de coordenação.
- Em 2005, o Conselho de Segurança das Nações Unidas deverá estabelecer uma Comissão de Manutenção de Paz das Nações Unidas, conforme proposto pelo Alto Painel das Nações Unidas para Ameaças, Desafios e Mudanças. Deverá ter o poder e recursos necessários para levar a cabo o seu mandato de prevenção de conflitos violentos e coordenar a reconstrução pós conflito.

Construção de Paz Pós-conflito

Para além do apoio a Comissão da ONU para Manutenção da Paz para melhorar a coordenação na construção de paz pós-conflito, nós recomendamos as medidas adicionais que se seguem:

- Os doadores deverão rapidamente financiar os atrasos financeiros de países Africanos em situação de pós-conflito para permitir acesso atempado as concessões financeiras a partir das instituições financeiras internacionais. Em conformidade com as recomendações deste relatório sobre a qualidade da ajuda, os doadores deverão igualmente alocar somas a dinheiro de longo prazo, suficientes para fazer face às necessidades de reconstrução dos países no período pós-conflito.

C: Recomendações sobre Não-Exclusão

Investindo nas pessoas

Não existe uma alternativa para o largo aumento em recursos que são necessários para reverter os crónicos níveis de baixos investimentos na educação, saúde e protecção social. Um eficiente uso deste novo fluxo de recursos requererá planos compreensivos para provimento e monitoria dos resultados. Para este efeito, os governos Africanos devem continuar a fortalecer a governação e assegurar a participação de pessoas simples e comunidades locais nas decisões sobre o desenvolvimento. Assim sendo, a comunidade internacional tem de levar a cabo o que prometera. Quer os governos Africanos como os doadores internacionais, têm de assegurar que as oportunidades sejam disponíveis para todos.

Educação

- Os doadores e governos Africanos devem cumprir com os seus compromissos de atingir a Educação para Todos, assegurando que cada criança em África vá a escola. Os doadores devem providenciar um montante adicional de USD 7 a 8 milhões por ano ao mesmo tempo que os governos Africanos desenvolvam os seus compreensivos planos nacionais de provimento dos serviços de educação de boa qualidade.

Nos seus planos nacionais, os governos Africanos devem identificar as medidas de fazer com que as raparigas tenham a mesma possibilidade que os rapazes de acesso a escola com a cabimentação apropriada de recursos. Os doadores terão de financiar este acréscimo.

Os governos Africanos devem levar a cabo a anulação de propinas no ensino de base, e os doadores devem financiar isto até que os países sejam capazes de suportar estes custos por si mesmos.

Para que se possa assegurar uma educação de alta qualidade, os governos Africanos devem investir na formação de professores, retenção do pessoal e desenvolvimento profissional. O rácio professores por alunos tem de ser trazido para menos de 1/40 na educação básica. Os doadores devem comprometer-se a financiamentos a longo prazo para permitir que isto aconteça.

A educação deverá providenciar habilidades relevantes para África contemporânea. Os doadores deverão financiar redes regionais para apoiar os governos Africanos no desenvolvimento de reformas curriculares apropriadas para todos os níveis.

Saúde

- Os governos Africanos deverão investir na reconstrução de sistemas de provimento dos serviços básicos de saúde. Os doadores deverão providenciar USD 7 bilhões num período de cinco anos para este efeito, a Estratégia de Saúde e Programas Inicial de Acção da NEPAD da União Africana.
- Os doadores e os governos Africanos devem urgentemente investir na formação e retenção do pessoal para se assegurar que haja uma disponibilidade adicional de um milhão de enfermeiros até 2015.
- Os governos Africanos deverão cumprir com os seus compromissos de alocar 15 por cento dos seus orçamentos anuais para a saúde e colocar em prática estratégias de provimento de serviços básicos de saúde de uma maneira eficiente. Os doadores deverão incrementar os seus fundos para apoiar estas estratégias, cobrindo assim a carência com um adicional anual imediato de USD 10 bilhões e aumentando este montante para uma cifra de USD 20 Bilhões anuais até 2015. A assistência terá de ser predominantemente encaminhada através dos orçamentos gerais de estado.

Onde os governos Africanos forem capazes de remover os pagamentos pela assistência médica básica como parte da reforma, os doadores deverão fazer um compromisso a longo prazo para preencher o hiato financeiro até que os referidos países atinjam a auto-suficiência em tais custos.

Os doadores deverão financiar completamente o Fundo Global de Combate ao VIH/SIDA, Tuberculose e Malária.

Os doadores devem comprometer-se a financiar por completo a Aliança Global para Vacinas e Imunização (GAVI) através da Instituição Financeira Internacional para Imunização. Devem igualmente cumprir o seu compromisso a Iniciativa de Erradicação da Pólio em 2005.

A estratégia “Duas doenças um paciente” da Organização Mundial de Saúde deverá ser apoiada para providenciar tratamento integrado contra o VIH e a TB.

Os governos Africanos e os doadores deverão trabalhar juntos para assegurarem que cada mãe grávida e cada criança tenha um mosquiteiro impregnado de longo uso e tenha disponível os medicamentos contra a malária.

Os doadores terão de assegurar que existem fundos adequados para o tratamento e prevenção das parasitoses e deficiências em micro nutrientes. Os governos e as parcerias de saúde globais devem assegurar que esta informação esteja integrada nas campanhas de saúde publica até 2006.

Os governos Africanos deverão mostrar uma forte liderança na promoção dos direitos de

homens e mulheres sobre saúde sexual e reprodutiva. Os doadores deverão fazer tudo que estiver ao seu alcance para permitir o acesso universal aos serviços de saúde sexual e reprodutiva.

Os doadores devem desenvolver incentivos para pesquisa e desenvolvimento na saúde que vai de encontro das necessidades dos Africanos. Devem fazer acordos de compra antecipada de medicamentos. Devem incrementar os financiamentos directos de pesquisas lideradas por Africanos, coordenadas pelas Comunidades Económicas Regionais e em colaboração com parceria global de saúde.

Água e Saneamento

- Começando em 2005, os doadores devem reverter o declínio na ajuda para provimento de água e saneamento, para permitir que os países Africanos atinjam o compromisso da Visão Africana de Água de reduzir por 75 por cento a proporção das pessoas sem acesso a água potável e saneamento seguro antes de 2015. O G8 deverá informar em 2007 a implementação do Plano de Acção de Água acordado pelo G8 em 2003.

VIH e SIDA

- A comunidade internacional deve alcançar um acordo global em 2005 para harmonizar as actuais disparidades nas respostas contra o VIH e Sida. Isto deve ser por via de apoios a planos arrojados e estratégias abrangentes por parte dos governantes Africanos que tomem em consideração o poder nas relações entre homens, mulheres e jovens.
- Conforme acordado nas Declarações de Compromisso sobre o VIH SIDA da UNGASS, os governos Africanos e a comunidade internacional deverão trabalhar juntos urgentemente no provimento dos direitos das pessoas a prevenção, tratamento e cuidados. Os doadores devem atacar as necessidades imediatas e incrementarem as suas contribuições até um montante de pelo menos USD 10 Bilhões anuais durante um período de cinco anos.

Protegendo os mais vulneráveis

- Os governos Africanos devem desenvolver uma estratégia de protecção social para órfãos e crianças vulneráveis, apoiando as suas extensas famílias e comunidades. Os doadores devem ter um compromisso a longo prazo, fundos prognosticáveis destas estratégias com USD 2 bilhões por ano de imediata disponibilidade, aumentando para USD 5 a 6 Bilhões por ano antes de 2015.
1. Os doadores devem apoiar a União Africana e o Programa da NePAD para desenvolver um quadro de direitos e inclusão e apoiar os países na elaboração de estratégias de protecção social até 2007.
 2. Os doadores e governos africanos devem endossar e implementar o quadro das Nações Unidas para Protecção, Cuidados e Apoio dos Órfãos e Crianças Vulneráveis.

3. Os doadores e os governos Africanos devem providenciar apoio directo ao orçamento às organizações panafricanas para apoiar o seu trabalho de protecção dos direitos das mulheres e crianças.

D: Recomendações sobre Crescimento e Redução da Pobreza

A pobreza em África continuará a crescer a não ser que haja um grande crescimento económico - e daquele tipo em que os pobres podem participar. E ninguém deverá ser excluído. Os fazedores de políticas devem sempre considerar o impacto das políticas sobre as pessoas pobres. O pacote das propostas colocado aqui e noutros capítulos devem permitir os países da África a Sul do Sahara a atingir uma taxa de crescimento sustentável de 7 por cento até 2010. Eles irão igualmente promover a participação dos pobres nas oportunidades criadas pelo crescimento. Ao fazer-se isto, eles trabalharão na redução de desigualdades no rendimento, que pode minar o impacto do crescimento sobre a pobreza.

As nossas propostas aqui estão divididas em dois. O primeiro cenário refere-se em primeira instância à criação do crescimento. Rápido crescimento e maior redução da pobreza requer grandes investimentos em infra-estruturas, agricultura, desenvolvimento urbano, a criação de um ambiente de fomento ao investimento, e políticas que tenham cuidadosamente em conta o ambiente e clima de mudança. O crescimento será conduzido pelo sector privado, mas é o governo que cria as condições para isto - o desafio é a construção de uma parceria forte.

O segundo cenário de propostas relaciona-se com a promoção da participação dos pobres no crescimento. Nisto, particular atenção terá de ser prestada as oportunidade e direitos às mulheres, que são geralmente chave do crescimento de pequenas empresas. As pessoas jovens precisam de oportunidades de emprego. O comércio comunitário também poderá jogar um papel importante.

Promoção do Crescimento

A África precisa de uma soma adicional de USD 20 bilhões por ano para investimentos em infra-estruturas. Para se apoiar isto, os países ricos deverão providenciar uma soma extra de USD 10 bilhões por ano até 2010 e, após uma revisão, um outro aumento até USD 20 bilhões durante os cinco anos seguintes. Isto deverá ser em apoio as prioridades dos planos regionais, nacionais, urbanos e rurais de infra-estruturas Africanas - que vão desde estradas rurais, melhoramento de favelas até a informação, comunicação e tecnologia e as infra-estruturas necessárias para apoiar uma maior integração das regiões Africanas e de permitir a entrada de países Africanos ao mundo do mercado.

Os governos Africanos devem desprender o forte espírito empresarial dos povos africanos. Para que se possa promover isto, os governos doadores e o sector privado devem coordenar os seus esforços por detrás dos investimentos propostos através do ambiente de negócios da União Africana e programas da NePAD. Isto requer USD 550 milhões dos doadores e do sector privado ao longo de sete anos para identificar e ultrapassar os obstáculos de fazer

negócios. Em adição, os países desenvolvidos devem apoiar um fundo da Agência Multilateral de Garantia de Investimentos, a agência mundial pública de contenção de risco, para assegurar investidores estrangeiros e nacionais em países de pós conflito em África. O apoio deverá ser igualmente estendido a investidores nacionais por toda África Subsahariana.

Como parte de um amplo cenário de medidas para promover o desenvolvimento da agricultura rural, a África deve duplicar a área do solo arável sob irrigação até 2015. Os doadores deverão focalizar-se nisto, financiando 50 por cento e aumentando até 2010, com uma ênfase na irrigação em pequena escala. Outras medidas incluem o melhoramento do clima de investimento, infra-estruturas rurais, pesquisa e disseminação de novas técnicas sobre agricultura; segurança da posse e direitos de terra, particularmente para as mulheres, e investimentos em pequenas cidades para encorajar o crescimento de mercados locais e regionais.

Participação dos pobres no crescimento

Os países desenvolvidos devem colocar a disposição uma soma até USD 100 milhões para o fundo Africano de Desafio Empresarial para apoiar as iniciativas do sector privado que contribuam para o desenvolvimento de pequenas empresas dando-lhes melhor acesso aos mercados. O fundo encorajará novas parcerias no sector financeiro e não financeiro e contribuir para os objectivos da União Africana de promoção da criação de empregos para os jovens e o empresariado feminino.

Os governos Africanos devem tomar a dianteira na promoção do emprego para a juventude, quer rapazes quer raparigas, nas suas políticas de crescimento. Os doadores deverão apoiar os governos Africanos na formulação e implementação de planos de acções nacionais sobre o emprego através da rede de emprego de jovens, conforme os desígnios da União Africana.

Promovendo as regras de negócios

A comissão clama por uma mudança notável na maneira de como os negócios comunitários, ambos, quer nacionais ou internacionais, se engajam no processo de desenvolvimento em África. Os negociantes devem aderir a códigos de boa conduta social e ambiental, incluindo sobre corrupção e transparência, e focalizar os seus esforços nas acções coordenadas de luta contra a pobreza - trabalhando em parceria uns com os outros, com doadores, governos nacionais, e com a sociedade civil, incluindo sindicatos de comerciantes, e de apoio a isto, os países desenvolvidos devem ajudar a iniciativa de crescimento de negócio sustentável do PNUD na região. Por seu turno, os doadores e os governos Africanos devem desenvolver uma parceria mais eficaz com o sector privado.

A mudança do clima e do ambiente

Em apoio a iniciativa de ambiente da União Africana e do programa da NePAD, os doadores devem fortalecer considerações ambientais em todos os seus programas.

Comunidades de doadores, governos e instituições internacionais, incluindo o Banco

Melhorando o acesso de África aos mercados do mundo rico

- Os países desenvolvidos devem assegurar-se que a próxima ronda de conversações sobre o comércio mundial de Doha faça do *desenvolvimento* uma das suas prioridades absolutas na sua reunião de Dezembro de 2005 sobre o comércio mundial em Hong Kong. As conversações de Doha devem ser concluídas o mais tardar até finais de 2006 para que cedo se faça diferença entre a África e outros países em de desenvolvimento.
- Os países ricos tem de concordar em eliminar imediatamente o apoio ao açúcar e algodão que distorce o comércio, e comprometerem-se a acabar todos os subsídios sobre as exportações até o final de 2010 e todas as distorções comerciais de apoio a agricultura quando eles se encontrarem em Hong Kong. No final das conversações de Doha deverão acordar em reduzir progressivamente todas as tarifas para zero até 2015, e aumentar as barreiras não tarifárias. Ao fazê-lo, vão cortar gastos massivos, e providenciar benefícios para o seu próprio público e para África e outros países em desenvolvimento.
- Os países em de desenvolvimento com rendas altas, devem igualmente fazer mais para cortar as suas tarifas e outras barreiras ao comércio em África.
- Ao fazer do desenvolvimento uma prioridade nas conversações comerciais, incluindo o novo acordo comercial que a Europa esta actualmente a negociar com a África, a liberalização não deverá ser forçada em África através do comércio ou ajudas condicionais e deverá ser feito de uma forma que reduza as exigências reciprocas para o mínimo. Países Africanos individualmente deverão ser permitidas a fazer sequência de suas próprias reformas comerciais, com o seu próprio passo, em conformidade com as suas próprias estratégias de combate à pobreza. É necessária uma ajuda adicional financeira para apoiar os países em desenvolvimento a construírem as suas próprias capacidades que precisam e ajustarem-se aos mercados mais abertos.
- Um tratamento especial e diferencial deverá ser feito para funcionar melhor para África e outros países em desenvolvimento, através do recurso a disputas legais condicionais de avaliação de preocupações de desenvolvimento. Seria útil uma revisão do artigo XXIV do acordo geral sobre tarifas e comércio para que se reduza os requisitos de reciprocidade e aumentar os focos sobre as prioridades de desenvolvimento.
- Embora a África queira chegar aos padrões dos produtos dos países desenvolvidos, está ainda lutando para conseguir suportar os custos disto. Os países ricos devem aplicar um teste de desenvolvimento, incluindo a avaliação do impacto, na projecção destes padrões, para minimizar as barreiras que eles podem criar, e providenciar urgentemente ajuda para poderem conseguir suportar os custos.

Ajudando a África a ajustar-se a novos regimes comerciais

Vai levar tempo até que a África construa capacidade para o comércio, e de executar reformas na ronda de Doha. Durante este período, a África precisará apoio de transição se a

intenção é fazer progresso.

- Os países desenvolvidos devem remover todas as barreiras a todas exportações provenientes de países de renda baixa da África a Sul do Sahara, através da extensão de quotas e isenção de impostos a todos eles. Isto custará muito pouco aos países desenvolvidos. Eles devem deixar de aplicar a regra de origem para complicar mais do que ajudar os exportadores Africanos, através da permissão dos Africanos procurarem as matérias primas em qualquer parte do mundo, requerendo apenas que acrescentem um mínimo de 10 por cento do valor nos seus processamentos. O novo acordo comercial da Europa com África deve mover-se rapidamente. Se todos os países desenvolvidos estendessem a sua quota e isenção de impostos a todos os países Africanos de baixa renda a Sul do Sahara, isto faria com que o rendimento anual a Sul do Sahara subisse para USD 5 bilhões.
- Os países ricos devem igualmente providenciar fundos para ajudar as economias Africanas a ajustarem-se aos mercados mais abertos do regime comercial mundial, e aumentar os benefícios e limitar o impacto detrimental sobre os pobres.

F: Recomendações sobre os Recursos

Para se aumentar a taxa de crescimento em África, e fazer-se progressos fortes rumo as metas de desenvolvimento do milénio, o volume e qualidade da ajuda externa aos países Africanos a sul do Sahara deve mudar radicalmente. A ajuda a África Subsaariana deve aumentar para USD 25 bilhões por ano durante os próximos três a cinco anos. Isto deverá ser acompanhado com uma mudança radical na maneira de como os doadores se comportam e fornecem assistência, e por uma continua melhoria na governação dos países Africanos. Nós mostramos que nestas circunstâncias este incremento na ajuda pode ser usado eficientemente. Deve-se angariar fundos adicionais de varias maneiras, incluindo o lançamento imediato da Instituição financeira Internacional.

Qualidade da ajuda

- Para que se possa melhorar a qualidade da ajuda, deverá entabular-se discussões anuais entre os Ministros para o Desenvolvimento dos países da OECD e os Ministros das Finanças dos países Africanos, juntamente com os representantes da sociedade civil e organizações internacionais. Nesta reunião teriam que se discutir critérios de cabimentação e fazer sugestões para uma melhor distribuição, incluindo países de media e baixa renda. Nos países em que a governação e as instituições são fracas, os doadores deverão buscar a provisão de ajudas eficazes e adequadas através de canais, tendo sempre em mente a necessidade de se evitar a desestabilização dos sistemas nacionais e ou sustentabilidades de longo prazo.
- A ajuda não deverá ser condicionada. Terá de ser harmonizada, prognosticável e ligada aos decisórios políticos e aos processos de orçamentos dos países receptores. A durabilidade do compromisso terá de reflectir o propósito: por exemplo, a ajuda para a construção de infra-estruturas, terá de ser a longo termo do que aquela destinada para a assistência técnica.
- A ajuda para África terá de ser principalmente em forma de doação.
- O uso de políticas de condicionalismos associados as ajudas externas deverão ser fortemente reduzidos. Deverá pôr-se a funcionar formas de responsabilização mútua e de monitoria da implementação. As actividades das instituições financeiras internacionais e dos doadores deverão ser de suporte e não de desestabilização das instituições de responsabilização dos países Africanos, por exemplo através da ajuda dos países a fortalecerem os códigos e padrões internacionais e evitar pesados mecanismos de relatórios.
- Através de uma nova instituição, os doadores devem ajudar os países Africanos a abordarem o problema causado por choques de mercadorias e flagelos naturais.

Quantidade de ajuda

- A quantidade de ajuda para os países a Sul do Sahara deve ser dobrada, i.e. incrementada por USD 25 bilhões ao ano, durante um período de três a cinco anos para complementar os níveis de crescimento das receitas domésticas provenientes dos crescimentos económicos e da boa governação. Seguindo uma revisão dos progressos no final deste período, deverá providenciar-se um incremento adicional de USD25 bilhões ao ano, baseando-se nas mudanças na qualidade da ajuda e melhorias na governação.

Perdão da dívida

- Perdoar a dívida externa dos países Africanos pobres a Sul do Sahara que precisarem disso, o objectivo terá de ser um cancelamento da dívida a 100 por cento o mais rápido possível. Isto terá de ser parte de um pacote financeiro para estes países atingirem as metas de desenvolvimento do milénio, conforme o prometido em Monterrey e Kananaskis. O critério principal será de que o dinheiro seja usado para desencadear o desenvolvimento, crescimento económico e a redução da pobreza nos países que estiverem a promover activamente a boa governação.
- Assim sendo, o trabalho de estabelecimento de um compacto de dívida transparente, deve começar já, incluindo todos os países Africanos de baixa renda a Sul do Sahara, incluindo todos aqueles excluídos dos esquemas actuais. Deve-se cancelar os estoques e serviços da dívida a 100 por cento, e cobrir as dívidas dos parceiros multilaterais e bilaterais.
- Como uma medida urgente, os financiamentos deverão imediatamente ser postos em prática para providenciar o cancelamento a 100 por cento dos serviços de dívida multilateral, onde for necessário para se atingir as Metas de Desenvolvimento de Milénio.

Mecanismos de Financiamento

- Os países doadores devem cabimentar imediatamente a sua quota parte dos USD 25 bilhões adicionais por ano necessárias para África.
- Uma das maneiras de dobrar a ajuda para África, terá de incluir o lançamento imediato da Instituição Financeira Internacional.
- Os países ricos devem almejar gastar 0,7 por cento das suas receitas anuais na ajuda, com planos a especificar como será atingida esta cifra.

- Deverá fazer-se um trabalho adicional para elaborar propostas viáveis para cobranças específicas internacionais tendentes a angariar e incrementar fundos adicionais (por exemplo a partir de encargos obrigatórios ou voluntários sobre os bilhetes de passagens de avião).

G: Recomendações sobre como Fazer Isto Tudo Acontecer

Se a África tiver que tomar a responsabilid

tem limitado estes cargos a nacionalidades.

- Em cada país receptor, governos e doadores deverão pôr a funcionar um grupo de monitoria para avaliar a qualidade da ajuda dos doadores e sua coordenação.
- O Conselho de Segurança da ONU deverá ser expandido para abarcar maior representatividade Africana.

Estabelecimento de mecanismos independentes e eficazes de monitoria

- Para se adicionar um extra a maneira como as recomendações da Comissão para África serão levadas a cabo, deverá estabelecer-se um mecanismo independente, que reflita sobre a abordagem consultiva da Comissão, para monitorar e fazer informes sobre os progressos. Este corpo poderia ser composto por duas proeminentes figuras com peso na comunidade internacional, um proveniente de África e um da comunidade de doadores, que poderiam produzir relatórios curtos anuais. Eles deverão ser apoiados por uma pequena unidade dentro das instituições Africanas ou internacionais existentes.